

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DO VÍNCULO À INFORMALIDADE

Imagens e Representações do Trabalho e do Emprego no Brasil

Roseane Silva Xavier

Recife

Janeiro/2002

DO VÍNCULO À INFORMALIDADE

Imagens e Representações do Trabalho e do Emprego no Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DO VÍNCULO À INFORMALIDADE

Imagens e Representações do Trabalho e do Emprego no Brasil

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela aluna ***Roseane Silva Xavier***, sob a orientação da Prof^a Silke Weber, para a obtenção do Grau de Mestre.

Recife

Janeiro/2002

*Aos meus pais, que me
ensinaram o valor do trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, dedico um agradecimento especial aos trabalhadores e trabalhadoras que dispuseram parte do seu “tempo livre” para me conceder as entrevistas ou participar dos grupos de discussão.

Agradeço também à CAPES, cujo fomento me possibilitou ingressar no mundo da pesquisa, desde a graduação, com o PET, e agora, tendo me concedido a bolsa de mestrado.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, em especial à Professora Silke Weber, a orientação dedicada, atenta e crítica; à Professora Ester Aguiar, que despertou meu interesse pela sociologia do trabalho; ao Professor Heraldo Souto Maior, a confiança que sempre depositou no meu trabalho, desde a tutoria no PET; ao Professor Jorge Siqueira que, com simplicidade, me ajudou a perceber alguns dos perigos do “ranço” cientificista.

Ao pessoal do IPESPE, o aprendizado profissional e humano, particularmente a Marcela Montenegro, que me cedeu o espaço para a realização dos grupos focais; Mônica Lima e Geruza Barbosa, a assessoria voluntária e eficiente; e Eunice Mota, a torcida e o incentivo.

Aos meus “irmãos adotivos”: Jonas, “assistente de pesquisas revelação do ano 2000”; e Sandra, que enquanto via nascer e crescer este projeto me ajudava a entender o valor da diferença.

Finalmente, agradeço a Nilza, a Anete, e a todos que, com elas, me puseram a pensar sobre as minhas próprias representações do trabalho e seu papel na constituição da minha identidade.

“(...) O homem, para as ciências humanas, não é esse ser vivo que tem uma forma bem particular (uma fisiologia bastante especial e uma anatomia quase única); é esse ser vivo que, do interior da vida à qual pertence inteiramente e pela qual é atravessado em todo o seu ser, constitui representações graças às quais ele vive e a partir das quais detém esta estranha capacidade de poder representar justamente a vida”.

(Michel Foucault, As Palavras e as Coisas)

Resumo

O presente estudo visa a contribuir para a compreensão das mudanças no mundo do trabalho e suas repercussões no Brasil. Seu objeto são as “novas” ou “transformadas” representações sociais do trabalho no contexto do desemprego estrutural e da globalização. Os objetivos centrais que guiaram a investigação foram: **a)** identificar o impacto das mudanças no mundo do trabalho nos significados e atitudes frente ao próprio conceito de “trabalho” e ao conceito de “emprego”; **b)** investigar a dinâmica, os mecanismos e processos pelos quais se constituem e se transformam tais representações, construindo-as compreensivamente. O universo da pesquisa foi a população economicamente ativa residente na Região Metropolitana do Recife. Foram utilizadas as técnicas qualitativas de grupos focais e entrevistas em profundidade. A segmentação dos entrevistados e participantes dos grupos seguiu o critério de situação no mercado de trabalho: vínculo formal (CLT), informal, empregador e desempregado, conforme caracterização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Os referenciais teóricos utilizados para a análise foram os conceitos sociológicos de ideologia e hegemonia (GRAMSCI, ALTHUSSER, LACLAU e MOUFFE) e o conceito psicossocial de Representações Sociais (MOSCOVICI). A leitura dos resultados infere que houve mudanças significativas nas representações do trabalho e do emprego nos segmentos investigados, mas que velhos elementos persistem e se confrontam com as novas tendências, suscitando que padrões aparentemente novos sejam, na verdade, velhos padrões inseridos em novas roupagens. A dinâmica de tais mudanças e permanências, por sua vez, sofre a influência de diferentes dimensões: a psicossocial, a cultural, a política e a ideológica.

Abstract

The present work aims to contribute to the understanding of changes in the world of work and their repercussions in Brazil. The study focuses on the “new” or “transformed” social representations of work, in the context of structural unemployment and globalization. The main objectives that guided the investigation were: **a)** to identify the impact of changes in the world of work on the meanings and attitudes concerning the concept of “work” itself and that of “job”; **b)** to investigate the dynamics, the mechanisms and the processes through which such representations are constituted and transformed, building them up comprehensively. The scope of the research was the working population resident in the Metropolitan Region of Recife. The qualitative techniques of focus groups and in-depth interviews were used. The interviewees and group members were categorized according to their situation in the employment market: formal employment, informal employment, employer and unemployed, according to the classification of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Joint Trade Union Department of Socio-Economic Statistics and Studies (DIEESE). The theoretical references used for the analysis were the sociological concepts of ideology and hegemony (GRAMSCI, ALTHUSSER, LACLAU and MOUFFE) and the psycho-social concept of Social Representations (MOSCOVICI). The interpretation of the results shows that there have been significant changes in the representations of work and employment in the sectors investigated, but that old elements remain and confront the new trends, suggesting that apparently new patterns are in fact old patterns in new clothing. The dynamics of such changes and permanencies are in turn subject to the influence of different dimensions: the psycho-social, the cultural, the political and the ideological.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	001
2. TENDÊNCIAS RECENTES DA SOCIOLOGIA DO TRABALHO	016
2.1. Do Paradigma do Trabalho ao Paradigma da Linguagem	016
2.2. Tendências da Sociologia do Trabalho na América Latina	022
3. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDEOLOGIA	029
3.1. A Dimensão Psicossocial: Representações Sociais	031
3.2. A Dimensão Sociológica: Ideologia e Hegemonia	044
3.3. Representação e Ideologia: Conceitos Intercambiáveis?.....	051
4. TRABALHO NO BRASIL.....	058
4.1. Um Pouco de História.....	061
4.2. Os Anos Noventa	069
4.2.1. A Reestruturação Produtiva - Do Vínculo à Informalidade	069
4.2.2. A Importância da Qualificação - O "Novo Perfil do Trabalhador"	077
4.2.3. A "Ideologia da Globalização"	080
5. O TRABALHO, PELOS TRABALHADORES	086
5.1. Atitudes em Relação ao Trabalho	087
5.2. Trabalho, Emprego e Ocupação.....	094
5.3. O Velho e o Novo: Vínculo <i>Versus</i> Informalidade.....	100
5.4. Desvendando Teorias Implícitas: Diagnóstico do Desemprego no Brasil	109
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
7. BIBLIOGRAFIA	120
8. ANEXOS	
8.1. Questionário Prévio Para a Seleção dos Entrevistados e dos Participantes dos Grupos Focais (Versão “Desempregados”).....	132
8.2. Questionário Prévio Para a Seleção dos Entrevistados e dos Participantes dos Grupos Focais (Versão “Formais e Informais”).....	135
8.3. Roteiro das Entrevistas	137
8.4. Roteiro dos Grupos Focais.....	140

1. INTRODUÇÃO

O impacto da globalização e das mudanças no mundo do trabalho no Brasil, agudizadas nos anos noventa, coincide com um plano de estabilização que repõe um discurso renovado – mais liberalista – do desenvolvimentismo. “Acabar com a inflação”, “fazer o Brasil crescer e tornar-se competitivo” eram alguns dos temas que resgatavam o mito do “país do futuro”.

Por outro lado, no debate da globalização, um ator social importante, o trabalhador, tem estado ausente de modo sistemático. As entidades que representam seus interesses – sindicatos no nível nacional e Organização Internacional do Trabalho (OIT) – estão em crise. O principal método de mobilização de que ele dispunha, a greve, tornou-se anacrônico diante de uma realidade social em que o exército industrial de reserva se tornou epidêmico e inesgotável. Autores como Ulrich Beck (2000), referindo-se às transformações do mundo trabalho, falam de uma “brasilização do Ocidente”, na qual o paradigma do trabalho passa a ser o “emprego temporário” e “informal”.

Além da desmobilização da esquerda de discurso trabalhista e socialista e da crise institucional do Estado, emergem também, como marcas da crise do trabalho no Brasil, a derrocada do antigo status do “funcionário público” (setor privado como referencial de eficiência e agilidade), a implementação de um programa de privatizações, o crescimento de um quadro social voltado para o consumo. As alterações do mercado de trabalho nos últimos trinta anos inserem o País no que estudiosos da globalização nomearam de “Sociedade Global de Risco” (BECK, 2000; GIDDENS, 1991). Tal inserção no mundo globalizado, porém, não se dá sem contradições e controvérsias.

De acordo com algumas interpretações, o que vivenciamos hoje é o esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil desde o pós-guerra até os anos 70. Um modelo fortemente desenvolvimentista, sendo a idéia de desenvolvimento ligada à industrialização e à urbanização. Nesse contexto, a substituição de importações aparecia como o principal meio de dinamizar o crescimento econômico, o que era feito com a criação acelerada de postos de trabalho e o aproveitamento rápido de uma farta mão-de-obra, rapidamente treinada para satisfazer às necessidades da indústria, sem uma preparação de terreno, isto é, sem a resolução de problemas estruturais. A resposta à “crise social” no Brasil, portanto, teria estado sempre voltada não para a resolução de problemas estruturais, mas em correr atrás do “crescimento econômico”, sobre a teia de problemas básicos ainda existentes, intensificando o déficit social.

Esses elementos parecem permanecer em muito dos seus aspectos no discurso sobre a política econômica nacional, e devem ser considerados ao pensarmos em como se colocam a “questão social” e o tema do “desemprego” hoje.

Diante desse quadro, é importante observar como as questões formais (normas e práticas de contratação e demissão, mecanismos de recrutamento, normas e práticas de remuneração, critérios de bônus, ordenação e demarcação de categorias funcionais, etc.) parecem estar ligadas à ideologia corrente em torno dos processos econômicos (visão internacional e nacional do trabalho) e às representações em torno do tema do trabalho e do emprego.

O presente estudo visa, portanto, a identificar, no caso brasileiro, alguns dos elementos que merecem ser observados para entender o quadro atual no que se refere à organização do trabalho e suas relações no plano econômico, social, e ideológico.

Do Objeto e dos Objetivos

Este estudo tem como objeto as “novas” (ou “transformadas”) representações em torno do trabalho, e simultaneamente dos novos padrões de “organização da vida” no que se refere à “geração de renda”, “emprego” ou “ocupação”, diante das mudanças ocorridas no mundo trabalho e suas repercussões no Brasil. Os objetivos que o nortearam consistiram em: **a)** identificar as principais tendências e mudanças nas representações do trabalho e do emprego no Brasil no atual contexto econômico nacional e internacional; e **b)** investigar a dinâmica, os mecanismos e processos que engendram a constituição e transformação dessas representações, construindo-as compreensivamente.

De forma mais específica, a questão central é o que é “emprego” na perspectiva dos segmentos investigados, bem como quais as mudanças que podem ser identificadas em torno desse conceito e a repercussão que elas podem ter nas imagens, representações e atitudes em relação ao trabalho, como categoria sociológica.

As hipóteses centrais que guiaram a investigação partiram de dois pressupostos fundamentais. O primeiro, que poderíamos denominar de “empírico”, diz respeito a ter de fato havido mudanças significativas nas imagens e representações do trabalho e do emprego no Brasil nas últimas décadas, hipótese baseada tanto na literatura corrente como nas estatísticas oficiais.¹ O segundo, que poderíamos definir como teórico, tem como base a articulação dos pressupostos da teoria psicossocial das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978 E 1986; JODELET, 1986; VALA, 1993; entre outros) e das teorias sociológicas da Ideologia (ALTHUSSER, 1996; GRAMSCI, 1978; LACLAU e MOUFFE, 1989). A partir de tal articulação,

¹ Pesquisa Mensal de Emprego (PME – IBGE); Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED – DIEESE).

pretendeu-se observar se e como os elementos da realidade econômica (tais como reestruturação produtiva, desemprego estrutural, novo perfil do trabalhador, globalização, etc.), se processam através dos discursos e da prática política, fazendo do trabalho, mesclado aos conceitos de emprego e ocupação, um elemento válido e recorrente tanto do discurso político quanto do discurso cotidiano ou ordinário. Em outras palavras, deu corpo ao estudo a hipótese de que "trabalho", "emprego" e "ocupação", como objetos de discurso, não estão restritos às organizações e ambientes de trabalho. Em vez disso, estendem-se à esfera pública – espaço de formação da opinião pública e da mobilização de recursos pela conquista de adeptos, por parte dos agentes sociais em conflito no campo econômico. Em outras palavras, a possibilidade (bastante concreta, a ver por toda uma literatura da Sociologia do Trabalho) de que “trabalho” e “emprego” constituam objetos da luta hegemônica, seja no sentido já clássico oferecido por Gramsci (1978), seja no sentido oferecido por Laclau e Mouffe (1989), para quem a questão da pluralidade e heterogeneidade é central na elaboração do conceito de hegemonia. Tratou-se, assim, de investigar se, até que ponto, e como as dimensões social, política, ideológica e representacional de fato se articulam – ou não – nas representações do trabalho e do emprego nos segmentos investigados.

Nos capítulos seguintes, serão explicitadas: **a)** as articulações teóricas à luz das quais o trabalho de campo foi conduzido e os resultados analisados; **b)** as discussões recentes desenvolvidas na Sociologia do Trabalho, passando pelo deslocamento do paradigma do trabalho para o paradigma da linguagem, e chegando aos desenvolvimentos recentes na América Latina; **c)** um breve histórico do trabalho no Brasil, até a atual situação em que está envolvido o tema emprego/desemprego, e finalmente; **d)** a análise das verbalizações obtidas nas entrevistas e discussões em

grupo desenvolvidas no decorrer da investigação. As verbalizações dos entrevistados e dos participantes dos grupos encontram-se no anexo 5.

Universo da Pesquisa

No sentido conceitual, considerando que o objeto da pesquisa são “representações sociais do trabalho”, seu universo é o terreno em que estas são constituídas e transformadas, ou seja, a teia de referências e significados que perpassam os temas trabalho e emprego no momento, entendendo-se esta teia como resultante de elementos atuais e anteriores, quais sejam, a atual conjuntura nacional e internacional do trabalho e a história do trabalho no Brasil, cujo resgate constitui a primeira parte do trabalho de campo.

No sentido concreto, o universo da pesquisa foi a população economicamente ativa residente na região metropolitana do Recife, ponto mais industrializado de Pernambuco e, portanto, mais propenso às mudanças econômicas e socioculturais relacionadas à industrialização. Foram entrevistados homens e mulheres economicamente ativos, com idade entre 25 e 45 anos, que estivessem cursando ou tivessem concluído o terceiro grau, assim caracterizados conforme a situação no mercado de trabalho:²

Segmento A: trabalhadores e trabalhadoras com vínculo empregatício formal, no momento da pesquisa, nos setores de indústria, comércio ou serviços. Esse segmento representaria o padrão “tradicional” de trabalho, sujeito à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ou ao Estatuto do Servidor Público.

² A caracterização vínculo, não-vínculo e desemprego teve como base as definições da PME/IBGE e da PED/DIEESE.

Segmento B: trabalhadores e trabalhadoras então alocados no mercado informal (entendendo-se por isso, basicamente, "sem vínculo empregatício") ou autônomos (empregadores ou não) que já tivessem tido vínculo empregatício nos setores de indústria, comércio ou serviços, há no máximo 4 anos, tomando como referência o momento da pesquisa. Aqueles que já estiveram no caso anterior, mas que atualmente trabalham sem vínculo empregatício (excluindo-se os profissionais liberais), hipoteticamente estariam imersos no que se tem denominado de "novos padrões" do mercado de trabalho, na medida em que teriam se adaptado à realidade do desemprego estrutural ao constituir-se como trabalhadores "informais" ou "autônomos".

Segmento C: trabalhadores e trabalhadoras desempregados (à procura de emprego no momento da pesquisa, tendo tomado atitudes concretas no sentido de "procurar emprego" durante as quatro últimas semanas). Aqueles que perderam o emprego, e estão em busca de reinserção no mercado de trabalho (desemprego aberto) vivenciariam de forma direta as "novas exigências" desse mercado dentro do caso brasileiro.

Metodologia

O caminho utilizado para investigar a transformação das representações foi o de resgatar, a partir de estudos já realizados e em outras fontes secundárias (como estudos do DIEESE e do IBGE), a história do trabalho no Brasil, buscando nela a sedimentação progressiva e/ou as progressivas mudanças nos significados do trabalho, como fonte para a compreensão dos elementos identificados no presente. O presente, por sua vez, teria em seu bojo não somente as representações propriamente ditas dos segmentos investigados, restritas a si mesmas, mas também um complexo cruzamento

de discursos e perspectivas, provenientes de diversos atores no cenário público, difundidos sobretudo nos meios de comunicação de massa. Disso emergiu outra necessidade da pesquisa, que compôs o seu segundo momento: um breve apanhado dos discursos acerca do trabalho e do emprego, por parte dos atores historicamente mais significativos na constituição dos significados do trabalho no Brasil nas últimas décadas, como veremos: Estado/governo, sindicatos, oposição/esquerda, intelectuais. Finalmente, o último momento da pesquisa, constituído pela análise dos dados primários, seria feita à luz deste terreno, ou seja, dos elementos mais cristalizados nos significados de trabalho e emprego, e do movimento desses elementos no plano discursivo da esfera pública, para além do plano interativo e cotidiano em que são ativadas as representações sociais.

A investigação dos aspectos simbólicos e subjetivos (valores e motivações subjacentes às questões em foco) sugeriu a utilização de métodos qualitativos de pesquisa. Os objetivos da pesquisa, voltados para a apreensão de representações sociais, sugeriram a apreensão do tema tanto em âmbito coletivo/interativo quanto individual/biográfico. Esse aspecto levou em conta, ainda, a importância que tem assumido a descontinuidade das biografias profissionais para a sociologia do trabalho (OFFE, 1989). Foram utilizadas as técnicas de entrevista em profundidade e grupos focais.

Tais técnicas possibilitam que os indivíduos verbalizem espontaneamente suas opiniões e impressões, ao ensejar que valores, visões de mundo e dos problemas examinados aflorem sem a rígida limitação de categorias preestabelecidas. A liberdade de ordem das questões permite que os aspectos vinculados ao tema possam emergir espontaneamente por parte dos entrevistados ou participantes dos grupos, e alguns tópicos, a depender do momento da entrevista, sejam mais bem explorados

pelo pesquisador. Assim, ao mesmo tempo em que permite um tratamento sistemático das informações por tópico focalizado, essa técnica deixa espaço para que a associação e o estabelecimento de relações entre os aspectos referentes ao tema possam partir antes do entrevistado que do entrevistador – embora não se deva subestimar a interação entre estes dois personagens no momento da pesquisa. Cabe ao entrevistador, no uso dessas técnicas, estar atento aos elementos (esperados e não esperados) que surjam espontaneamente, estimulando o seu desenvolvimento e aprofundamento por parte dos informantes.

Os grupos focais acompanham uma estrutura semelhante às entrevistas, no que se refere à liberdade do pesquisador em relação ao roteiro e ao desenvolvimento do tema por parte dos participantes. Têm, no entanto, a especificidade de criar uma situação interativa, possibilitando o “confronto” entre visões, opiniões ou atitudes diferentes, num grupo constituído artificialmente, com pessoas desconhecidas entre si, selecionadas com base em critérios socioeconômicos estabelecidos a partir dos objetivos da pesquisa. As entrevistas e os grupos obedeceram à pauta de um roteiro temático (ANEXOS 3 e 4), elaborado de acordo com os objetivos. O roteiro constituiu instrumento de uso exclusivo da pesquisadora, ao qual os entrevistados e participantes dos grupos não tiveram acesso. Em cada segmento, foi realizado um grupo focal composto por oito pessoas e cinco entrevistas em profundidade, perfazendo um total de 39 pessoas ouvidas, sendo 15 nas entrevistas e 24 nos grupos focais, assim caracterizados:³

³ Saliente-se que aqui o critério de representatividade nada tem a ver com quantificação ou plano amostral. O critério de representatividade na pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que em um contexto social e cultural semelhante, afora as peculiaridades de personalidade, os sujeitos tendem a partilhar de referências e critérios de avaliação da realidade. A pesquisa antropológica, sociológica e psicossocial tem vastos estudos sobre esse dado. No presente caso, é o próprio conceito de representação social, utilizado aqui como referencial teórico, que fundamenta a generalização das informações.

SEGMENTOS INVESTIGADOS			
	SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO		
	FORMAIS	INFORMAIS/ AUTÔNOMOS	DESEMPREGADOS
ENTREVISTAS	5	5	5
GRUPOS	1 (8 Pessoas)	1 (8 Pessoas)	1 (8 Pessoas)
TOTAL DE PESSOAS OUVIDAS	13	13	13

Uma delimitação prévia de cotas por sexo e idade, embora pudesse ter constituído uma medida importante, poderia desvirtualizar a distribuição dessas variáveis pela situação de mercado especificada acima, tal como elas se encontrassem na realidade empírica. Em virtude disso, foi suprimida essa alternativa. Saliente-se, porém, que além do filtro central (situação no mercado), a seleção dos participantes procurou obedecer ao critério de dispersão, ou seja, à necessidade de diversificar as entrevistas, quanto possível, por sexo, faixa etária e setor de atividade, no sentido de controlar os vieses que poderiam advir da preponderância ou escassez de uma ou outra dessas variáveis.

A seleção dos entrevistados e participantes dos grupos foi feita por uma equipe de recrutadores especificamente treinada para a pesquisa em questão, com base nos critérios já explicitados. Tais critérios foram averiguados por meio de questionários prévios, aplicados aos potenciais entrevistados e participantes dos grupos, preenchidos pelos recrutadores nos locais de trabalho ou nas residências. Uma vez obedecidas as especificações do perfil, foram agendadas as entrevistas e os grupos.

A opção por focalizar esses segmentos levou em consideração os seguintes aspectos:

a) em se tratando de um estudo da realidade dos centros urbanos, os trabalhadores e pequenos proprietários do setor rural não fariam parte do universo de estudo;

- b)** foram escolhidas categorias cujos indivíduos, pelo nível de renda e educação; estariam teoricamente menos propensos ao desemprego, sob o pressuposto de que em uma situação de iminente falta de uma fonte de renda, somada a um baixo nível de escolaridade, o tema trabalho/emprego/ocupação tenderia a confundir-se com a simples subsistência. A coerção e a urgência do "concreto" tornaria mais difícil a abordagem das dimensões mais abstratas concernentes à investigação;
- c)** por outro lado, o outro extremo também foi deixado de fora: aqueles que, por estarem "no topo", no que se refere à renda ou à escolaridade, apresentariam as melhores chances no mercado de trabalho, bem como um maior acesso a informações relativas a ele. Isso poderia tornar a relação pessoal e econômica com o trabalho bastante específica quanto à situação mais comum no todo da população economicamente ativa;
- d)** pretendia-se, assim, um meio termo entre os trabalhadores e profissionais inseridos no mundo *high tech* e os "excluídos", ao mesmo tempo em que se procurava uma população que estivesse mais sujeita aos efeitos da efervescência dos "novos padrões de emprego" e dos "novos perfis do trabalhador" exigidos pelo mercado e exaltados pela mídia (o que será retomado adiante);
- e)** para tanto, as entrevistas foram segmentadas de modo a que pudéssemos ter um referencial comparativo dentro da própria "amostra", já que não seria possível dispor de dados da mesma natureza colhidos em momentos anteriores, que permitissem analisar a "evolução" das representações do trabalho e do emprego.

Por fim, vale salientar que embora as entrevistas tenham sido realizadas em Recife, espera-se, a partir do conhecimento da literatura e da utilização de estatísticas oficiais, que o trabalho possa trazer sinalizações de aspectos relacionados com as representações do trabalho e do emprego em uma realidade mais ampla – a brasileira.

Ainda nesse sentido, cabe observar que a análise dos dados qualitativos procurou não se abstrair dos dados macrossociais e macroeconômicos, recorrendo tanto às estatísticas oficiais (PME/IBGE e PED/DIEESE) como à literatura internacional e brasileira sobre o tema, além de estabelecer o diálogo com discursos de atores governamentais, empresariais e oposicionistas (observados na mídia televisiva e impressa), de modo a obter outro referencial (para além das entrevistas e dos grupos) à luz do qual seria desenvolvida a análise.

O tratamento das informações obedeceu à seguinte dinâmica:

- a)** escolha – seleção dos principais tópicos a estudar em função dos objetivos gerais; seleção dos materiais verbais sob o ponto de vista da pertinência proposicional dos enunciados que servem de exemplo para resolver a problemática geral;
- b)** referência dos enunciados – leitura das entrevistas em busca de enunciados que carreguem características relacionadas; identificação das peculiaridades e semelhanças na estrutura dos tópicos em cada segmento;
- c)** análise interpretativa das construções expressas – sistematização dos principais referentes, definições, explicações e significados em torno dos temas trabalhados; identificação de elementos centrais e periféricos na construção dos temas por parte dos entrevistados;
- d)** confrontação – (com base nos dados obtidos em "c") análise comparativa em segmento e entre segmentos, estabelecendo os pontos de coerência e contradição em constante diálogo com o discurso científico (literatura acerca das recentes mudanças nas representações do trabalho e do emprego), com o discurso do poder, com o

discurso do setor privado ou empresarial e com o discurso da oposição (observados nos meios de comunicação de massa). Tal confrontação perpassa toda a análise.⁴

Observe-se, todavia, que em virtude da necessidade – imposta por questões de tempo e espaço – de resumir o trabalho de campo e o trabalho escrito, as matérias de jornal e revista não constituíram elemento específico do trabalho de campo e não foram submetidas a qualquer seleção ou tratamento metodológico mais rigoroso. As referências a jornais e revistas, quando ocorrem, consistem apenas em ilustrações, fontes para a elaboração de hipóteses, menos que para a confirmação de teses.

Das Representações Sociais como Objeto de Pesquisa

O melhor tratamento metodológico do estudo das representações sociais não é desprovido de controvérsias. Embora necessário, não haveria espaço aqui para um capítulo a esse respeito. No entanto, ainda que sucintamente, é importante explicitar algumas perguntas e respostas mais relacionadas com o presente estudo.

a) Discursos *versus* práticas: se o acesso ao objeto de pesquisa se dá apenas através do discurso dos participantes, como "averiguar" se elas são de fato indícios de representações ou apenas construções efêmeras estimuladas pelo momento da entrevista? Além disso, a própria elaboração do instrumento de coleta pode já antecipar (muitas vezes erroneamente) o status de determinadas categorias diante do tema, ao instigar respostas acerca de objetos nos quais os participantes, na prática, não tivessem nenhum envolvimento ou elaboração pessoal. Nesse caso, uma análise apressada levaria à identificação de pseudo-representações (SÁ, 1996, p. 57). Diante desse risco, além do cuidado exposto acima acerca do roteiro e da condução das

⁴ Vale ressaltar, mais um vez, que esses últimos elementos não constituíram objeto de estudo em si mesmos. Apenas funcionaram como referencial, sem o qual os enunciados se esgotariam em si mesmos e a própria pesquisa perderia seu sentido sociológico.

entrevistas, cabe, como observa Jodelet (1986), evitar trabalhar o discurso flutuante, sem assento nem referência sobre a prática, que apresenta o risco de ser falacioso.⁵ No nosso caso, não seria possível investigar a correspondência entre as práticas sociais da população estudada *in locu*, mas o caminho foi trazer no próprio roteiro de discussão e de entrevista questões que sinalizassem indiretamente para as práticas cotidianas relacionadas ao tema, além do diálogo constante, em todos os momentos da pesquisa, entre os resultados das entrevistas e as tendências objetivas acerca das mudanças nas normas e padrões das relações de trabalho, recorrendo às estatísticas oficiais do PED/IBGE e PEA/DIEESE e a outros estudos sobre o tema. Saliente-se, por outra via, que o “discurso” tem sido largamente utilizado como fonte de investigação. A psicanálise é a mais expressiva demonstração disso.

b) Elementos centrais *versus* elementos periféricos das representações: de acordo com a teoria do núcleo central das representações sociais (ABRIC, 1994), os elementos cognitivos centrais têm a função de organizar e gerar o significado dos demais elementos de uma representação. Isso não significa que esses demais elementos, chamados periféricos, sejam menos importantes no funcionamento da representação (FAMENT apud SÁ, 1996, p. 57). No presente caso, a identificação dos elementos centrais deu-se pela análise comparativa dentro de cada segmento e entre segmentos na busca dos elementos mais comuns que compunham o eixo das teorias implícitas sobre o tema focalizado.

⁵ Podemos utilizar o exemplo das pesquisas de opinião nos períodos eleitorais. O objetivo, naquele caso, é captar não os elementos culturais subjacentes (embora estes também sejam fundamentais para as análises estratégicas), mas, sobretudo, as opiniões menos cristalizadas, mais diretamente passíveis de persuasão pelo trabalho da publicidade, visto que os elementos mais cristalizados tendem a mudar de forma mais lenta e complexa. Assim, a publicidade tenta influenciar num primeiro momento as “opiniões” e “atitudes”, ou seja, os aspectos mais externos identificados nos discursos, ao mesmo tempo em que, paulatinamente, vai tentando desconstruir, ou reproduzir, conforme o caso e os objetivos estratégicos, os elementos subjacentes a tais avaliações e atitudes, ou seja, referenciais simbólicos, valores, visões de mundo e representações sociais.

c) Discursos sólidos *versus* discursos efêmeros: nem a todo objeto existe uma representação social constituída (IBAÑEZ, apud SÁ, 1996, p. 46).⁶ Pode ser que um dado objeto dê lugar tão somente a uma série de opiniões e visões desconexas. Pode ser também que nem todos os grupos ou categorias sociais partilhem de uma dada representação de determinado objeto, enquanto outro revela apenas opiniões sem ligação perceptível. Como identificar, então, uma representação social, e mais, como saber se podemos generalizá-la a uma realidade mais ampla, ou seja, para além do grupo em questão? Isso é respondido em primeiro lugar pelos elementos que caracterizam uma representação (como será visto no capítulo 3): focalização, dispersão e pressão para a inferência. Mesmo assim, a recorrente menção a um objeto por parte de várias pessoas de uma população pode significar simplesmente que ele está "em moda", sendo freqüentemente veiculado nos meios de comunicação de massa. Desse modo, é importante observar, também, a "relevância" do tema para os grupos em questão, bem como o nível de envolvimento dos sujeitos com ele. Isto é, que o tema esteja implicado, consistentemente, em alguma prática social, aí incluída a da conversação e a da exposição aos meios de comunicação. Diante desses aspectos, parece indiscutível que os temas trabalho e emprego possam ser objetos de representações sociais consistentes. E não apenas delas, mas de práticas hegemônicas.

d) Representação *versus* realidade: como questão teórico-epistemológica, cabe esclarecer que não se trata de distinguir entre a "representação do objeto" e o próprio "objeto". Essa é outra discussão que não pode ser aprofundada aqui, embora não fosse menos importante. Mas em lugar de prolongar um debate que dificilmente se resolveria em poucas páginas é preferível, por ora, atentar tão somente para o risco a que ela tenta chamar a atenção: os perigos de pensar o sujeito e o objeto em termos

⁶ A esse aspecto corresponderia também, para remeter a outro referencial teórico aqui utilizado, o conceito de "elemento" de Laclau e Mouffe (1986) – aqueles objetos da realidade social que não foram elaborados simbolicamente e não entraram nos discursos e na prática articulatória da hegemonia.

universais, determinísticos ou essencialistas, atentando antes para as condições políticas e sócio-culturais em que ele é constituído. Daí a necessidade de ultrapassar o âmbito da representação para atingir o âmbito ideológico.⁷

⁷ Parece-me, a respeito desse tema, que a abordagem mais coerente com a postura do presente trabalho seria a do pragmatismo, na versão de Richard Rorty (1997), brilhantemente interpretada por Jurandir Freire Costa (1995).

2. TENDÊNCIAS RECENTES DA SOCIOLOGIA DO TRABALHO

2.1. Do Paradigma do Trabalho ao Paradigma da Linguagem

Modernidade, antimodernidade, pós-modernidade, pós-estruturalismo... Esses são apenas alguns dos termos emergentes no contexto de transformações das sociedades industriais nas últimas décadas. Termos cujas definições, por vezes evasivas, dúbias, ou oscilantes, são reveladoras de um momento em que as teorias social e política tentam reencontrar seu lugar no emaranhado de indagações sobre o "novo tempo".

Diante da crise do trabalho, das mudanças geopolíticas, do surgimento ou consolidação de movimentos sociais fundamentados mais em diferenças que em desigualdades (gênero, etnia, etc.), mais em cultura que em economia, as pesquisas e teorias das Ciências Sociais passam a enfatizar os “novos” elementos forjadores da consciência e da ação social, bem como as “novas” configurações na constituição dos grupos, organizações e ações coletivas, para além do modelo de pesquisa social centrado no trabalho e nas classes sociais. As Ciências Sociais são revistas em suas bipolaridades coletivismo/particularismo, produção/consumo, materialismo/idealismo, entre outras. Passa a ser mais explícita e recorrente a rejeição à tese de que determinados elementos (tais como trabalho e posição no processo produtivo ou no mercado de trabalho) seriam centrais na formação de representações, identidades coletivas, ideais de sociedade e projetos de mudança social, como pregara, com diferentes nuances, toda uma tradição sociológica (MARX, DURKHEIM E WEBER). Cresce a defesa de uma concepção mais "autônoma" do ator social, baseada sobretudo no tema da subjetividade e da diferença, estas últimas abordadas sob a suposição de

uma maior liberdade do sujeito em face das tendências coletivistas ou universalistas, no contexto da globalização (transnacionalização versus localismo). Tais alterações, como observa Soares (1993, p. 116), localizam-se em dois níveis:

o teórico – circulação intersubjetiva idealizada versus a afirmação conceitual da diferença; contingência dos critérios racionais em relação a critérios éticos, axiológicos, de legitimidade e justiça; pluralidade da razão humana, necessidade de modelos dialógicos abertos, e de reconhecimento da impossibilidade de princípios universais (teórico e políticos) inerradicáveis;

o mítico-simbólico – relevância do campo estruturante dos horizontes de percepção e interpretação, e das tradições culturais.

Percebe-se, portanto, que o lugar antes ocupado pela esfera econômica na explicação sociológica tende a ser ocupado pela esfera cultural. Curiosamente, e não sem controvérsias, em lugar de superação da tendência dicotômica da análise sociológica, novas dicotomias parecem tomar lugar, ou mais que isso, velhas dicotomias passam a ser invertidas (ALEXANDER, 1995).

Pode-se, diante desse contexto, falar de um deslocamento do paradigma do trabalho para o paradigma da linguagem.⁸ Tal inversão passa a ser, em larga medida, o referencial para o revisionismo dos principais expoentes das teorias sociais e políticas

⁸ Note-se que trabalho e linguagem são, desde Marx, senão desde Hegel, os dois elementos centrais na interpretação dos fenômenos sociais. Contudo, diante da inversão marxista do “idealismo hegeliano”, em que o materialismo histórico toma lugar, o trabalho assume centralidade. A linguagem viria a ser retomada numa visão marxista apenas muito depois, pelos frankfurtianos, no seu resgate explícito ou implícito de Hegel e na sua tentativa de unir marxismo e psicanálise (tendo Habermas como um dos seus maiores expoentes). Naquele momento, a comunicação cotidiana, a esfera pública e os meios de comunicação de massa assumiam importante destaque na realidade empírica, pelas transformações da técnica e dos padrões de consumo e propaganda. Enquanto a pesquisa sociológica, por longo tempo, privilegiou o trabalho como categoria sociológica fundamental, a pesquisa antropológica, sobretudo na forma do interacionismo simbólico e da etnometodologia, traziam a linguagem, a comunicação cotidiana e a análise da conversação para o centro de suas atenções. Com as inovações da informação e da informatização (internet e globalização, entre outros fenômenos), o discurso, a linguagem e a comunicação, nas suas velhas e novas formas, vêm reivindicar seu lugar na teoria, em especial nos anos 90. Nestes últimos anos, não por acaso, parece ter crescido o número de trabalhos sociológicos em que os referenciais teóricos e filosóficos da lingüística, da semiótica e da análise do discurso servem como caminhos tanto para a compreensão como para a explicação dos fenômenos sociais.

modernas. A linguagem, porém, tende a ser negada como dinâmica da explicitação de uma essência, e resgatada como elemento de uma “prática discursiva contingente” (LACLAU, 1986). O discurso assume o lugar de uma objetivação e intermediação das relações entre os agentes sociais, em sua condição posicional – já não uma posição homogênea ou predefinida, mas diversificada em seus sentidos e significados na interação e no contexto social. No que poderíamos chamar de um ajuste de contas da teoria social com Gramsci, o discurso é compreendido já não como coeso, único, homogêneo, consensual, mas como "discursos" que se articulam, e dentre os quais os que venham a sobressair na luta pelo consenso podem vir a se tornar hegemônicos. Quais os elementos mais prováveis a se destacar e a se fixar, porém, não poderiam ser ditos a priori:

... Campo de lucha entre los diferentes sectores sociales por la obtención de la hegemonía en la sociedad, la política se constituye como conflicto entre diferentes propuestas del 'buen orden'. En ella está en disputa el régimen de verdad de la sociedad, los tipos de discursos que ésta acepta y hace funcionar como verdaderos, los mecanismos y las instituciones que permiten distinguir los enunciados verdaderos de los falsos. Y, más profundamente, genera y se alimenta de los términos en que se realiza el reconocimiento mutuo entre los individuos (LANDI, 1988, p. 173).

Categorias políticas antes privilegiadas na ordem explicativa (sujeito "classe" ou sujeito "burocracia", este último tentando resgatar o Estado como sujeito, mas desta vez tentando unir socialismo e democracia), continuam sendo importantes, mas já não por serem compreendidas como o fundamento último do social ou da constituição do sujeito, e sim na medida em que podem ser identificadas na realidade social como categorias válidas e valorizadas de discurso:

... Nos haremos cargo del hecho de que la division del trabajo y la configuración del poder político, tanto a nivel macro como micro y cotidiano, no constituyen um reparo presimbólico de funciones. Ellas también se constituyen com la intervención de los discursos que enuncian el orden de la sociedad, en la medida en que son representadas y reconocidas por sus actores (LANDI, 1988, p. 175).

Mesmo paradigmas mais diretamente relacionados com o conceito de racionalidade, como correntes do individualismo metodológico e o marxismo analítico, passam a rever seus postulados básicos, forçados pela confusão inexaurível das realidades socioeconômicas e culturais da última década, na sociedade ocidental como um todo. Paradigmas como o da mobilização de recursos, por exemplo, que apostavam, a princípio, quase exclusivamente na capacidade articulatória dos agentes sociais em sua feição mais jurídica, formal e racional, em lugar dos conteúdos culturais e subjetivos, passam a abordar a questão identitária tanto nas organizações quanto nos movimentos sociais.

Como defende Touraine (1994), a constituição dos atores coletivos seria hoje um fenômeno contingente, decorrente de arranjos conjunturais, e a ação coletiva se manifestaria não como ação de classe, mas como manifestação de movimentos sociais. A abordagem dos movimentos sociais, por sua vez, chama a atenção para a necessidade de separação e rearticulação de diversos âmbitos da realidade nas conclusões explicativas, quais sejam, o subjetivo, o cultural, o político, o administrativo e o econômico em contraposição às tendências deterministas e dicotômicas. Touraine critica, porém, "a visão otimista" com que muitos autores trabalham a questão da superação (ou não) da modernidade, cuja conceituação estaria ainda presa ao paradigma da economia e do mercado, confundindo "modernidade" com "modernização" num corte inadvertidamente reducionista. O autor advoga a necessidade de uma concepção mais "complexa" de sujeito e de sociedade, procurando a articulação entre os conceitos de identidade e subjetividade, e destes com aquilo que, em última instância, acaba por constituir o que ainda poderíamos chamar de "estrutura". A importância da estrutura (termo que se tornou um tanto maldito em algumas abordagens revisionistas por remeter ao determinismo e ao

holismo do materialismo histórico) é vastamente retrabalhada no sentido de superar dicotomias, apriorismos e determinismos, destacando-se a Teoria da Estruturação, de Anthony Giddens (1996). Em suma, o quadro apresenta-se complexo tanto em sua configuração empírica quanto teórica.

Em tal contexto, em que a "diferença", o simbólico e o cultural constituem os elementos chaves para uma série de preocupações e proposições, falar em trabalho, emprego e ideologia, conceitos tradicionais de uma sociologia bombardeada por crises de paradigmas, chega a soar como apologia ao paradigma do trabalho na sua versão mais marxista.

Por outro lado, parece reconhecido, também, que os recursos simbólicos, materiais e informacionais de que dispõem os diferentes grupos no contexto social interferem na constituição, no desenrolar e no desfecho dos conflitos e dos movimentos sociais, sejam quais forem seus princípios reivindicatórios. A distribuição de tais recursos, por sua vez, está relacionada com a distribuição do poder político e decisório e esta, de algum modo (a depender da realidade em foco), à distribuição do dinheiro e do capital.

Capital social, capital simbólico e capital propriamente dito continuam, portanto, a ser elementos intrinsecamente vinculados. Ou seja, por mais contingentes e posicionais que sejam as diferenças, elas se dão sobre algum terreno acidentado e assimétrico de distribuição de recursos os mais diversos, e ao que parece, tal distribuição não é contingente, mas histórica. Uma rede de significados, representações, critérios e mecanismos de alocação de recursos de diversas naturezas, constitui pano de fundo das interações que ocorrem nas realidades sociais, cada uma a seu modo e a depender de seu histórico. É o que salientam autores como David Harvey (1998).

Preocupado em compreender as transformações culturais destas últimas décadas (incluindo suas configurações objetivas nos processos de trabalho, flexibilização do tempo e do espaço, hábitos de consumo, poderes e práticas do Estado, novas configurações geográficas e geopolíticas), Harvey salienta a importância de não se perder de vista “o fato de que as regras do modo capitalista de produção continuam a operar como forças plasmadoras invariantes do desenvolvimento histórico-geográfico” (HARVEY, 1998, p. 7). Essa afirmação baseia-se na percepção de que, no Ocidente, ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como princípio organizador básico da vida econômica:

Em suma, o capital continua a dominar, e o faz, em parte, graças ao domínio superior do espaço e do tempo, mesmo quando os movimentos de oposição obtêm por algum tempo o controle de um lugar particular. As ‘alteridades’ e ‘resistências’ que a política pós-moderna enfatiza podem florescer num lugar particular. Mas, com muita frequência, estão sujeitas ao poder que o capital tem sobre a coordenação do espaço fragmentado universal e da marcha do tempo histórico global do capitalismo, que está além do alcance de qualquer delas (HARVEY, 1998, p. 218).

Isto, todavia, não implica em que a cultura e os comportamentos individuais e coletivos possam ser “deduzidos” dos interesses ou leis do capital. Apenas atenta para o fato de que não se pode concebê-la como algo passível de “independência” em relação às outras esferas e processos sociais. Compreendidas dessa forma, as práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais; elas sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo social, sendo muitas vezes o foco de conflitos, latentes ou manifestos. Isso se torna evidente, diz Harvey, quando consideramos os modos pelos quais o espaço e o tempo se vinculam ao dinheiro, que permite o deslocamento tempo/espaço, e o modo como essas duas categorias se articulam no desenvolvimento do capitalismo. Tanto o tempo quanto o espaço são definidos mediante a organização de práticas sociais fundamentais para a produção de

mercadorias. Mas a força dinâmica da acumulação (e superacumulação) do capital, aliada às condições de luta social, torna as relações instáveis. Seria essa uma das causas da insegurança que perpassa o capitalismo como formação social: a flexibilização e instabilidade dos princípios espaciais e temporais em torno dos quais a vida social poderia ser organizada ou mesmo ritualizada conforme uma tradição.⁹

Diante dessas ressalvas e controvérsias, é importante ressaltar que ao desconstruir um terreno teórico, é preciso abraçar também as implicações que isto traz para a observação mais concreta da realidade, aspecto nem sempre abordado pelos autores revisionistas. Para o problema de que trata o presente trabalho, a pergunta mais importante nesse campo teórico seria: como conciliar a abordagem da “diferença” com a abordagem da “desigualdade”, dentro de uma lógica de contingência dos conflitos, movimentos sociais e identidades coletivas? Como evitar o risco de tratar como teoricamente iguais atores efetivamente diferentes e desigualmente posicionados no quadro social?

Se, por um lado, os pressupostos tradicionais das ciências sociais não conseguiram dar conta dessa problemática de forma satisfatória, também as abordagens pós-modernas e pós-estruturalistas ainda não conseguiram oferecer um instrumental consistente. Ao que parece, a questão de como lidar com a assimetria dialógica de que fala Orcar Landi (1988) ainda constituirá um desafio por um bom tempo.

2.2. Tendências da Sociologia do Trabalho na América Latina

Não tanto a descentralização do trabalho, mas as transformações das relações, da estrutura das ocupações e dos seus significados encontram-se no centro da

⁹ A flexibilidade de horários, a capacidades de deslocamento espacial, a interconexão com diversos lugares são algumas das características de um padrão de jornada de trabalho radicalmente modificado, e estritamente vinculado a este desenvolvimento (“fase da acumulação flexível”).

Sociologia do Trabalho na América Latina. Aqui, segundo Lautier (1998), as questões sobre descentralização do trabalho e sua flexibilização, e a relação entre mundialização e circulação mercantil e trabalho aparecem no seio dos debates contemporâneos de forma ligada e, ao mesmo tempo, distinta. Numa ponta, encontra-se o debate sobre a concorrência desleal que seria feita entre certos trabalhadores dos países do Terceiro Mundo, onde o direito ao trabalho seria inexistente ou não respeitado, e os trabalhadores dos países desenvolvidos. Esse aspecto trataria, sobretudo, da questão sobre o volume de emprego. Na outra ponta, está o debate sobre o nivelamento por baixo ou por cima das legislações sociais no interior de uma zona de livre comércio; esse debate envolve a qualidade e o custo da proteção social e as garantias de emprego.

O tema da relação dos processos de trabalho e internacionalização, como observa Lautier, não é abordado como tal nesses dois debates; ele aparece mais como um elemento derivado do estudo de três questões transversais: a questão da automação, geradora de baixa dos efetivos e de competitividade; a questão do custo do trabalho, que leva inevitavelmente – nos países do Norte – a concluir que é necessário se especializar nos altos extratos e aceitar a deslocalização dos baixos extratos; e a questão da flexibilidade, que leva a uma clivagem entre "estáveis polivalentes" e "precários flexíveis":

O fato de essas três questões (a automação, o custo do trabalho e a flexibilidade) terem dominado, pouco a pouco, a sociologia do trabalho desde o fim dos anos 80, se explica (...) pela evolução da demanda social sobre os pesquisadores, subjugada pela questão do emprego e do desemprego e pelo fato de que a mundialização é primeiramente vista em termos de repercussão sobre o emprego. Essa demanda social acentuou, no decorrer dos anos, o deslocamento da sociologia do trabalho, que, gradualmente, perdeu sua posição no campo científico em favor daquilo que já aparecia há duas décadas como dois de seus herdeiros: a sociologia do emprego (e da exclusão do emprego), e a sociologia da empresa (vista como corpo coletivo, inteiramente voltado para a competitividade (LAUTIER, 1998, p. 9).

As diferenças das abordagens mais recentes são notórias em relação aos anos 70, quando O núcleo central da Sociologia do Trabalho era constituído por três dimensões interligadas, cujo conjunto formava o "processo de trabalho": a inserção no trabalho (caracterização sociodemográfica dos trabalhadores por ramo de atividade, modo de dominação que impeliu o indivíduo a determinado tipo de trabalho – violência simbólica, pobreza, migração, expectativa de mobilidade, etc.); processos operatórios (tipos de atividade, relação com a técnica, divisão do trabalho); poder e hierarquia (quem comanda, quem decide, níveis de autonomia, acesso aos recursos).

Nos anos 90, de acordo com diversos autores, um novo eixo se estabelece: a "organização do trabalho", que se inspira basicamente nos processos operatórios e nas questões de poder e hierarquia. Mas, segundo Lautier, esses estudos acabam por neutralizar e despolitizar estas últimas, sob a perspectiva da "eficácia", sobretudo no que se refere aos países do Norte (estudos sobre o "modelo japonês"). A especificidade do Sul, diz ele, estaria nos avanços da antropologia do trabalho:

A antropologia do trabalho industrial conheceu desenvolvimentos importantes na segunda metade dos anos 80, particularmente na França e no Reino Unido, e, em menor medida, no Brasil. Ainda que o impacto da mundialização não esteja no centro destas pesquisas, muitos ensinamentos podem ser tirados, em particular no que concerne ao papel dos fatores políticos e religiosos e das formas de família e de urbanização na análise da capacidade de determinado tipo de organização do trabalho de se impor aqui ou acolá. Em geral, a demonstração do papel preponderante do nível simbólico da inserção no trabalho contrasta com a precipitação desenhada com a qual certos autores afirmam, simetricamente, que o trabalho teria perdido seu lugar central no sistema simbólico de nossas sociedades (LAUTIER, 1998, p.11).

As tradições dos países do Terceiro Mundo e dos países desenvolvidos seguiriam, portanto, caminhos distintos entre si. Nestes últimos, a sociologia do trabalho estaria mais centrada na organização do trabalho, invertendo a relação entre o estudo do trabalho e dos trabalhadores: nesse caso, o trabalhador é definido pelo posto que ele ocupa e por variáveis técnicas. A trajetória que o levou a esse posto tende a ser

deixada de lado ou vista sob o ângulo de dominantes macroestruturais, como a valorização do ensino técnico da Alemanha ou o gosto dos franceses pelo ensino geral.

Nos países do Terceiro Mundo, por sua vez, essa visão tecnicista do trabalho tenderia ser atenuada, apresentando-se em vez dela dois conjuntos de pesquisa: a) a relação entre trabalho e o “fora-do-trabalho”, enfatizando a complexidade das trajetórias ocupacionais e das diversas racionalidades e objetivos contraditórios que as produzem, para além dos objetivos econômicos da profissão aparente (residenciais, matrimoniais, estatutários, etc.); e b) um outro conjunto, relativo à socioeconomia da mobilidade, enfatizando as relações entre os setores formal e informal.

A questão posta pelos autores da sociologia do trabalho na América Latina, sintetizada por Lautier, é se a mundialização seria correlata à generalização do regime de trabalho de um assalariado, tendendo a eliminar formas arcaicas de conceber e realizar os processos de trabalho (dos mais servis aos mais livres, do assalariado ao trabalho autônomo) ou, ao contrário, estaria engendrando uma maior variedade de formas de inserção no trabalho, sem que a tendência no sentido da homogeneização de produtos, técnicas, equipamentos se faça acompanhar de uma uniformização dos modos de inserção no trabalho e de sua organização e relações decorrentes.

No caso dos países do Sul, e especificamente na América Latina, essa questão se faz muito mais patente, a ver por todas as estatísticas, estudos e reportagens acerca do setor informal, do trabalho infantil, sobre o tráfico de mão-de-obra, sobre formas neopaternalistas de exploração e até mesmo, no caso do Brasil, do trabalho escravo. Sendo assim, é necessário apontar, diante da mundialização e da suposta tendência à uniformização do trabalho, não apenas para as especificidades formais da produção, mas também para os elementos simbólicos que a constituem e a perpassam

em cada realidade social e econômica (a exemplo das formas de implementação do modelo japonês, de subcontratação na indústria automobilística, etc.). Ao lado da heterogeneidade da "renda de exploração", viriam as múltiplas formas de dominação sobre o trabalho, que acrescenta aos embasamentos econômicos da heterogeneidade do trabalho a heterogeneidade dos aspectos sociopolíticos. Isso remete tanto à colocação da empresa como centro das relações de trabalho, quanto às múltiplas formas de distribuição clientelista e de fidelidade política. Ver no paternalismo, por exemplo, um modo de dominação em declínio é uma idéia contraditada empiricamente, tanto nos países do Norte como nos do Sul:

O paternalismo no Brasil, por exemplo (...), está longe de caracterizar somente as formas de produção mais afastadas da circulação mundial, e nós o reencontramos nos bancos, nas indústrias automobilísticas, etc. (...). Há, no entanto, uma diferença considerável entre a situação contemporânea e a do século passado, na qual o 'patrão se compromete a garantir a existência do operário e, reciprocamente, o operário se compromete a lhe servir, a fazer sua a vontade daquele, a se dedicar a ele (...); o patrão contemporâneo se compromete apenas a permitir um consumo mínimo ao trabalhador, de um lado, e a lhe conferir um estatuto que lhe permita ascender às prestações do Estado de Previdência, do outro (LAUTIER, 1998, pp. 12 e 25).

Isso produz uma enorme instabilidade das formas neopaternalistas de inserção no trabalho, desde que o Estado de Previdência não desempenhe – ou não mais o faça – seu papel, que permite combinar paternalismo, flexibilidade e baixo custo salarial:

Ou bem volta-se à patronagem do século XIX (como em certas empresas brasileiras de alta produtividade); ou bem os aspectos de 'cativeiro simbólico' da relação de trabalho se atenuam ou desaparecem (como no Sul da Inglaterra ou no Norte do México); ou bem se vê um patronato que se proclama liberal aderir a um crescimento da intervenção social do Estado, como na Coreia dos anos 90". (LAUTIER, 1998, p. 25).

Ainda segundo o autor, a variedade de estudos de caso parece levar à conclusão de que a convergência tecnológica não é suficiente para alcançar convergência também em termos de relações institucionais e de trabalho: diferentes vias são percorridas para proceder à reestruturação, o que pode sugerir diferentes

respostas a cada realidade (considerando diferenças na renda de exploração com a sobrevivência de atividades pouco produtivas e informalidade, diversidade das trajetórias dos trabalhadores, heterogeneidade das formas de inserção no trabalho, e multiplicidade dos processos de dominação no campo político e no trabalho).

Ratificando essas considerações, Cardoso (1998, p. 83), ao comparar os casos do Brasil, Colômbia e México, questiona até que ponto se pode falar em convergência dos processos de reforma das relações de trabalho. O autor chama a atenção para a necessidade de observar o processo como um todo, atentando para as pressões visíveis “desde o chão da fábrica”, em termos de imperativos de mudança naquelas relações, e que respostas lhes estão dando capital e trabalho no nível micro de regulação formal e informal das relações industriais em cada país.

Tais questionamentos podem se resumir na seguinte pergunta: como se conciliam, na realidade global e nas diferentes realidades sociais, a tendência homogeneizante da mundialização e a heterogeneidade decorrente das peculiaridades produtivas, culturais e simbólicas de diferentes regiões e países?

De nossa parte, parece-nos que tais tendências evidenciam ainda outra lacuna. Fica negligenciada nestes estudos uma instância fundamental de todo processo: primeiro, em sentido mais imediato, a constituição e influência da opinião pública acerca do trabalho e do emprego, o que remete aos interesses dos diferentes grupos sociais e políticos em torno do problema em cada formação social; segundo, em sentido mais forte, as dimensões culturais sobre as quais se assentam as relações/negociações dos âmbitos econômico e político, que terminam por ser tratados, em boa parte dos casos, num sentido estritamente formal. Fica de fora, noutros termos, a dimensão dos elementos fixos, cristalizados, que perpassam as práticas articulatórias e hegemônicas tanto no plano micro quanto no plano macro.

Cabe procurar, diante desse quadro empírico e teórico, um meio termo entre os estudos micro e os estudos macrocomparativos.

É nesse sentido que a dimensão representacional precisa ser resgatada, sem que se descole da dimensão ideológica, que se refere ao conflito e ao poder, seja ele político, seja econômico, seja estatutário. Será esse o esforço perseguido neste trabalho.

3. A (DES)CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDEOLOGIA

Representar é tão antigo quanto pensar. Dito isso, tem-se que o problema da representação se coloca para o homem desde o momento em que o próprio “pensamento” – sua produção e exteriorização – se torna objeto das especulações filosóficas, o que traria mais tarde a questão sobre o papel do trabalho e da linguagem na constituição da consciência, individual ou coletiva.

A problemática filosófica da representação assume, historicamente, três níveis fundamentais: **a)** nível metafísico: diz respeito à existência ou não de universais (idéias/ conceitos) independentemente (como em Platão) ou como propriedade das coisas materiais (como em Aristóteles); **b)** nível perceptivo: refere-se à existência ou não de objetos materiais no espaço e no tempo, independentes da percepção. Isto tem dois desdobramentos: primeiro, remete à tese sobre a existência de algo como uma realidade independente de descrições (plano discursivo), que poderia ser conhecida naquilo que “é” (plano não discursivo); e segundo, à questão das limitações do aparelho perceptivo e, mais tarde, da influência das “paixões” e “interesses”, como fatores que podem distorcer a inteligibilidade deste “real”, o que nos leva ao tema da falsa consciência (ROUANET, 1996); **c)** nível epistemológico: possibilidade de existência e operação de objetos de investigação científica absolutamente (ciência natural) ou relativamente (ciência social) independentes da investigação ou, de modo mais geral, da atividade humana, o que constitui, grosso modo, uma transposição, para a ciência, de **a** e **b**, embora **c** não se resuma a isto (BHASKAR, 2000, p. 647).

Em outros termos, a representação, a princípio, dizia respeito a uma reflexão cognitiva, vinculada tão somente à experiência individual da consciência no seu

“despertar” para o mundo, ou seja, o momento em que a consciência se torna “sujeito cognoscente”; aqui, a subjetividade individual é a “fonte”, por assim dizer, da representação. Aos poucos, a noção se desvincula da experiência individual de apreensão das “coisas” para assumir outro enfoque: o da fidelidade da representação (signo) em relação ao seu objeto; aqui, parafraseando Foucault (1999), as palavras começam a se descolar das coisas. Em seguida, o conceito vai sofrendo uma nova guinada, determinante para a constituição de uma ciência social: o enfoque subjetivo vai cedendo lugar a uma reflexão que prima pela objetividade – momento representado, fundamentalmente, por Durkheim e Marx; agora a representação é interpretada como fenômeno inscrito na história, nas relações materiais, na vida social. Mas a sua metamorfose não se encerra aí: a subjetividade reivindica seu lugar, e a problemática da representação se torna mais complexa: ora retorna ao sujeito, embora não rechace radicalmente o plano objetivo, ora reafirma este último sob novas formas, ora se encaminha para uma terceira via: a da intersubjetividade, em que ambas as esferas fazem-se presentes, com maior ou menor ênfase ao conflito ou à integração. A representação, de todo modo, adquiriu “materialidade”, deixando de pertencer exclusivamente ao nível ideal, constituindo-se, efetivamente, como “objeto” – ao menos como objeto de estudo para as ciências do homem, uma ponte a mais para se chegar à compreensão do seu universo psíquico e social, individual e coletivo (PERRUSI, 1995).

Esses níveis estão estreitamente ligados ao desenvolvimento do pensamento social. Suas disputas tiveram imbricações basilares na constituição das ciências sociais, e outras dicotomias (indivíduo/sociedade, agente/estrutura, holismo/individualismo, etc.), geralmente implícitas nas apresentadas acima, perduram, com variações “pendulares”, na cena das discussões metodológicas e do

estatuto epistemológico das ciências do homem, desde o século XIX até as portas deste novo milênio (Alexander, 1995).

Na medida em que, juntas, essas questões poderiam ser traduzidas na problemática da “construção da realidade” (BERGER e LUCKMAN, 1986), um maior aprofundamento nelas de modo algum seria irrelevante. Por outro lado, dadas a sua complexidade e as variantes filosóficas que compreendem, tal debruçamento poderia nos afastar em demasia do que ora tratamos.

No âmbito deste trabalho, dois níveis interessarão de forma mais direta: o da representação como mediação/organização da realidade no plano interativo (correspondendo ao conceito de Representações Sociais), e o da representação como falsa consciência (correspondendo ao conceito de ideologia).

3. 1. A Dimensão Psicossocial: Representações Sociais

O conceito de representação social de Moscovici (1978) tem estreitas relações com o de representações coletivas de Durkheim (1986). No entanto, há que se fazer algumas ressalvas a partir de uma breve recapitulação do conceito durkheimiano.

Nas suas elaborações teóricas, a principal meta de Durkheim é encontrar e explicar aquilo que fornece unidade à vida social, o elo entre as diversas formas como as sensações individuais (entendendo o indivíduo como produto da realidade social) são representadas, sua causa “objetiva”, “universal” e “eterna”. E a resposta vem, num primeiro momento, por meio do conceito de consciência coletiva. A associação dos homens (indivíduos), sua síntese, produz um todo (realidade social) que se sobrepõe às partes que o formam. Essa realidade *sui generis* é o que Durkheim chama de

consciência coletiva, na qual são eliminadas ou minimizadas as diferenças individuais, dando lugar a uma “unidade” cuja vida se manifesta pela constituição e ação de “representações coletivas”.¹⁰ Nossos julgamentos, diz ele, são a cada instante mutilados e deformados por “julgamentos inconscientes”, e apenas vemos aquilo que nossos preconceitos permitem, ignorando tais preconceitos (DURKHEIM, 1986, p. 35). Os modos de agir individuais, o sentir e o pensar socialmente são, pois, “efeitos” psíquicos, provocados pelos “meios próprios da consciência coletiva” em sua ação sobre os indivíduos. Está dado, assim, o caráter “objetivo” das representações coletivas: assim como as representações individuais – que mesmo sendo produzidas por ações e reações permitidas pelos elementos nervosos, têm existência por si e são passíveis de observação, as representações coletivas, embora produzidas por ações e reações entre os indivíduos, deles são independentes. Como “fatos sociais” elas, inerentemente, têm existência por si (podem ser encaradas como “coisas”), exercem poder coercitivo, são exteriores e anteriores aos indivíduos.

Para Durkheim, portanto, as representações coletivas teriam uma existência concreta, uma “materialidade” que se manifestaria não apenas no comportamento dos membros de uma sociedade, por meio da socialização e internalização de valores, mas na estrutura jurídica e organizacional de uma formação social, nos mecanismos de controle social, nos critérios e formas de sanção e recompensa, etc. As representações coletivas dariam sustentação a uma moral específica, “necessária ao corpo social”, *materializando-a, objetivando-a e naturalizando-a*, desempenhando assim o papel de amainar ou até mesmo eliminar a contradição entre o individual e o coletivo, mantendo a ordem e o equilíbrio social. O autor traça, dessa forma, uma linha rígida

¹⁰ Ante o presumido sociologismo que permitiu o uso do conceito de “consciência coletiva” por Durkheim, e das críticas que sofreu por isso, observou-se sua progressiva substituição pelo conceito de representações coletivas. Com isso, a conotação psicossocial da sociologia de Durkheim ficou mais patente, embora isso não tenha eliminado o problema do peso causal das representações coletivas sobre a mente e o comportamento individual.

entre individual e coletivo, o psíquico e o social, com clara prevalência do segundo sobre o primeiro na explicação dos fenômenos e da ação social. O fator “construção” na interação social é claramente negligenciado. O tema é abordado exclusivamente em termos de “reprodução”, e a “produção” de significados fica como lacuna. O plano simbólico torna-se, assim, tão pouco dinâmico quanto pouco conflitivo: ele paira sobre os indivíduos de forma homogênea, e se dá entre indivíduo e sociedade de forma meramente conceitual em vez de entre grupos sociais específicos e concretos. A perspectiva integracionista, em Durkheim, vai até as últimas consequências.

Moscovici apropriou-se do conceito durkheimiano, modificando-o e utilizando-o como conceito fundador de um novo continente de pesquisas: **a)** primeiro, retirou do conceito de Durkheim o peso da ontologia social, mudando o seu campo de aplicação, agora situado a meio caminho entre o social e o psicológico; **b)** inscreveu no conceito uma consistência cognitiva bastante acentuada; **c)** delimitou especificamente o seu campo de ação, ou seja, o cotidiano; **d)** especificou a representação como uma forma de conhecimento particular, relacionado com o senso comum, com a interação social e com a socialização (PERRUSI, 1995).

Desse modo, o “social” de Moscovici, diferente do “coletivo” de Durkheim, designa o aspecto dinâmico, a bilateralidade no processo de constituição das representações sociais, assinalando duas facetas: por um lado, a representação como forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado e por outro, sua realidade psicológica, afetiva e analógica, inserida no comportamento do indivíduo. As representações são medidas sociais da realidade, produto e processo de uma atividade de elaboração psicológica e social dessa realidade, nos processos de interação e mudança social (JODELET, 1986, p. 37, In: MOSCOVICI).

Falar em representação social, portanto, é mais que falar em opinião (individual ou pública), atitude e conduta. Esses elementos estão em um nível de menor sedimentação social, são mais fluidos e contingentes e podem ser, eles próprios, reflexos, efeitos de representações sociais. Mas então, quais as características das representações sociais? O que é e o que não é representação social? Como saber quando estamos falando de representações sociais?

As principais características das representações sociais, segundo o conceito de Moscovici, são a *funcionalidade* e o *caráter performativo*.

Funcionalidade (ou organização do real)

As representações são “uma modalidade de conhecimento particular” que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos. O estudo das representações sociais, nesta perspectiva, consiste na análise dos processos pelos quais os indivíduos, em interação social, constroem teorias sobre os objetos sociais, que tornam viável a comunicação e organização dos comportamentos. Assim entendidas, as representações “alimentam-se não só das teorias científicas, mas também dos grandes eixos culturais, das ideologias formalizadas, das experiências e das comunicações cotidianas” (VALA, 1993, p. 354).

Tais “teorias” estão inscritas no pensamento representativo do senso comum, cuja forma de funcionamento difere do sistema representativo do saber científico. Num sentido bastante cognitivo (mas não tão distante do sentido que Gramsci dá ao termo, como veremos adiante), o senso comum é, segundo Moscovici, formado por imagens e símbolos; seu limite de realidade é baseado no consenso, é dominado pelo “porquê” (em vez do “como”), e as respostas às perguntas que se colocam emergem sob uma pluralidade de tipos e critérios de julgamento, com uma grande flexibilidade

de sucessão de atos mentais, áreas e formas sintáticas disponíveis. Esse “pensamento natural”, espontâneo, é determinado ainda por fatores contextuais e sociais: dispersão da informação, focalização social de aspectos da realidade em questão, pressão para a inferência, personificação de conceitos e fenômenos, figuração de imagens e conceitos e ontologização (naturalização) das relações lógicas e empíricas (MOSCOVICI, 1978, p. 26). O senso comum estaria, por sua vez, inscrito na realidade cotidiana do mundo vivido e ancorado no modelo da intersubjetividade e da integração social, diferentemente do saber científico, o saber institucionalizado, inscrito no mundo sistemático, menos flexível e sujeito a outras lógicas de funcionamento.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que o conceito de representações sociais foi forjado para o entendimento das formas de raciocínio e das teorias existentes e elaboradas na vida cotidiana.

Caráter performativo (fundamentação de práticas)

As representações sociais são um sistema (ou sistemas) de interpretação da realidade, que organiza as relações do indivíduo com o mundo e orienta as suas condutas e comportamentos no meio social, permitindo-lhe interiorizar as experiências, as práticas sociais e os modelos de conduta ao mesmo tempo em que constrói e se apropria de objetos socializados. A relevância sociológica do estudo das representações sociais, desse modo, está no fato de que elas fundamentam práticas e atitudes dos atores uns em relação aos outros, ao contexto social e àquilo que lhes acontece.

Durkheim reifica por si mesmo as representações coletivas, atribuindo-lhes uma existência per si, cujas mudanças são determinadas pelas necessidades que o “corpo social” (como um todo indiscriminado) determina. O processo pelo qual as

representações são constituídas – sua gênese, sua formação e integração à realidade social e aos comportamentos de grupos e indivíduos – não é abordado pelo autor, que se debruça tão somente na atualidade e “funcionalidade” delas para o sistema social, não para o indivíduo; seu campo de análise restringe-se, propositalmente, ao âmbito “externo” (“sociológico”) visto como ontologicamente distinto e distante do âmbito “interno”, subjetivo.

Para Moscovici, porém, a externalidade das representações e do seu processo aos olhos dos sujeitos, seu deslocamento, naturalização e projeção (a que outros teóricos poderiam chamar, negativamente, de alienação), consiste num mecanismo psicossocial de apresentação/construção social da realidade. As representações, uma vez constituídas, não se convertem necessariamente em leis de funcionamento social. O elemento "construção", nesta acepção, assume um lugar central, representando o esforço de trazer o "indivíduo" ao seu lugar de sujeito, na medida em que o percebe na sua condição de socialmente constituído e, ao mesmo tempo, constituinte. Daí a importância de se compreender os processos pelos quais tal produção e posterior reificação acontecem, quais sejam, a objetivação e a ancoragem.

A **objetivação** é o processo pelo qual são “materializadas” as idéias e os conceitos. Aqui, num primeiro olhar, a semelhança com Durkheim é notória, na medida em que ela é definida como o processo pelo qual...

os conteúdos mentais dos indivíduos, seus julgamentos e suas idéias são separados e assumem um caráter externo. Eles aparecem como uma substância ou como forças autônomas que povoam o mundo em que se vive e se atua. Os estados mentais, como observava Meyerson, não permanecem nos indivíduos, eles se projetam, tomam forma, tendem a se consolidar, a se tornar objetos; isso corresponde a dar um caráter material as nossas abstrações e imagens, a metamorfosear as palavras em coisas (MOSCOVICI, 1990, p.272).

Mas essa externalidade se traduz menos na criação de uma ordem *sui generis* de coisas, que pelo fato de sua gênese ser distanciada. “Objetivar”, diz Moscovici, é

reabsorver um excesso de significações, materializando e trazendo para o universo vivido o que antes era palavra ou símbolo. Assim, exemplificando com a transmutação das teorias científicas para o senso comum, as idéias científicas, uma vez incorporadas ao mundo da vida, já não são percebidas como produtos da atividade intelectual de um grupo específico de cientistas, mas como reflexo de algo que existe efetivamente, como “fatos” independentes da criação humana. Dando um exemplo mais preciso, em seu estudo sobre a difusão da psicanálise na sociedade francesa, o autor afirma que o que antes era específico de um conceito – e as regras sobre as quais tal conceito fora introduzido no corpo de uma teoria científica – reduz-se ao penetrar no real, ficando esse conceito sujeito às regras e conceitos presentes neste real: “é assim que cada um pode, na nossa sociedade, reconhecer os ‘complexos’ de um indivíduo como atributo da sua pessoa, sem que, por outra parte, esse reconhecimento esteja obrigatoriamente associado à psicanálise” (MOSCOVICI, 1978, p. 112). Ou, para exemplificar com o nosso caso, cada um pode, como veremos, falar de “globalização”, sem associar diretamente o conceito a estudos sociológicos, econômicos ou políticos.

Jodelet amplia esse sentido da objetivação, assinalando a tensão imanente entre um lado estruturado e conservador (informações, imagens, modelos normativos, esquemas cognitivos, etc.), e um lado estruturante e subversivo. Essas duas faces ficam mais claras nos mecanismos pelos quais a objetivação atua: a naturalização e a classificação. A classificação é uma forma de tornar o conceito cognitivamente inteligível, e a naturalização coloca e organiza as partes no meio ambiente, introduzindo, por meio dos seus cortes, uma ordem que se adapta à ordem preexistente, “atenuando o choque de toda e qualquer nova concepção”. Trata-se de “uma grade” que permite denominar os diferentes aspectos do real e, por seu

intermédio, defini-lo: “se aparece uma grade diferente, suas novas denominações são associadas às entidades existentes, que elas ajudam a redefinir” (MOSCOVICI, 1978, p. 113). Dentro da objetivação, a naturalização é o processo conservador de transformação do novo e do proibido.

O outro mecanismo presente na constituição das representações sociais é a **ancoragem**, definida como “a penetração” de uma representação entre as que já existem na sociedade, conferindo-lhe sentido e utilidade. Ela atua numa rede de significados, jogando e intercambiando, de forma comunicativa, valores intrínsecos e extrínsecos do indivíduo, para equilibrá-lo de forma não contraditória. O equilíbrio se fundamenta na capacidade da representação de negociar com a realidade, isto é, vale menos a pretensão à verdade que a realização do consenso. A ancoragem induz uma ação visando ao entendimento, mas sua pretensão de validade postulada é frágil e intercambiável. A representação torna-se assim, para todos, um meio de interpretar os comportamentos, de classificar as coisas e as pessoas em uma escala de valores e nomeá-las. Tem a ver, portanto, com a identificação de pertencas sociais, posicionamentos recíprocos (percepção mútua de Si e do Outro) nas relações sociais. Tudo o que nos faz agir, preencher uma função e nos posicionar nas relações sociais obedece a uma representação dominante, ou seja, aquela que tem um maior grau de ancoragem e, portanto, de legitimação e partilha no ambiente social (MOSCOVICI, 1990, p. 272).¹¹

¹¹ É necessário lembrar que os termos utilizados por Moscovici obedecem a uma lógica psicossocial e a expressões da ciência à qual o autor é filiado. Assim, neste trecho, o termo “representação dominante” nada tem a ver com “dominação ideológica” (termo sociológico). Trata-se de representações mais sólidas, mais sedimentadas, cristalizadas pelo tempo, publicizadas e assumidas como elementos naturais pelos sujeitos. Também não se refere a uma totalidade homogênea formada por todas as representações sociais, mais sim às representações de um dado objeto mais diretamente relacionadas com um “novo” que se apresenta, num grupo específico, numa interação específica, que só poderia ser identificada empiricamente. Isso não impede que se pergunte, porém, o porquê de algumas representações terem se sedimentado, em detrimento de outras com as quais entraram em confronto na situação interativa. Essa questão será retomada no tópico seguinte, ao se falar do conceito de representação (ideologia geral) de Althusser e do conceito de hegemonia de Gramsci.

Em *A Máquina de fazer deuses* (1990, p. 273), Moscovici explicita o mecanismo da ancoragem com um exemplo estreitamente ligado ao tema do nosso trabalho, numa semelhança curiosamente interessante:

A economia procede da mesma forma que todos os outros processos de ancoragens, quando nos convida a evitar a inflação, a aceitar as relações de salários, aceitar o desemprego, e assim sucessivamente. Qualquer que seja o conteúdo de uma representação, ele se torna social desde que preencha, através de sua ancoragem em uma parte do meio, as tarefas que a sociedade requer dele, desde que se torne num instrumento seu. De modo que os problemas vitais, sempre ameaçadores, parecem encontrar uma solução nova e compartilhada.

É na ancoragem, portanto, que a representação assume seu caráter eminentemente social. Os novos elementos são percebidos através do “filtro” do indivíduo ou do grupo. Nesse sentido, emerge uma das características fundamentais da representação, na teoria de Moscovici (1990, p. 273): só se pode falar em “representação” como uma representação de alguém, isto é, de um grupo específico, que tem e partilha informações, convenções e emoções específicas. Noutros termos, é preciso “localizar” socialmente o agente da representação social em lugar de tratá-lo genericamente (como em Durkheim). Ou seja, cada grupo social poderá agir de forma diferente em relação a um mesmo elemento, e na interação entre os grupos o resultado desse processo (o que passa e o que se fixa, o que muda e o que expulsa o novo) não pode ser dito *a priori*, embora possam ser identificadas “tendências”.

As representações sociais, portanto, não são objetos “sólidos”, significados que uma vez construídos se transformam numa essência estática e imutável. Isto seria semelhante a pensar a dinâmica social como algo que em algum momento pára no tempo. Mesmo uma tradição, que poderia aduzir mais fortemente essa característica, não pode ser pensada senão em termos da dinâmica de sua adaptação aos novos contextos, o que pressupõe, no mínimo, a necessidade de entrar em relação com novos elementos que vão surgindo, ainda que seja para reafirmar sua permanência.

Se as representações coletivas de Durkheim têm um caráter intrinsecamente conservador, a inovação é outro elemento abordado pelo conceito psicossocial de Moscovici. As representações sociais têm uma ação anti-institucionalizadora na cultura e anticonvencional nas instituições (MOSCOVICI, 1990, p. 82), na medida em que têm a capacidade de subverter objetos, conceitos já estabelecidos e teorias científicas, em novos conteúdos, sob critérios nada rígidos e com resultados imprevisíveis.

Tal inovação, porém, é abordada em termos estritamente cognitivos: de acordo com Jodelet (1986, p. 43, In: MOSCOVICI), a representação, ao “substituir mentalmente” um determinado objeto (pessoa, coisa, idéia), reconstrói as cadeias de significação que o formam, restituindo-o simbolicamente e também inscrevendo no significante novos significados:

O dinheiro é o exemplo mais evidente de transformação de uma forma em matéria, de uma imagem mental em coisa. Ele se reconhece como meio de representar uma relação invisível através de um objeto visível, a moeda palpável, a cédula ou o cheque que passam de mão em mão e fazem bens circularem de um lugar para outro. E melhor ainda, ele assegura, particularmente no mundo moderno, a preponderância do sistema de representação, portanto da convenção do símbolo, sobre o conjunto dos objetos e das relações afetivas, inscrevendo assim na substância uma figura do pensamento – carta de crédito, moeda decimal, etc. – que a distingue das outras substâncias e permite reconhecê-la. Isto é óbvio. Consta de sua natureza física o substituir-se às coisas, o servir de troca, por suas qualidades ou pelo seu peso, o prestar-se à medida e ao transporte. E, na sua natureza intelectual, de valer algo, de se associar e permitir o cálculo (MOSCOVICI, 1990, p. 273).

Isso, por outro lado, nos traz a questão da dicotomia entre a representação e o objeto da representação, entre o real e o imaginário, vastamente abordados pelos teóricos da representação na psicologia social.

Na visão de Jodelet, a reconstrução do objeto da representação forma um novo objeto que tem certa independência do original - se é que se pode falar em “objeto original”, pois (geralmente) as representações sociais dão-se já sobre ou acerca de outras representações sociais. Da representação para o seu objeto, portanto

(quando possível a distinção), as distâncias são variadas, sendo suas formas principais: **a)** distorção: todas as características do objeto estão presentes, umas mais exageradas ou minimizadas que outras; **b)** suplementação: seriam investidos aspectos inexistentes e imaginários no objeto, com a finalidade de torná-lo adaptado aos valores dominantes, e **c)** impressão: parte dos aspectos que formam os objetos é eliminada por critérios conativos.

O objeto, assim, não coincide necessariamente com a representação, embora dele dependa para existir. Ele seria reconstruído, interpretado e expresso pelo sujeito, num movimento bilateral: a representação seria uma forma de conhecimento particular, modelando o objeto com diversos suportes lingüísticos, de comportamento e materiais, mas modelando também o sujeito como prática intrinsecamente relacionada à experiência social (no nível interativo). A representação seria, ao mesmo tempo, uma construção do objeto afastado do original e um *analogon*, ou seja, uma presença do mundo exterior na mente do indivíduo. Ela é um duplo objeto no sentido do qual o indivíduo atualiza o ser ou a qualidade do ser, mesmo quando ele/ela está ausente ou diante de sua eventual presença. Ela não deixa de ser uma apropriação subjetiva do mundo, embora seja sentida como uma presença objetiva da realidade (MOSCOVICI, 1978, p. 106).

Como se vê, a questão é colocada no nível da percepção e da cognição. Nessa abordagem, o problema da representação como “falsa consciência”, no sentido marxiano, não se coloca. Mas fica claro que, ao estudar as representações sociais, lidamos não apenas com materiais simbólicos ou subjetivos, mas também com a sua “materialidade”, em dois sentidos: primeiro, em sua gênese, tendo em vista os referenciais, os dados da realidade social – concretos ou conceituais –, aos quais se referem as representações; segundo, em sua atualidade e objetificação, ou seja, na

forma como se convertem em práticas, inscrevendo-se nas relações sociais e tendo repercussões concretas na vida das pessoas.

A despeito da abordagem cognitiva, esse último aspecto revela mais claramente a dimensão social da representação: o fato de que “representações” convertem-se em “práticas” (caráter performativo) e tornam-se, com isso, elementos “objetivos”, “reais” do ambiente social. Tal dimensão é determinada, sobretudo, pela comunicação social, que tem um papel fundamental nas mudanças e nas interações formadoras do “consenso” social.

O caráter interdisciplinar ou mais precisamente sociológico do conceito pode ser explicitado de forma mais clara a partir de agora. Uma vez que oferecem programas para a comunicação e a ação, consistindo em teorias sociais práticas, além de organizadores das relações simbólicas entre atores sociais, as representações sociais não são neutras (JODELET, 1986, In: MOSCOVICI). Há que se investigar, portanto, os elementos que fomentam a conservação, a mudança e a sedimentação de determinadas representações sociais, não apenas no nível cognitivo, psicológico, e interativo (mundo da vida), mas também no nível político (esfera pública). Esse último aspecto, porém, não está, e talvez nem pudesse estar presente, no conceito psicossocial de Moscovici. Do ponto de vista sociológico, e embora demonstre a forte preocupação com a interdisciplinaridade, como se pode ver em *A Máquina de fazer deuses*, a abordagem Moscovicianiana da representação social deixa algumas lacunas:

- a) ao restringir o processo de constituição das representações no momento da interação social, o âmbito do poder e das hierarquias sociais fica negligenciado;
- b) uma vez que a dimensão do “poder” e da “hierarquia” não entra na elaboração teórica, o conceito de “social”, embora claramente se distancie do sentido durkheimiano, finda por ser concebido de forma homogênea. A desigualdade e

irregularidade dos recursos comunicacionais entre os grupos em interação, por exemplo, não chega a ser abordada;

c) complementarmente, a abordagem psicossocial, em que a análise é centrada na funcionalidade e eficácia das representações como “organizadoras” do real (percepção) e das relações sociais (interação), acaba por privilegiar a perspectiva integracionista. Com isso, os conflitos sociais (dentro dos grupos e entre grupos heterogêneos) não entram na análise do processo de constituição das representações sociais;

d) o caráter performativo fica restrito ao aspecto psicológico e cognitivo (indivíduo e grupo), negligenciando as condições de desnível e as eventuais manipulações, via poder (objetivo e/ou simbólico) de interesses de grupos particulares no cenário social. As relações de poder são, evidentemente, abordadas por Moscovici, mas como seria natural (uma vez que o autor é psicólogo social, e não sociólogo), o foco é na situação interativa e nas relações de autoridade e obediência em lugar dos processos sociais que levaram a tais assimetrias e através dos quais elas se reproduzem.

Uma vez que no conceito de “social” de Moscovici a noção de sujeito remete à rede simbólica e aos referentes partilhados, esse conceito não pode deixar, também, de remeter às “pertencas sociais” dos sujeitos. Ao arcabouço psicossocial de Moscovici, porém, faltaria acrescentar a tais “pertencas sociais” uma localização histórica e política, isto é, a dimensão sociológica. Juntos, esses aspectos são fundamentais para a compreensão da “funcionalidade e eficácia sociais” das representações, dentro da assimetria dos processos de comunicação social.

O caráter interdisciplinar do conceito, porém, permite que sejam tomadas suas contribuições para o entendimento dos processos pelos quais se dá a formação de conceitos e de teorias organizadoras das relações sociais e das práticas de indivíduos e

grupos (representações sociais), sem necessariamente restringir a extensão "social" ao momento da interação. Tal restrição redundaria no negligenciamento dos elementos “anteriores”, isto é, aqueles nos quais se assentam as situações interativas, e da forma como novos elementos entram em cena e se fixam no repertório simbólico dos atores sociais, fundamentando novas, ou reproduzindo velhas práticas e relações.

Tal assimetria será trazida no sentido puramente sociológico, no tópico a seguir, para só então se tentar articular as duas dimensões, a psicossocial e a sociológica.

3.2. A Dimensão Sociológica: Ideologia e Hegemonia

Na sua *Introdução à ideologia*, Terry Eagleton (1997, p. 15), crítico da tese sobre a pós-modernidade e do pós-estruturalismo, dá uma demonstração do quanto são diversos os significados do termo ideologia. Para começar a responder à pergunta que dá nome ao primeiro capítulo – “o que é ideologia” –, o autor enumera pelo menos dezesseis sentidos, compatíveis ou incompatíveis entre si, pejorativos ou não, de cunho epistemológico ou político. Eis alguns deles: processo de produção de significados na vida social; corpo de idéias de determinado grupo ou classe social; idéias (falsas ou não) que ajudam a legitimar o poder político da classe dominante; comunicação sistematicamente distorcida; formas de pensamento motivadas por interesses sociais; ilusão socialmente necessária; conjuntura de discurso e de poder; conjunto de crenças orientadas para a ação; veículo pelo qual os atores entendem o seu mundo; confusão entre a realidade lingüística e a realidade fenomenal; processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural; meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social...

Mas é o conceito marxista que mais tem lugar na análise e nos debates sociológicos. Notadamente após a derrocada do socialismo real e como reflexo da crise de paradigmas dela decorrente, muitos desdobramentos e revisões foram feitos em torno desse conceito.

Por outro lado, se em sua forma marxista clássica – na qual afora as peculiaridades dos autores havia um eixo mais ou menos preciso em torno das teses centrais – a teoria da ideologia já é repleta de antinomias, as tentativas pós-modernas de superá-la, incrementá-la ou esclarecê-la parecem ter potencializado as lacunas e polêmicas em torno do assunto. Ora o conceito é diluído (por vezes inadvertidamente) em outros modelos teóricos, ora esfacelado por completo e substituído por antigos contrapontos que se vestem com novas roupagens, ora são deixadas vazias de respostas as questões que o termo se propunha a responder (ŽIŽEK, 1999). O revisionismo – sem querer desprestigiar seus esforços – parece longe de resolver os impasses em torno do conceito de ideologia. Talvez, seguindo Lacan, pudéssemos dizer que eles são simplesmente irresolúveis, no sentido do todo racional que costumamos esperar das teorias...

Tomar o conceito de ideologia aqui, a partir dessas releituras, portanto, levaria a um grande emaranhado: os cruzamentos de linhas, as influências mútuas e as retomadas de antigos pressupostos, nem sempre são explícitos, tampouco fáceis de mapear. Tentar resumir aqui essas discussões e seus resultados, por mais capacidade sintética que houvesse, só seria possível num grau extremado de superficialidade, o que findaria não contribuindo em nada para este trabalho. Por outro lado, apresentar um conceito que melhor representasse as reivindicações teóricas que perpassam tais discussões provavelmente seria uma tentativa frustrada nos limites deste trabalho. Diante disso, a alternativa apresentada é bem mais modesta, embora não pretenda

significar uma auto-exclusão em relação ao terreno revisionista. Trata-se de retornar aos próprios “pais do conceito” e tentar resgatar neles o que, porventura, venha a contribuir para a compreensão do objeto em foco, mesmo correndo o risco de ao fazê-lo entrar na linha de fogo em que foram postos esses autores.

É de fato notório que o conceito marxiano de ideologia, por si só, já não daria conta da complexidade que as ciências sociais passaram a reconhecer na constituição dos fenômenos e nas novas configurações econômicas e sociais. Por outro lado, é ainda o conceito de ideologia, em diferentes e renovadas abordagens, o mais recorrido sempre que se faz relevante levar em conta o poder, as assimetrias e os conflitos sociais no plano público ou privado. No presente caso, no pensamento marxista dois conceitos oferecem (embora não sem ressalvas) importantes recursos de análise: o conceito de ideologia como “representação da relação imaginária com a realidade”, perpassado pelo de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) de Althusser, e o conceito de “hegemonia” de Gramsci.

Althusser fala de ideologia em dois sentidos: ele distingue uma *teoria da ideologia em geral*, imanente a qualquer sociedade humana, independentemente das desvirtulizações de interesses particularistas, cuja função é assegurar a coesão da sociedade, mediante o conjunto das idéias, conceitos, valores, e visões de mundo compartilhadas; de uma *teoria das ideologias específicas*, na qual aquela primeira função é “sobredeterminada” pela segunda: a de assegurar a dominação de uma classe. Assim, aquele conceito de ideologia de Marx é apenas uma das faces da ideologia; antes dela, haveria outro terreno, o terreno das idéias e representações da sociedade em geral, sobre o qual se formam e se assentam as influências e manifestações das ideologias particulares.

O aspecto sociológico e político da ideologia estaria vinculado ao seu papel fundamental na constituição das identidades e na constituição dos “sujeitos”. As idéias e visões de mundo dos indivíduos fundamentam suas práticas, determinam quais os papéis legítimos e quais os estigmatizados. O poder e a força da ideologia (como ideologia geral), portanto, estaria no seu caráter performativo. É pelo fato de que as crenças e representações (sedimentadas no terreno da ideologia em geral) fundamentam práticas, que tais elementos estão sujeitos a entrar no campo ideológico no sentido das ideologias específicas: são as práticas dos sujeitos, enquanto inseridas numa relação social (situação inevitável das comunidades humanas), que reproduzem ou transformam os sistemas sociais e, portanto, mantêm ou superam relações de poder e o *status quo* das classes sociais. Assim, os elementos constitutivos da ideologia em geral estariam sujeitos a ser retrabalhados conforme os interesses ideológicos das diferentes classes sociais (através dos Aparelhos Ideológicos de Estado, inseridos nas diversas instâncias da vida cotidiana nos mundos público e privado – Igreja, trabalho, família). Os elementos da ideologia em geral seriam, por assim dizer, a matéria-prima das ideologias particulares. Numa perspectiva althusseriana, porém, não seriam isolados no tempo. O próprio terreno da ideologia em geral seria uma espécie de depósito sedimentar, resultante de outras fases históricas, outras lutas de classe, outras lutas hegemônicas, e seriam fonte de compreensão das lutas de classe de então.

A definição prévia do papel do “sujeito classe” na mudança social (essencialismo) e a força atribuída aos Aparelhos Ideológicos de Estado como instrumentos de classe (reprodução, em última instância, do determinismo econômico de Marx) constituem os principais focos de críticas a Althusser. Para esse estudo, no entanto, é interessante perceber suas indicações de como as ideologias particulares se inscrevem nas práticas e nos rituais cotidianos e quais os processos ideológicos que

intervêm nos processos de transformação, objetivação e ancoragem das representações sociais.

Assim como Althusser, Gramsci (1978) rejeitou explicitamente uma noção negativa de ideologia. Ele propõe uma distinção entre *ideologias arbitrárias (espontâneas)* e *ideologias orgânicas (ideologias de classe)*, concentrando seu interesse nessas últimas. Na sua noção de ideologia, os sujeitos aparecem de forma mais autônoma ou, sendo propositalmente redundante, aparecem efetivamente como “sujeitos”. De modo geral, a ideologia é, para ele, “uma concepção do mundo implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva” (GRAMSCI, 1978, p. 328). Gramsci divide a ideologia em quatro níveis: filosofia, religião, senso comum e folclore, em ordem decrescente de rigor e articulação intelectual. Aos três últimos, pode-se associar aquilo que Althusser chama de ideologia em geral – que talvez corresponda ao que aqui é chamado de representações sociais.

Mas Gramsci vai além. Para ele, ao contrário de Althusser, não pode haver distinção absoluta entre intelectuais e não intelectuais uma vez que o senso comum também desenvolve suas teorias. Se por um lado os filósofos profissionais desenvolvem a capacidade de pensamento abstrato, todos os seres humanos teriam uma prática filosófica que interpreta o mundo, ainda que freqüentemente de forma não sistemática e não crítica. Percebe-se, aqui, a estreita semelhança com a definição de representações sociais como teorias implícitas elaboradas no cotidiano.

A ideologia está socialmente generalizada, pois os homens não podem agir sem regras de conduta, sem orientações: ela “é o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 1978, p. 377). Mas ela é mais que um sistema de idéias; ela também está relacionada com a

capacidade de inspirar atitudes concretas e proporcionar orientação para a ação (mais uma vez, aqui, seu caráter performativo). É aqui que entra a prática hegemônica: uma ideologia hegemônica, dominante, pode propiciar uma visão de mundo supostamente mais coerente e sistemática, que não só influencia a massa da população, mas também serve como princípio de organização das instituições sociais. É, portanto, na ideologia e pela ideologia que uma classe pode exercer sua hegemonia sobre outras, isto é, pode assegurar a *adesão* e o *consentimento* das grandes massas. A ideologia “organiza a ação pelo modo segundo o qual se materializa nas relações, instituições e práticas sociais e informa todas as atividades individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978, p. 377).

Isso traz a importância da esfera pública e dos meios de comunicação de massa para a ativação, mudança ou consolidação de valores, idéias, projetos, etc. no espaço público. Noutros termos, chama a atenção para as práticas discursivas por meio dos quais os sujeitos (grupos sociais organizados) buscam adeptos para conseguir a hegemonia em torno de suas interpretações sobre o mundo e sobre a organização social, inserindo-se nas práticas e rituais do mundo vivido. Ao longo desse processo de articulações hegemônicas, de tentativas de dar uma coerência específica ao real, determinados elementos podem passar e outros se fixar, superando os já existentes ou mesclando-se a eles.

O problema que persiste em Gramsci, apontado com justeza por Laclau e Mouffe (1989), é que, a despeito da tentativa contrária, sua abordagem, embora não explicita uma “essência” do desenvolvimento histórico (a economia ou o conflito entre capitalistas e proletários, por exemplo), acaba por conceber todos os fenômenos sociais ao eixo de “uma história” (no singular) e todos os conflitos como fundamentados numa mesma fonte: a luta de classes.

(...) Toda fase histórica deixa os seus traços nas fases posteriores; e estes traços em certos sentidos, tornam-se o seu melhor documento, o processo de desenvolvimento histórico é uma unidade no tempo, pela qual o presente contém todo o passado e do passado se realiza no presente que é 'essencial', sem resíduo de uma 'incognoscível' que seria a verdadeira 'essência'. O que se perde, isto é, o que não foi transmitido dialeticamente no processo histórico, era por si mesmo irrelevante e não história, episódio superficial, sem importância, em última análise (GRAMSCI, 1978, p. 119).

Ajustando as contas com a teoria gramsciana, Laclau e Mouffe (1989, p. 96) defendem que a estrutura discursiva não é meramente cognitiva ou contemplativa, mas "sinônimo de uma prática articulatória que constitui e organiza relações sociais concretas". Estes autores definem o discurso como uma "tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro, como pontos nodais" – os significados que se tornam privilegiados em um contexto e fixam o sentido em uma cadeia. Na política, isso significaria que todo sentido é posicional, e não absoluto: os vestígios do antigo não podem ser destruídos, mas “permanecem como depósitos sedimentares – inclusive, e até especialmente – onde o novo tenta excluir o velho” (Barrett, 1996, p. 248):

Na medida em que nenhum conteúdo específico está predeterminado a preencher o vazio estrutural, é o conflito entre vários conteúdos tentando desempenhar esse papel de preenchimento que vai tornar visível a contingência da estrutura.

Fica clara, aqui, a articulação entre o caráter performativo da ideologia e o caráter discursivo da hegemonia.

Essa abordagem situa-se como uma teoria da dinâmica da chamada sociedade civil, referindo-se quase exclusivamente ao campo político no seu espaço de maior visibilidade: o da esfera pública, onde se dá a luta pela hegemonia. Em virtude desse aspecto, é preciso resistir à tentação de estender as proposições de Laclau e Mouffe a todos os campos possíveis de interação e discurso, ou ao chamado "mundo da vida" de que fala Habermas (1992). Daí porque nem os conceitos de ideologia e hegemonia

dariam conta, sozinhos, da problemática aqui levantada, nem o conceito de representações, por si só, daria conta desses diversos âmbitos.

3.3. Representação Social e Ideologia: Conceitos Intercambiáveis?

Falou-se acima sobre simetria e assimetria nos processos de comunicação. E falou-se também do perigo de restringir a compreensão das relações dos atores sociais às condições que envolvem o momento da interação. Estamos, portanto, diante da questão da influência social e das relações de dominação, termos que, juntos, sugerem outra dimensão da ativação e constituição de representações sociais: a prática discursiva e articulatória voltada para a produção do consenso e, no sentido político, da hegemonia.

Embora não faça referência direta a esse nível, Moscovici deixa espaço para que ele seja resgatado ao definir os processos de objetivação e ancoragem. Como já foi visto, a objetivação consiste, segundo o autor, na "forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade e formam expressões de uma realidade vista como natural"; a ancoragem, por sua vez, "funciona como o estabilizador do meio e como redutor de novas aprendizagens" tornando os objetos mais resistentes e cristalizados (MOSCOVICI apud VALA, 1993, p. 358). A própria existência de uma "ancoragem" sugere a confluência permanente de elementos velhos e novos, isto é, a tensão constante entre a manutenção e a mudança.

É exatamente a tentativa de dominação ou de consenso, que se dá no contexto da pluralidade e dos conflitos entre os grupos sociais, que constitui a prática articulatória de que falam Laclau e Mouffe, a luta hegemônica. Prática na qual se

constituem as identidades e as diferenças, estas sempre relacionais: o diferente é sempre diferente em relação a algo; a definição de um Eu só se dá no contexto de identificação de um Outro. E na medida em que se refere a objetos somente acessíveis por meio de recursos comunicacionais, a teoria das representações sociais não poderia deixar de aludir aos princípios constitutivos do "discurso", desde que na compreensão deste elemento haja um esforço em ultrapassar o nível das características, formas e estruturas lingüísticas, para entrar no campo da ideologia.

Toda teoria da ideologia pressupõe uma noção de estrutura social, uma espécie de relevo acidentado sobre o qual se assenta este tecido, que seriam as representações sociais. A teoria das representações sociais, ao contrário. E ao deixar aberta esta lacuna, dá a impressão de que a sociedade é ora um todo homogêneo (DURKHEIM, 1986), ora um conjunto de grupos dispersos que contingencialmente, entram em interação (MOSCOVICI, 1978).

Mas é exatamente nessa relação entre grupos que podemos estender a noção de representação não somente para um conceito clássico de ideologia, mas até mesmo para a noção da prática discursiva de Laclau e Mouffe (no nível da esfera pública, não do cotidiano). Nos conflitos manifestos, os valores e interesses são as motivações, mas para se movimentarem, precisam de uma matéria, de um repertório de significados e referenciais comuns, que tornem possível a comunicação. O conteúdo desse repertório, o que Althusser num sentido marxista chamaria de "ideologia em geral" será aqui chamado de representações sociais. Essas, por sua vez, incluem desde as representações mais antigas, genéricas, cristalizadas, até as representações diretamente relacionadas com a percepção de ordem e organização social ("justiça", "poder", "igualdade", "direito") e dos atores sociais dentro desta última ("políticos", "poderosos", "autoridades", "responsáveis", etc.).

Por outro lado, isso não deve ser confundido com os conceitos de atitude e opinião ou com posicionamentos tomados dentro e entre grupos no decorrer do processo. Esses tratam apenas de elementos passageiros, frutos dos levantamentos de poeira provocados pelo confronto *entre* várias representações e ressignificações diretamente ligadas aos elementos em jogo. É esse levantar e baixar poeira que as transforma, mas nem todos os seus elementos consistem ainda em representações. Nesse movimento, alguns elementos não de permanecer, outros não de mudar.

Na prática discursiva, onde grupos em conflito buscam a hegemonia, e uma vez alcançando relativa estabilidade (sempre incompleta), algo se fixa, se cristaliza. As representações sociais, assim, são transformadas.

Articulando esse conceito de representação com o sentido de “ideologia geral”, de Althusser, entendo-as como matéria das práticas discursivas e articulatórias (GRAMSCI, LACLAU e MOUFFE), e percebendo que sua transformação pode (mas não necessariamente) dar-se no plano das lutas hegemônicas travadas na esfera pública e na sua correlação com o mundo da vida, tem-se que:

- a) uma coisa seria a gênese das representações, não necessariamente ideológica, no sentido marxista, outra coisa seria o fato de que elas entram no campo da discursividade (LACLAU). São, por assim dizer, sua matéria;
- b) “quais” representações entrariam nesse campo discursivo, só o contexto pode nos dizer; claro que, conhecendo a história de uma formação social, bem como os atores e temas que historicamente vêm assumindo a frente dos principais conflitos sociais, podem ser assinaladas tendências.

Em relação a determinadas representações, seria possível identificar suas transformações ao longo desse jogo, na história, ou menos n’alguma fase da história de uma sociedade. A partir desse jogo (esfera pública) poder-se-ia perceber, também,

a generalização e solidificação para o mundo da vida desse “novo” sobre o “velho”. Todavia, seja no sentido clássico marxista (ALTHUSSER e GRAMSCI), seja no sentido pós-estruturalista (LACLAU e MOUFFE), essa transformação das representações sociais, ao menos quando se referem a objetos relevantes nos conflitos então presentes na esfera pública, não é neutra. Vale lembrar, aqui, o caráter performativo das representações sociais no sentido psicossocial, acrescentando a esse sentido de “performatividade” um teor sociológico, para além do caráter cognitivo original ao conceito.

Por outro lado, reduzir as representações sociais ao âmbito ideológico – exceto se assumíssemos um conceito um consideravelmente largo de ideologia, assumindo simplesmente que toda comunicação está sujeita aos efeitos da assimetria social –, seria recair no determinismo e ignorar outros mecanismos de mudança e dinâmica social, difusão e articulação de idéias e conceitos na sociedade (ciência, senso comum, etc.). Isso poderia esvaziar o conceito de ideologia no seu teor político-econômico, que necessariamente leva à noção de “estrutura social”, na qual subentende-se a presença, intervenção e luta pelos mecanismos legítimos de poder. O mais sensato seria pensar nas representações sociais como matéria comunicativa do cotidiano (entendido de modo complexo: senso comum, ciência, meios de comunicação de massa), que assumem uma nova dimensão ao entrar no plano da esfera pública e da luta hegemônica. Sua importância está no fato de que são elas, em última instância, que moldam as práticas cotidianas dos indivíduos (daí elas serem objeto das campanhas publicitárias, políticas e de mercado). Nem sempre será possível identificar a gênese das representações (que pode ser tanto objeto da antropologia quanto da sociologia política) e, portanto, sua “eficácia ideológica”. O máximo que se pode fazer é identificar como as representações, presentes em dado momento histórico

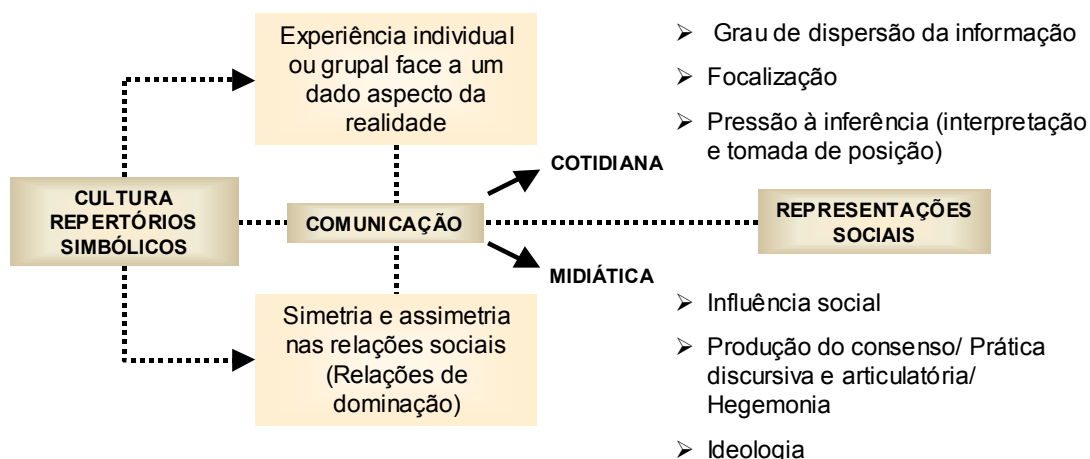
e tal como utilizadas naquele momento histórico, são ou podem ser postas a serviço de uma ideologia ou luta hegemônica.

O que está sendo feito aqui não é mais que uma tentativa de separar, dentro da genérica noção de universo simbólico ou mundo das idéias, aquilo que seria “representação” (aplicabilidade prática) daquilo que seria “crença” (tradição) e ideologia (que envolve as relações de dominação e os jogos de interesses). A questão é que não se pode dizer, *a priori*, quais desses elementos entram ou não nas relações de poder. O estudo da história, nesse sentido, vem a ser instrumento indispensável da análise sociológica. E é uma pena que sempre que se fala em História tem-se que adotar uma postura um tanto defensiva, lembrando que aqui a palavra não se refere a “História” no sentido monolítico e unilinear, seja no sentido hegeliano ou marxista, seja no sentido comteano, em que os fatos sociais identificados ao longo da história tendem a ser tomados como leis científicas de funcionamento da sociedade, evidenciando sua “natureza”, sua “ordem” imutável, independente dos sujeitos.

A observação de que os processos de comunicação social podem ser, e freqüentemente são, assimétricos, reenvia a questão para o tema das desigualdades e diferenças sociais, seja no sentido "material" (as condições objetivas dos diferentes grupos sociais no que tange ao acesso a bens e recursos), seja no sentido simbólico e identitário (a identificação de um Eu e de um Outro, os elementos subjacentes ao posicionamento e reconhecimento dos indivíduos e grupos sociais entre si). A comunicação, por sua vez, pode ser compreendida em diferentes níveis: a comunicação formadora e científica (proveniente de instituições como a Escola, a Universidade, a Igreja, etc.), a comunicação cotidiana em diversos ambientes comuns à experiência individual ou particular (trabalho, família, bares, bairro, etc.), e a

comunicação por excelência da chamada sociedade da informação: os meios de comunicação de massa.

Dadas essas referências, as representações sociais, compreendidas em sua dinâmica e complexidade, podem ser assim esquematizadas:



Assim, ao pensar nas representações sociais do “trabalho”, há que se considerar seu vínculo intrínseco com a organização econômica da formação social em questão (forma como os indivíduos se organizam para a satisfação coletiva de necessidades e produção da subsistência) e sua correlação com a esfera política, e contextualizar essas relações dentro da história e da cultura da formação social em questão (Brasil). Dados esses elementos, e tendo como referência esses pressupostos, diversos âmbitos se fazem relevantes para uma compreensão mais completa do objeto, dentre os quais podemos citar: **a)** a identificação de atores correlacionados no cenário econômico e na problemática sobre trabalho e (des)emprego no Brasil na percepção de um ator específico: o “trabalhador”; noutros termos, a nomeação, auto-posicionamento em relação *ao*, e o posicionamento *do* “Outro” abstrato ou institucional identificado, hipoteticamente, com os setores industriais, governamentais e oposicionistas, como fonte de apreensão dos elementos ideológicos por parte da pesquisadora; e **b)** a identificação do “Eu” e do “Outro” concreto, no nível

da interação, bem como os valores e critérios utilizados na definição, autodefinição, reconhecimento e categorização do "indivíduo trabalhador" – estes dois últimos pontos visando à dimensão propriamente representacional e identitária do discurso.

No presente caso, apenas um dos atores estará sendo ouvido – o "trabalhador". Deverão ser identificados, porém, quais os atores e quais o seu "lugares" e papéis no cenário econômico e na problemática emprego/desemprego na percepção dos segmentos investigados. Também outro nível da noção de "outro" deverá ser considerada: o outro imediato (relação Eu-Outro, identidade), fenômeno do posicionamento e do autoposicionamento de um "eu trabalhador", devendo ser observados os valores e critérios utilizados em classificações como "empregado/desempregado", "moderno/tradicional", "qualificado/não-qualificado", "formal/informal", "empregado/autônomo", além de outros que possam emergir no decurso das entrevistas.

4. DO VÍNCULO À INFORMALIDADE – TRABALHO NO BRASIL

4.1. O Trabalho Como Categoria Histórico-Cultural

O conceito de trabalho é histórico e cultural. Embora isso pudesse ser óbvio, dado que os significados de toda e qualquer palavra têm, se procurarmos, uma localização no tempo e no espaço. Para alguns conceitos, no entanto, essa afirmação tem implicações mais profundas. É o caso do trabalho.

Muitas vezes o significado atribuído a um termo, inclusive no universo científico, é de tal forma familiar que assume feições transistóricas. Se for definido trabalho, genericamente, como o conjunto de relações que uma coletividade estabelece entre si em prol de sua subsistência (incluindo aí certa divisão social dessas atividades), será consenso que, onde houver uma comunidade humana, haverá “trabalho”. Por outro lado, reportando-se, por exemplo, à abordagem da história econômica pelos colonizadores, embora as atividades das tribos encontradas no Brasil incluíssem a produção de instrumentos e outros bens duráveis (“cultura material”), dificilmente se encontrará o termo trabalho sendo utilizado para designar a organização e divisão das atividades naquelas populações.

Em *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, Robert Castel (1998) faz uma rica análise histórica dos significados do trabalho e do não-trabalho. O autor explicita, com a leitura antropológica e histórica da questão social, a paulatina reviravolta nos significados sociais do trabalho, evidenciada ainda no século XVIII, na sociedade “pré-industrial”, em que o “trabalho” passa de “mera necessidade” – “do populacho que nada mais tem para viver se não o trabalho de suas mãos” (CASTEL, 1998, p. 175) para “obrigação” (como forma de tratamento criada pelos clérigos e

senhores para a “vagabundagem”, ou seja, a ociosidade dos indigentes saudáveis, “excluídos” do já falido sistema feudal, que dependiam da “benevolência” dos ex-senhores, das igrejas e das cortes, para chegar, finalmente, a ícone de valor social, institucionalizado pelo Estado e consolidado como trabalho assalariado.

De todos os modos, os estudiosos supõem que a história da palavra trabalho se refere à passagem pré-histórica da cultura da caça e da pesca para a cultura agrária baseada na criação de animais e no plantio (...). Já a significação que hoje é dada ao trabalho se refere à passagem moderna da cultura agrária para a industrial. Entre um e outro desses momentos surgiram as distinções clássicas descritas com palavras diversas, como se ocupar, produzir, fazer, agir, praticar. Talvez possamos formar uma idéia mais clara do que é trabalho se antes passarmos pela história da experiência que lhe corresponde, ou seja, o que o trabalho tem sido” (ALBORNOZ apud CASTEL, 1998, p. 14).

Em outras palavras, tal como é conhecido hoje, nascido com a industrialização e com o capitalismo, o significado do termo “trabalho” tende a ser naturalizado, até mesmo no discurso científico. O surgimento de uma “economia brasileira” é assinalado pela chegada dos europeus, com o colonialismo e com o escravismo, passando pelos diversos ciclos de exploração da terra e das exportações. Os estudos sobre “trabalho”, tanto na abordagem histórica quanto na antropológica e sociológica – e, ao que parece, não apenas no caso brasileiro – estão, portanto, diretamente associado à idéia de “exploração da força de trabalho”, a um “mercado” de trabalho e, por conseguinte, à acumulação. Como consequência mais polêmica dessa tendência, a história do trabalho, não raro, está associada à história da “classe operária”, ou seja, ao trabalho industrial. Nesse contexto, emergem as abordagens que tratam do trabalho rural em contraposição ao urbano, ou do trabalho intelectual em relação ao trabalho manual, etc. O uso do termo remete, finalmente, à origem do “trabalho livre”, ou “assalariado” (de onde emerge, também, o conceito de “emprego” – emprego da força de trabalho num “mercado” de trabalho).

(...) Será que se pode, pois, falar de assalariamento em relação a épocas anteriores e, em especial, para períodos longínquos em que praticamente nenhuma das condições de sua definição rigorosa está presente? Sim, com a condição de saber que o que se tem, então, são apenas embriões ou vestígios dessa relação salarial moderna. Mas, considerar a significação econômica, social e antropológica de assalariado unicamente à luz do que ele se tornou na 'sociedade salarial' ou, pior ainda, negar a realidade das situações salariais que não entram nesta definição seria dar mostras de um estranho etnocentrismo. Porque esses 'vestígios' tiveram tanta existência quanto a relação salarial 'fordista'. Certamente não tiveram sua coerência e não exerceram a mesma hegemonia sobre as relações de trabalho (se é que a relação salarial fordista algum dia foi hegemonia na sociedade industrial; será necessário voltar a isto). Reativar esses vestígios de assalariamento na sociedade pré-industrial, isto é, a grande impotência do conjunto dos assalariados de então. Mas é também remontar à sua base antropológica e encontrar um fio condutor para acompanhar suas transformações até hoje" (CASTEL, 1998, p. 146).

A compreensão da formação de uma classe operária, sem dúvida, é importante para a abordagem pretendida aqui, na medida em que, desde os primeiros focos de emergência do movimento trabalhista no Brasil, um novo discurso sobre o “trabalho” se insere entre os conflitos políticos e ideológicos. Conflitos que, embora pudessem estar restritos a setores dessa categoria (operários fabris), não deixaram de constituir uma das variáveis levadas em conta por parte dos diversos grupos em conflito na história político-econômica do Brasil ao longo do século XX.

Todavia, contar a história do trabalho seria mais que contar a história da economia capitalista, embora não a exclua. Talvez essa questão deva ser posta em outros termos: que dimensão estará sendo dada ao termo “trabalho” na presente abordagem? As respostas poderiam ser diversas: **a)** uma dimensão econômica. Nesse caso, a discussão deveria girar em torno do chão da fábrica e sua relação com a estrutura macroeconômica, na qual se dariam as relações entre “proprietários” e “não proprietários” dos meios de produção, no nível de uma infra-estrutura econômica e no nível ideológico (nesse caso, onde ficaria o setor de serviços e o terceiro setor, por exemplo?); **b)** essa dimensão ideológica, por sua vez, daria outra dimensão: a política, a articulação discursiva entre os grupos sociais na luta pela hegemonia, no sentido althusseriano e gramsciano; **c)** uma dimensão social: a exemplo de Robert Castel,

estariamos considerando o trabalho como meio de inserção na organização social, com direta relação com a seguridade social; nesse caso, estar-se-ia falando das transformações em torno do trabalho assalariado, ligadas às discussões em torno do papel do Estado na economia e na promoção do bem estar social; e, por fim **d)** uma dimensão simbólica: o trabalho como valor social, portanto historicamente construído, seus significados, as formas como é representado pelos sujeitos e sua função na constituição de identidades pessoais e coletivas.

À primeira vista, a resposta se incluiria na opção “**d**”: tratar-se-ia de levantar os possíveis elementos sobre os quais as atuais representações do trabalho e do emprego, em sentido genérico, podem ter-se objetivado e ancorado, para usar a terminologia de Moscovici. Contudo, esta dimensão em nenhum sentido pode excluir as demais. Como foi visto, os processos de objetivação e ancoragem das representações sociais não são neutros; assim, embora nosso aparato lingüístico permita mencioná-los como coisas separadas, e apesar de o arcabouço teórico das ciências sociais permitirem fazê-lo, os âmbitos econômico, político, ideológico e simbólico-cultural, na prática, entremeiam-se, e é essa “mesclagem” específica, em um e ao longo de um tempo e num espaço, que constitui essa realidade a que chamamos de “social”.

4.2. Trabalho no Brasil: Um Pouco de História

Do trabalho escravo para a consolidação e legitimação do trabalho livre, os significados do trabalho no Brasil assumiram feições diferentes, partindo da desvalorização do trabalho como atividade escrava, para uma aura mais religiosa trazida pela cultura cristã dos trabalhadores livres imigrantes (dignificação do

trabalho), para assumir, finalmente, um sentido mais civil e político, relacionado com o Estado e com a seguridade social (sem que esta última deixe de se mesclar aos anteriores). Desde então, a cada momento os agentes mais presentes na esfera pública, tais como o Estado, assumiram discursos específicos sobre o trabalho. A cada nova fase, novos interlocutores se constituíam, mais mesclando-se que superando os antigos, cada um com suas linguagens, interesses e elementos constitutivos de identidade e discurso: os sindicatos; os empregadores (rurais e industriais); e os próprios trabalhadores, em suas diferentes realidades e experiências com o trabalho e cada vez mais expostos aos discursos destes e outros atores (Igreja, partidos de esquerda, movimentos sociais organizados, etc.) no ambiente de trabalho, na conversação ou nos meios de comunicação de massa.

Em termos de discurso oficial e estatal, é por volta de 1930 que o trabalho se torna legítimo objeto de “interesse público”. No Brasil, os anos de 1930 a 1945 foram marcados pelo esforço do Estado em institucionalizar as relações de trabalho. Em virtude da rearticulação das forças sociopolíticas no poder e da redefinição política do Estado, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ganhou novo impulso. Importantes mudanças socioeconômicas e políticas se operaram no País. O Estado passou a incentivar decisivamente o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, investindo maciçamente na criação de infra-estrutura e na produção de insumos industriais, além de rodovias e ferrovias, que criaram uma infra-estrutura de transporte e facilitaram a circulação de mercadorias. O trabalho, portanto, passava a ser instrumento de responsabilidade oficial do Estado, cada vez menos sujeito a regras de particulares (por ocasião da abolição da escravatura, cada latifundiário fazia suas próprias regras na contratação do trabalho livre).

Em função dessa nova política, em novembro de 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, destinado a, nas palavras de Getúlio Vargas (apud SEGATTO, 1987, p. 29):

Manter um estreito contato com as indústrias e o comércio, sem falar nos representantes das classes operárias, procurando assisti-los em todos os seus interesses. A sua norma de ação consiste em substituir a luta de classes, negativista e estéril, pelo conceito orgânico e justo de colaboração entre as classes, com severa atenção às condições econômicas do país e aos reclamos da justiça social.

Percebe-se, nessa fala, o auto-posicionamento do Estado/governo (“mediador das relações entre empresários e trabalhadores”) e o posicionamento e julgamento implícito de outros atores sociais, como o movimento operário (“negativista e estéril”). O então Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor – cujo sobrenome se tornaria ironicamente mais conhecido na década de 90 –, afirmava que os sindicatos ou associações de classe seriam os “pára-choques” das “tendências antagônicas”, aspecto ratificado pelo presidente Vargas (apud IANNI, 1977, p. 35.). Para Vargas, fazia-se mister “congregar todas as classes numa colaboração efetiva e inteligente”, integrando-as “no organismo político do Estado”.

A forma que o governo encontrou para efetivar seu papel de mediador dos conflitos e “parceiro” das várias classes e seus interesses foi o decreto que determinava a subordinação dos sindicatos ao Estado. Ao longo da década de 30, o Estado criou um grande número de leis e decretos que regulamentariam as relações trabalhistas. Mas as resistências do patronato às medidas do Estado não foram poucas¹² e tais medidas só vieram a se consolidar em 1943, com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).¹³ A essas, com o passar do tempo, outras reivindicações

¹² Há vastos registros de atitudes de rejeição à política de Vargas. A esse respeito, ver Hardman (1981).

¹³ A CLT rege as relações de trabalho no Brasil quase que integralmente até a década de 90, mas diante das mudanças econômicas nacionais e internacionais, seu conteúdo tem sido amplamente questionado. As propostas de mudanças nas leis do trabalho nos anos 90 serão resumidamente apresentadas adiante.

foram incorporadas, como o 13.º salário, a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (em 1963), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (em 1966).

Assim, a política de Vargas se consolidou, sustentada por sua ambigüidade de “parceira” tanto de interesses do capital como dos trabalhadores (na forma da “mediação” de conflitos), constituindo todo um “novo histórico” do trabalho no Brasil:

Desenvolvendo, aprofundando ou regulamentando leis e noções que vinham da década de 20, o Estado, sob a direção de Getúlio Vargas, dotou o país de legislação trabalhista complexa e ampla. Paralelamente, procurou impor o controle sobre o movimento operário subordinando a si os sindicatos e criando, para Vargas, a imagem de “pai dos pobres” que “brindou os trabalhadores com a legislação trabalhista mais adiantada do mundo”. A propaganda política visava a apresentar o Estado como uma entidade neutra cujo papel era o de árbitro ou mediador dos conflitos classistas e protetor, como assinalou Getúlio Vargas em um dos seus discursos: “isolado na luta pela solução de seus problemas, o trabalhador foi sempre vencido pelo poder do mais forte. Entretanto, seu conagraçamento com o governo que, atento às reivindicações do povo, incluíra no seu programa a questão trabalhista, produziu o estatuto social realizando o equilíbrio das forças vitais da Nação e difundindo-lhes direitos e obrigações recíprocas” (SEGATTO, 1987, p. 31).

Eram criadas, paralelamente, formas simbólicas de inserção dessa nova configuração do trabalho, como meio de objetivação dos seus novos significados:

Mesmo o dia 1.º de Maio, durante o Estado Novo, foi esvasiado em seu significado de combate para ser transformado em um dia de festa oficial, programado e dirigido pela máquina estatal e onde Vargas aparecia como o grande benemérito e protetor dos trabalhadores brasileiros (SEGATTO, 1987, p. 47).

Na década de 50, com a implantação do grande capital monopolista no País, o trabalho no interior das fábricas sofreu novas e diversas modificações, com maior controle e aumento do ritmo de produção (fordismo). A industrialização brasileira durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-61) passou por nova e fundamental reorientação. Naquele período, a Guerra Fria estava no seu apogeu. O imperialismo norte-americano tentava consolidar-se definitivamente na América Latina. Na ordem internacional, as teorias da dependência e do subdesenvolvimento estavam na ordem do dia entre os “homens de ação” e os estudiosos da política econômica. O

“desenvolvimento” era o imperativo central do governo. Contrariamente ao nacionalismo de Vargas, a ascensão de JK – herdeiro político que tinha como vice João Goulart, Ex-Ministro do Trabalho – e a criação do que recebeu o nome de Plano de Metas, em 1956, marcou o início de um processo de industrialização “inteiramente ajustado aos interesses do capitalismo internacional” (Cano, 2000).

A execução do Plano de Metas foi a grande responsável pela definitiva configuração do modelo de desenvolvimento industrial que o Brasil finalmente adotaria, com implicações importantes na configuração da realidade econômica, civil e política do trabalho. Naquele momento, a substituição de importações aparecera como o principal meio de dinamizar o crescimento econômico, tendo sido realizada com a criação acelerada de postos de trabalho e o aproveitamento rápido de uma farta mão-de-obra, distribuída para satisfazer as necessidades da nova indústria. Iniciou-se, aí, a organização das multinacionais, monopolizando aquele que viria a ser o carro-chefe da industrialização brasileira e o setor mais dinâmico da economia: o setor automotivo. Este viria a ser, também, um importante agente político nas discussões sobre as relações de trabalho e os padrões de emprego na esfera pública.

É no contexto do desenvolvimentismo que parecem tomar uma forma mais nítida alguns dos mais difundidos referenciais para as representações acerca da realidade social e econômica brasileira, alguns deles hoje ainda bastante cristalizados, como será visto na análise das entrevistas e dos grupos focais: “progresso”, “país do futuro”, “país subdesenvolvido”, “país dependente”.

Diante de tantas mudanças naquele mundo do trabalho, o tema não poderia deixar de estar presente de forma explícita. No desenvolvimentismo e no contexto imperialista, conceitos como o *self made man* americano encontravam um ambiente bastante favorável. Nesse período, o “trabalho” é tratado no âmbito da esfera pública

como a chave capaz de abrir as portas da ascensão social tanto nos casos individuais quanto nacionais. Aqui, a realidade internacional já se mostra bem mais presente nos discursos:

É como se estivéssemos diante de um sistema de estratificação internacional construído analogamente aos sistemas de estratificação social. O desenvolvimento nacional de certa forma equivaleria à mobilidade vertical (...). Juscelino inúmeras vezes recorre a esta analogia, utilizando seu exemplo pessoal de ter subido na vida, especialmente quando se dirige aos jovens ou às camadas mais humildes (...). Além da tentativa de identificação que aí se encontra entre o político e uma parte considerável dos seus eleitores, a imagem da possibilidade de progredir basicamente pelo trabalho fica bem clara (CARDOSO, 1977, p. 93).

Por outro lado, o modelo parecia apresentar sérias contradições, que se concretizavam nas relações, práticas e representações sobre o trabalho e os trabalhadores na visão dos estudiosos do assunto. Resquícios das formas escravistas de relações de trabalho, centralismo, paternalismo, formas autoritárias das relações de trabalho, entre outros padrões, mostravam-se bastante presentes, mesclados aos elementos da nova realidade:

As motivações subjacentes ao modo de lidar com o trabalho, por exemplo, são inconsistentes em face dos requisitos racionais da empresa capitalista. O trabalhador ainda é visto pelo empresário industrial através de categorias que tinham eficácia ou justificação aparente na época da escravidão e da transição para o trabalho livre. Qualquer atitude expressa ou ação do operário que pareça colidir com os interesses da empresa dá origem a avaliações agonísticas, no fundo das quais o trabalhador se vê potencialmente representado como uma espécie de inimigo natural da ordem pública e do progresso social. De outro lado, o operário revela certa resistência às expectativas de produzir segundo ideais de realização racionalmente compensadores. O artesanato não chegou a se expandir, organizadamente, em muitas cidades brasileiras que conheceram rápida evolução industrial. Deu-se pouca ou nenhuma atenção aos problemas humanos do trabalhador. Este avalia o trabalho, em consequência, em planos ínfimos, tendo em vista as poucas compensações financeiras que ele oferece, ignorando tenazmente a importância que ele tem como fator de progresso econômico e social (Fernandes, 1974, p. 78).

Após 1978, em sequência ao milagre brasileiro, e como seu efeito perverso, em face da dependência do capital internacional e da conseqüente vulnerabilidade às crises da economia mundial (como as do petróleo), os anos 80 foram caracterizados no Brasil por uma crise macroeconômica de natureza recessiva, inflacionária e

fortemente geradora de desigualdades sociais. A taxa de inflação, que se manteve em torno de 100% entre 1980 e 1982, passou para 200% em 1983, chegando a 235% em 1985. A década foi marcada por uma sucessão de planos econômicos de estabilização da moeda mal-sucedidos: Plano Cruzado (1986); Plano Bresser (1987); Plano Verão (1989); Plano Collor I (1990), e Plano Collor II (1992). Em 1992, a inflação chegou a uma taxa acumulada de 1.000%, que subiria para 2.000% em 1993 (PEREIRA de SÁ, 1999, p. 51). Esse movimento desempenhou papel importante nas interpretações espontâneas sobre a economia brasileira, com forte impacto na receptividade ao Plano Real e à política então adotada (PEREIRA de SÁ, 1999, p. 51). No plano internacional, os países de capitalismo avançado presenciavam profundas modificações nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, na forma de representação sindical e política, com importantes repercussões tanto na materialidade como na subjetividade relativa ao trabalho:

Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção de capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos consolidados, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo), sendo em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa a partir do toyotismo permite constatar. (...) Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são 'substituídos' pela flexibilização de produção, pela 'especialização flexível', por novos padrões de busca da produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (...). Ensaia-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os círculos de controle de Qualidade (CCQs), a 'gestão participativa', a busca de qualidade total' são expressões visíveis não só do mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado (ANTUNES, 1998, p. 15).

Os anos 80 vivenciam, assim, a transição de formas de produção, com desdobramentos sobre os direitos do trabalho. A “flexibilização” diz respeito a diversos aspectos das relações de trabalho: tanto ao tempo e ao espaço (flexibilidade da jornada e mobilidade geográfica dos trabalhadores), como à legislação

(“necessidade” de adequá-la à nova fase do capitalismo), e às funções do trabalhador (valorização da multifuncionalidade em lugar da especialização).

Ao longo desse processo histórico da economia brasileira no século XX, aos valores e interesses políticos econômicos, entremeavam-se, mesclavam-se e intervinham elementos simbólicos presentes. Diversos atores sociais foram-se consolidando na esfera pública: os sindicatos, que a cada fase tiveram uma configuração específica, mas consolidaram-se como entidades legítimas no questionamento social e político das relações de trabalho; o Estado, que se constituiu um dos principais indutores do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil principalmente depois de 1930, tendo por sua vez de lidar com outros agentes, não menos importantes: o capital nacional (“os empresários”), isso sem falar nos agentes político-econômicos internacionais (tais como o Fundo Monetário Internacional); do lado dos que tentavam se inserir no mercado, outro ator também se fazia presente: “os de fora”, migrantes (“o pessoal que vem do campo”) ou imigrantes (“estrangeiros”), que se punham como concorrentes no mercado de trabalho.

Historicamente (o que não quer dizer “necessariamente”), esses são alguns dos agentes considerados na luta hegemônica em torno dos processos, relações e significados do trabalho. Mas isto não pretende dizer que esses significados sejam produzidos “por cima” e simplesmente “absorvidos” pelo “trabalhador comum”. Primeiro, porque os elementos simbólicos e discursivos a que ele está exposto são diversos (temporal, espacial e identitariamente); segundo porque é ele próprio, por suas diversas experiências cotidianas, que articula aquilo que está presente na esfera pública, os conteúdos “de fora” provenientes de várias direções – igreja, ambiente de trabalho, meios de comunicação, comunidade científica, conversação, etc. –, com o experimentado na vida, constituindo suas próprias teorias e visões sobre o objeto. Por

outro lado, isso não se dá de forma simétrica, nem sem desigualdades e contradições, o que será tratado no próximo capítulo.

Por ora, voltemos à recapitulação das mudanças do trabalho no Brasil, focalizando os anos 90.

4.3. Os Anos Noventa

4.3.1. A Reestruturação Produtiva – Do Vínculo à Informalidade

De modo sucinto, pode-se apresentar dentre as principais mudanças em torno do trabalho e do emprego no Brasil (além da diminuição dos postos de trabalho formal):

1. a flexibilidade do mercado de trabalho, evidenciada por estudos baseados em elementos como salário real, admissão e demissão de empregados, treinamento, redução da jornada de trabalho, normas formais e informais que regulam contratos de trabalho e seus custos;¹⁴
2. mudanças nas relações de emprego e na estrutura das ocupações, provocada, entre outros fatores, pelo crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), resultante do ingresso no mercado de trabalho dos jovens nascidos em momentos de pico da taxa de natalidade, e das mulheres;
3. introdução da tecnologia da informação, com adoção de novas modalidades e formas de gerência, provocando uma maior desvalorização dos trabalhadores de

¹⁴ A alternativa em torno das mudanças nos turnos e na jornada de trabalho tem mudado o perfil do mercado de trabalho. A experiência internacional com o contrato de trabalho por tempo parcial tem crescido e evidenciado que grande parte dos empregados que optam por essa modalidade contratual é constituída por estudantes (notadamente como oportunidade de custear os estudos) ou mães com filhos em idade escolar, que podem assim dividir o tempo entre a casa e o trabalho.

menor escolaridade e menos qualificados, sejam eles jovens, sejam adultos, tanto nas oportunidades de emprego quanto nos níveis de renda;

4. aumento da informalidade, tendo repercussões nos padrões de ocupação e no conceito de emprego;

5. ênfase na competitividade, qualificação, autonomia e autogerenciamento do indivíduo, configurando um "novo perfil do trabalhador" nos setores mais "modernizados";

6. focalização da empresa como locus privilegiado das relações e negociações trabalhistas, provocando a pulverização dos sindicatos e fomentando o afastamento do Estado nas suas funções de regulação social. Isso acabaria por reforçar a privatização das relações de trabalho, de modo que "os acordos continuam correndo ao largo do Estado, não se estendendo à sociedade" (BLASS, 1998, p. 75).

Diante desse quadro, as orientações (ao menos em termos do discurso) do Ministério do Trabalho, ou as "recomendações da Força Tarefa" ao Governo Federal, de acordo o relatório sobre políticas de emprego do Ministério do Trabalho (AMADEO, 1998), vão no sentido de "minimizar os custos sociais e econômicos das transições (...) e promover o desenvolvimento econômico duradouro de forma a dinamizar o mercado de trabalho, assegurando um ciclo sustentado de crescimento atrelado ao processo de integração competitiva".¹⁵ O relatório aponta como passo mais importante nessa direção tornar o sistema de negociação "mais flexível" e "menos

¹⁵ Do modelo institucional de política de emprego derivam, segundo dados do referido relatório, ações que se desdobram em programas a fundo perdido e programas financiados. Os programas custeados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) são o seguro-desemprego, a intermediação da mão-de-obra, o abono salarial e a qualificação profissional. Recursos do FAT também financiam, através de depósitos especiais remunerados, o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), urbano e rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Qualificação do Trabalhador (Planfor), o Programa de Promoção do Emprego e da Qualidade de Vida do Trabalhador na Região Nordeste (Protrabalho), e parte substantiva das ações do BNDES. Haveria, portanto, uma política concebida e em execução que, nas palavras do ministro, estaria no "rumo certo". Segundo o mesmo relatório, tais políticas teriam sido discutidas num seminário nacional ainda em 1997, sendo muitos os interlocutores envolvidos nesse processo, indo desde as Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, passando pelas Comissões Estaduais, até organizações não governamentais, que com programas como o Comunidade Solidária participaram do planejamento destes seminários. Na prática, porém, questiona-se se esses projetos estariam de fato em execução, bem como o uso e a gestão dos recursos do próprio FAT, por exemplo. Sobre essa polêmica, ver *A Caixa preta do FAT*, Jornal do Commercio, Caderno Economia, 16/1/2000, p. 10.

estatutário", sendo as principais medidas sugeridas para isto, a institucionalização do contrato por prazo determinado e do contrato temporário, redução e flexibilização da jornada de trabalho, redução do custo não-salarial do trabalho para as empresas, instituição e facilitação legislativa da terceirização, estímulo à criação de cooperativas de trabalho, institucionalização do trabalho voluntário (sobre o qual não incidem encargos sociais e trabalhistas), e reformulação da legislação referente à organização sindical e negociação coletiva.

Como se pode ver, as propostas de reformas na legislação, como tradicional mediadora das relações de trabalho, assumem um lugar central:

A capacidade do mercado de trabalho de gerar empregos depende não apenas da expansão econômica, mas também das instituições que regulam o seu funcionamento e da maturidade das relações de trabalho. (...) Nesse sentido, outro conjunto de ações do Governo Federal refere-se à necessidade de reformar as relações de trabalho no país. A mudança é necessária para que elas se ajustem aos novos padrões de negociação entre o capital trabalho estabelecidos pela atual dinâmica social, política e econômica no Brasil. (...) Pretende-se instituir um sistema democrático que procure a solução das questões trabalhistas pelo caminho do entendimento, preconizando o equilíbrio ao não atribuir excessos, seja ao mercado, seja ao Estado (AMADEO, 1998, p. 11).

Para muitos economistas e empresários, existe um "custo Brasil" de mão-de-obra que a torna pouco competitiva internacionalmente, custo esse materializado nos encargos sociais indiretos presentes no salário do trabalhador formal. Como solução para este problema, tanto empresários como Governo propõem a desregulamentação e a flexibilização do mercado de trabalho, fazendo das relações características do mercado de trabalho informal o novo padrão, rebaixando com isso os custos da mão-de-obra e tornando os produtos brasileiros internacionalmente competitivos. Desse modo, o discurso governamental nos anos 90, sobretudo a partir de 1994, vai no sentido de legitimar o trabalho temporário e o trabalho informal como um “novo conceito de emprego”. De acordo com Lima (1997, p. 143),

Enquanto nos anos 80 o trabalho informal era sinônimo de subemprego, desemprego disfarçado, baixos rendimentos e insegurança, nos anos 90 passou a ser considerado 'emprego de baixa qualidade', subterfúgio que mantém o país com níveis de desemprego semelhante aos do norte-americano, justificando a revisão e limitação de direitos trabalhistas.

É interessante perceber que mesmo as estatísticas nacionais, teoricamente vistas como dados menos propensos aos elementos subjetivos ou aos interesses "alheios" à pesquisa, acabam por entrar, também, nesse plano discursivo. Os critérios utilizados na Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) e na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DIEESE) levam a diferenças gritantes, uma vez que o segundo acrescenta ao desemprego aberto o que chama de “desemprego oculto pelo desalento”. Enquanto dados do IBGE apontaram uma evolução do desemprego entre dezembro de 1998 e dezembro de 1999 de 8,7% para 8,6%; o DIEESE, embora também apontasse um discreto avanço, apresentava os percentuais de 21,5% a 20,8%, no mesmo período. Na opinião de alguns setores sindicais, O IBGE "mascara o desalento",¹⁶ e acaba revelando um dado irreal sobre o desemprego. Também os postos de trabalho temporário criados mediante a realização de "obras" e o investimento no turismo são apresentados pelo Governo como investimentos significativos na minimização do problema do desemprego, implementando o que setores de esquerda tendem a considerar “paliativos” para a questão do desemprego:

A realidade é menos dramática do que a visão que temos dela. Isso é um fato. As pessoas estão preocupadas com o desemprego, e isso não quer dizer que estejam desempregadas. (...) Precisamos distinguir entre um emprego e um trabalho. Quem vende uma mercadoria no sinal de trânsito não tem um emprego convencional, mas tem um trabalho e tem renda. Não estou dizendo que isto é o ideal, mas quero deixar claro que o Brasil tem essa capacidade de se adaptar a coisas novas. Gostaria que uma parte dessa nossa capacidade fosse demonstrada na mudança da legislação. O trabalhador que está vendendo alguma coisa no sinal de trânsito hoje pode muito bem ter perdido o emprego porque a lei não permitiu que o seu patrão, através do sindicato, negociasse condições especiais de trabalho (Edward Amadeo, então Ministro do Trabalho, Revista Veja, 15/4/1999).

¹⁶ Jorge Perez, Presidente da Central Única dos Trabalhadores. Jornal do Commercio, Caderno Economia, 2/5/1999.

Dentre as questões que envolvem o desemprego estrutural e a reestruturação produtiva, os sindicatos não poderiam deixar de ser um dos mais importantes focos de considerações acerca da necessidade de mudança, sobretudo no que tange às reformas nas leis trabalhistas. De acordo com o relatório do Ministro, em oposição a uma "unicidade sindical constitucional imposta", o que há é uma "pluralidade de fato": cada empresa é obrigada a negociar com vários sindicatos em face do sistema de representação de categorias. Realmente, como observa Arbix (1996, p. 83), o Estado continua a ser um fator central dos sindicatos e de manutenção da unicidade sindical e da sustentação do papel normativo e mediador da Justiça do Trabalho. Tal estrutura acaba, segundo ele, por servir a interesses particulares, ora dos sindicatos, ora dos empresários, que ficam livres para "cultivar sua clientela". A Justiça do Trabalho, por sua vez, em lugar de contribuir para a livre negociação, sobrevive antes como "instrumento burocrático político". Por outro lado, diante de tal rigidez, os empresários reclamam pela flexibilização, mas deixam de incluir nela o "direito à organização por local de trabalho", aceitando, quando muito, "a liberdade sindical, desde que seja do portão da fábrica para fora":

Há certas coisas no Brasil que esbarram no surrealismo. Há alguns dias, um executivo da minha empresa me contou que a administração do condomínio onde morava havia separado uma verba equivalente a 20% do orçamento para cobrir eventuais indenizações trabalhistas. O dinheiro ficaria parado, não produziria nada, não traria nenhum benefício. Não havia nenhum processo em questão. Era apenas uma medida preventiva baseada no fato de que qualquer organização – até o condomínio que contrata um jardineiro ou uma faxineira – um dia pode ser vítima da Justiça do Trabalho (“Justiça do Trabalho Para Quê?”, Luiz Lang Jr., Revista Exame, 24/3/1999).

...Não têm carteira de trabalho assinada, direito a férias, descanso semanal remunerado, fundo de garantia, previdência pública. Também não podem, em tese, recorrer à justiça caso se sintam prejudicados. São espécies de párias sociais, pessoas que poderiam estar integradas ao mercado de trabalho se as leis não fossem tão rígidas. Não existem contratos de trabalho flexíveis o suficiente para estimular o emprego do jovem ou do profissional com mais de 50 anos. Para essas pessoas, o interesse maior pode não ser 30 dias de férias ou o vale-transporte. Pode ser apenas um emprego (Revista Exame, autor não identificado, 19/5/1999).

Somando-se ao declínio das oportunidades de emprego formal em empresas médias e grandes no setor privado, decresce também o número de postos no setor estatal, aspecto que, acrescido dos problemas no desempenho do serviço público e do fim da estabilidade, contribuem para a derrocada do antigo status do "funcionário público" no Brasil. Isso, num contexto em que o emprego formalizado sempre foi o principal meio de acesso aos benefícios sociais proporcionados pelo Estado, gera uma crise social que associa desemprego, informalidade e exclusão em relação sobretudo à seguridade social (ROBERTS, 1999).¹⁷ Nesse contexto, se por um lado o setor privado reafirma-se e é reafirmado como o referencial positivo da eficiência, do dinamismo e da não-acomodação do trabalhador (em relação ao setor público), por outro, permanece a demanda pela população (como se verá adiante) e alarmada por amplos setores de esquerda, em torno da "segurança" e "estabilidade" do vínculo empregatício.

Assim, em contraposição às posturas empresariais e governamentais, a questão dos encargos contratuais é levantada por sindicatos e setores de esquerda como uma das evidências do privilegiamento de interesses dos setores empresariais por parte do Governo.¹⁸

¹⁷ De acordo com esse autor, a mais grave limitação à ação do mercado na provisão de serviços sociais está na situação do emprego na América Latina. Os benefícios da Previdência Social têm sido em grande parte custeados pelas contribuições das empresas e dos trabalhadores, e não pelo imposto de renda. Uma consequência disso seria a prática, tanto das empresas quanto dos trabalhadores, de fugir ao ônus das contribuições previdenciárias, recorrendo ao trabalho "sem carteira assinada" (ROBERTS, 1999, p. 14).

¹⁸ É comum na mídia a afirmação de que os ganhos do setor informal são maiores que os do setor formal atualmente. Essa afirmação, contudo, parece oriunda do problema de tomar isoladamente o cálculo da média, ignorando que os valores extremos a enviesam de modo a oferecer um retrato falso da realidade. Em reportagem especial sobre o setor informal, a Revista Veja (6/9/95) afirma que "35% dos favelados de São Paulo ganham mais do que cinco salários mínimos por mês", e no Brasil, "enquanto os ricos têm 64 bilhões de dólares para gastar por ano, os pobres gastam 200 bilhões". Especialmente a última afirmação pode pretender um efeito hiperbólico, mas é bastante significativa, sobretudo se observarmos que uma das saídas mais mencionadas por trabalhadores sujeitos a programas de demissão voluntária é a esperança de "montar o seu próprio negócio". Por outro lado, dados da Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE, 5/1999) mostram que a média nacional dos salários dos trabalhadores registrados (R\$ 684,71) é maior do que o que é pago aos que não tem carteira assinada (R\$ 560,94). Em Recife, dados do DIEESE, em janeiro, mostram resultados semelhantes: R\$ 435 e R\$ 274%, respectivamente. Quem estaria com a razão?

(...) A principal causa da existência de um enorme contingente de trabalhadores com vínculos de trabalho informais no Brasil parece estar muito mais ligada ao baixo custo da ilegalidade, em termos de relações trabalhistas, do que ao suposto alto custo dos encargos sociais. É preciso deixar claro que o chamado 'mercado de trabalho informal' não significa uma alternativa viável à disposição das empresas, que assim poderiam optar por empregos formais ou informais em função de critérios de custo. O mercado de trabalho informal representa, na maior parte dos casos e antes de mais nada, uma verdadeira fraude (...). Do ponto de vista estritamente econômico, portanto, é mais vantajoso para o empregador descumprir a lei para pagar suas obrigações, muito tempo depois, por um valor menor e, ainda assim, somente no caso de vir a ser acionado na Justiça do trabalho, o que nem sempre ocorre". ("O Polêmico peso dos encargos contratuais no Brasil", relatório do DIEESE, julho/1997)

O desenvolvimento tecnológico muda as relações de trabalho, mas não implica na flexibilização das regras de contratação. As propostas de flexibilização tiram direitos dos trabalhadores e não colocam nada no lugar, com a desculpa de que a legislação está atrasada (Jorge Perez, Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jornal do Commercio, 2/5/1999).

O contrato temporário de trabalho pode resolver o problema de uma ou outra empresa que quer demitir gente para contratar outras pessoas por um salário menor, mas não é instrumento de criação de empregos. Além disso, faz três meses que a lei está em vigor e até onde eu sei ela só foi usada por vinte empresas (Luiz Marinho, líder dos metalúrgicos do ABC Paulista, Veja, 25/3/1998).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), nos segmentos primários do mercado pode-se encontrar a flexibilidade combinada à estabilidade no emprego e à qualificação do trabalhador. Ao mesmo tempo, "para setores mais desprotegidos, a flexibilização pode levar a uma diminuição salarial, ao aumento do trabalho noturno e à rotatividade" (ARBIX, 1996, p. 187). Também fatores como a alta rotatividade da mão-de-obra, baixo custo das demissões e conflitos regulados pela Justiça do Trabalho resultam em baixo nível de investimentos na qualificação da mão-de-obra (LIMA, 1997). Somar-se-iam a isso os incentivos ao não-cumprimento da legislação trabalhista, ausência de fiscalização pelos órgãos competentes e o baixo custo para as empresas das disputas judiciais, que geralmente terminariam em acordos que as beneficiam. Isso gera um grande número de empregados de baixa qualidade e produtividade, com mão-de-obra pouco escolarizada e qualificada, o que vai de encontro às novas e rígidas exigências desse mesmo mercado. Na verdade, na percepção de muitos autores (ARBIX, 1996; CAMARGO, 1996; BLASS, 1998,

LIMA, 1997), o grande número de regras norteadoras dos contratos de trabalho já torna, paradoxalmente, o mercado bastante flexível, o que leva a questionar até mesmo se a hipótese de "flexibilização das relações de trabalho" se aplica também ao Brasil.

Com o apoio governamental, as empresas procuram desenvolver suas iniciativas, entendendo a 'flexibilização da força de trabalho' como uma vantagem competitiva, na medida em que sem qualquer balizamento de inexistentes políticas de emprego, de qualificação, de capacitação e da difusão tecnológicas, as grandes empresas tendem a deslocar o centro de gravidade das relações industriais para o nível micro, da fábrica, inclusive como forma de resguardar-se do sindicato. (...) No Brasil, essa aliança tem perdurado, em que pese a inexistência de proteção da sociedade, que são ativos na maior parte dos países avançados. É o que torna a versão tropical da globalização mais dramática. (ARBIX, 1996, p. 187)

Especificamente no caso do Nordeste, onde foi realizado o trabalho de campo, o "novo" panorama econômico diria respeito à descoberta da região como um contexto competitivo diante de mercados internacionais e à utilização de formas de flexibilização da produção, que rebaixam o discutido custo Brasil. Com a parceria entre governos federal, estaduais e municipais, órgãos patronais e fábricas (ao lado de baixos pisos salariais vigentes na maioria dos Estados nordestinos), é reproduzido um "novo" arranjo produtivo: as cooperativas de trabalhadores.¹⁹ A novidade dessas cooperativas, porém, estaria no recurso à terceirização para atender a demandas de empresas específicas (grandes confecções e indústrias de calçados), que bancam parte do seu financiamento com contratos variados, embora predomine a exclusividade na produção e o controle sobre a organização do trabalho. Como os trabalhadores são associados, não são regidos pela Justiça do Trabalho, sendo eles mesmos responsáveis pelo recolhimento das obrigações sociais, o que reduz os custos da produção e conseqüentemente os preços dos produtos junto aos seus concorrentes estrangeiros.

¹⁹ Novas, em termos. O cooperativismo vem crescendo, segundo Lima (1999, p. 144) 300% nos últimos 10 anos no Brasil, sobretudo na área de prestação de serviços - taxistas, pedreiros, professores, catadores de papel e setores agrícolas.

(...) Em certa medida, é a mesma coisa que dizem alguns sindicatos vendo desaparecer suas bases. Para o trabalhador, a novidade está, mais uma vez, na precarização do trabalho como condição de manutenção de um emprego ou, melhor dizendo, de uma ocupação remunerada, uma vez que o emprego deixou de existir (LIMA, 1997, p. 158).

4.3.2. A Importância da Qualificação - O "Novo Perfil do Trabalhador"

A despolitização e a individualização da problemática do trabalho e do emprego abrem um fértil terreno para a importância da competitividade exaltada pelo setor privado, o que se pode perceber nas discussões acerca das novas demandas das empresas e do “novo perfil do trabalhador”, sob a apologia do “autogerenciamento” e da “auto-especialização”, numa mudança de foco do Estado e da empresa para o indivíduo”, oculta no conceito de “empregabilidade”.

As características e os desafios de uma economia globalizada e competitiva redefinem o problema do emprego e exigem novos conceitos. Um deles é o de empregabilidade, entendido como atributo que o trabalhador deve possuir para que aumente a probabilidade de manter seu emprego ou de obter uma nova ocupação. Assim, aumentam em importância os requisitos de educação básica, formação profissional e de requalificação para se manter ou conquistar um posto de trabalho de boa qualidade (AMADEO, 1998, p. 8).

De acordo com Sônia Larangeira (1997, p. 37), as discussões mais recentes retomam o tema da qualificação em sentido distinto daquele apresentado no debate dos anos 80, cuja preocupação teria estado muito voltada para os efeitos sociais da automação. Hoje as condições de trabalho, especialmente no que se refere à qualificação, seriam vistas no contexto da reestruturação produtiva, cujos eixos principais se encontram nas "novas formas de uso e gestão da força de trabalho" e cujos princípios definidores tenderiam a favorecer a elevação da qualificação do trabalhador. Entre esses princípios estão, segundo a autora: a definição mais ampla e extensa das tarefas a ser executadas; maior flexibilidade funcional, permitindo a integração de funções; delegação de iniciativa a trabalhadores em níveis hierárquicos

inferiores; difusão de atitudes de aceitação à mudança, incentivando o constante aperfeiçoamento profissional.

A noção de qualificação, em si mesma, teria também mudado o seu significado: o que antes se baseava no comportamento (esforço, disciplina), hoje se manifestaria pela tomada de iniciativa (assegurar a contribuição do processo); a expertise, baseada em experiência, hoje residiria no conhecimento (identificar e resolver problemas); a interdependência, antes seqüencial (postos procedentes e subseqüentes), hoje seria sistêmica (trabalho em equipe, interdependência de funções e de níveis); a formação, antes adquirida de uma só vez, hoje seria permanente, com atualização freqüente (ADLER apud LARANJEIRA, 1997, p. 37). Tais teses são confirmadas nas orientações e análises das principais revistas de economia e negócios de circulação nacional, como no trecho abaixo:

Agora o único responsável por sua carreira é você mesmo – e não sua empresa. Confuso? Eis o que você pode fazer para chegar lá: 1. Não ajude a perpetuar a burocracia à sua volta; 2. Seja um profissional global; 3. Nunca pare de crescer e se desenvolver; 4. Sonhe alto e persiga a realização de seus sonhos; 5. Concilie sua vida profissional com a vida pessoal e familiar; 6. Apaixone-se por aquilo que você faz; 7. Não siga os conselhos de ninguém (“Sete Passos Para o sucesso”, Revista Exame, 16/06/1999).

Esses aspectos têm importantes repercussões nas relações de trabalho, inclusive no que se refere a seu papel na formação das identidades pessoais e coletivas e à ética do trabalho. Segundo pesquisa realizada por Laranjeira no setor de serviços, o aumento da qualificação elevou o nível de compromisso com a empresa, aspecto também observado em sentido distinto por Pagès (1987), para quem nas empresas hipermodernas a dependência do trabalhador é muito mais forte que nas empresas tradicionais, a despeito do discurso de autonomia e flexibilidade. A "avaliação", por sua vez, passa a se relacionar com critérios "mais objetivos e racionais" nas relações de trabalho, aproximando-se do que Livia Barbosa (1999) chama de “critério

meritocrático”, característico dos modelos japonês e americano (guardadas as especificidades de cada país).

A predominância de um modo de gestão que vise a competição e a lucratividade tende a se afastar de sistemas de promoção baseados em tempo de serviço, em benefício de critérios mais individualizados e negociados localmente (...). A política salarial tende a se tornar flexível, aumentando o percentual de salário baseado no mérito individual pela atribuição de pontos que concedem prêmios individuais, baseados em produtividade, resultados e objetivos. A individualização em forma de prêmios tende a ser seletiva, no sentido de atribuir maior percentual de remuneração a categorias que ocupam funções mais graduadas (LARANGEIRA, 1997, p. 37).

Em sentido mais genérico, Cardoso (1999, p. 94) aponta uma transição entre a forma tradicional "paternalista" para uma forma mais "moderna" de relações de trabalho que, como tipos ideais, poderiam ser assim caracterizados:

PATERNALISMO	MODERNIDADE
Unilateralidade da empresa na delimitação das regras e normas de uso do trabalho, quanto ao seu caráter informal, individualizante e fortemente baseado nas relações pessoais entre empresa e trabalhadores (remete a um sistema de lealdades pessoais).	Incorpora critérios de mercado mais impessoais e competitivos na regulação dos terrenos de interesses, e relações industriais marcadas pelo "consenso produtivista".

Na prática, porém, essas duas formas, notadamente em países do Terceiro Mundo, como o Brasil, tenderiam a se mesclar, perpassando as relações de trabalho mesmo em indústrias, bancos, etc., seja no setor público ou no setor privado (CARDOSO, 1999). Dessa forma, o paternalismo e a modernização assumiriam nuances específicas em diferentes empresas, a depender da cultura local e das respostas que capital e trabalho dêem, em cada realidade, à reestruturação produtiva. Pode, portanto, haver a persistência do paternalismo, ainda que difuso em meio a relações mais impessoais, inclusive entre os trabalhadores recém-ingressos no mercado interno de trabalho.

Nesse novo ambiente, diz Cardoso, o medo é a cultura fabril imperante. Qualquer trabalhador teme ser demitido por mais próximo que esteja do encarregado.

Nessa realidade, o emprego seria encarado como uma situação transitória, não como um vínculo a partir do qual o trabalhador tem interesses em alinhar relações sociais mais estáveis:²⁰

Mal remunerado, intenso e instável, o vínculo empregatício deixa de ser capaz de servir de base a relações industriais paternalistas ou mesmo assistencialistas e, com isso, de alimentar uma rede de subordinações hierárquicas de caráter tradicional. O "terror do mercado" tem como marca a diluição das hierarquias anteriores, principalmente porque todos passaram a estar sob as mesmas regras aterradoras, dentre as quais a ameaça de demissão atua como ponto de fuga mais conspícuo (Cardoso, 1999, p. 95).

Esses aspectos chamam a atenção para o grau de complexidade destas relações, que devem ser examinadas em sua multidimensionalidade, levando-se em conta os diversos fatores – técnicos, sociais, políticos e ideológicos – que interferem na sua definição.

Não se pode deixar de admitir as alterações que a tecnologia implementa nas relações de trabalho, mas tampouco se pode deixar de pensá-la como parte da cultura, portanto como elemento elaborado pelos atores sociais dentro de um terreno axiológico e ideológico.

4.3.3. A "Ideologia da Globalização"

Sabe-se que um modelo de Estado consiste numa proposta política em seu sentido mais amplo, englobando não apenas "diretrizes" administrativas e econômicas, mas também, e sobretudo, uma concepção a respeito da própria organização social. Tanto os estruturalistas (como Gramsci) quanto os ditos pós-estruturalistas (como Laclau) concordam que a política consiste no esforço de tornar tais concepções hegemônicas, perpassando não somente as instâncias institucionais no sentido formal,

²⁰ Para uma leitura profunda acerca das repercussões da flexibilidade e da competitividade na identidade pessoal e na psicodinâmica do trabalho, ver Sennett (1999) e Dejours (1998).

mas também a instância simbólica e a organização da vida privada. Evidentemente, esse processo não se dá pela simples deliberação de indivíduos “manipuladores”, “poderosos” ou “estrategistas”. Articula-se com outras tendências, com tradições, com a prática e a cultura política, com a legislação, com antigas e novas demandas sociais, enfim, com fatores estruturais e conjunturais, formais e simbólicos, consonantes e dissonantes, que constituem a realidade social. A título de exemplo, pode-se recorrer a Bryan Roberts (1997, p. 8), para quem os três tipos de regime de previdência social (liberal, corporativista, social-democrata) são importantes fatores na transformação das estruturas ocupacionais do final do século XX e ao surgimento de uma economia de serviços – a chamada economia pós-industrial. No caso do modelo liberal, diz ele, somente um grupo marginalizado se beneficia da previdência pública enquanto as demais classes encontram no mercado sua única fonte de serviços. Nos outros dois modelos, fatores históricos teriam levado tanto as classes médias quanto a classe operária a recorrer à previdência privada.

O momento atual da América Latina corresponderia, assim, à transição de um regime que se tornou caduco em meio ao contexto econômico internacional para um novo modelo que, ao menos até o momento, não se definiu. Um modelo que claramente, na avaliação de Roberts (1997, p. 11), se aproxima do regime liberal, no qual o Estado deixa de desempenhar um papel principal na prestação de assistência e previdência social. Nesse contexto, como observa Cardoso (1998, p. 83), “a idéia de ‘Estado mínimo’ tende a se confundir com a de ‘mercado máximo’, no sentido de que se transfere aos agentes econômicos o ônus de ‘negociar’ perdas e danos segundo seus recursos de poder no mercado”.

Em nenhum dos casos, porém, as políticas sociais seriam neutras. Antes elas serviriam de base a coalizões políticas de governo. Isso sugere que os modelos de

capitalismo providencial e de políticas sociais, de um modo geral, não são fruto de imposições do acaso ou de leis econômicas inabaláveis. Noutros termos, haveriam formas alternativas de implementar a cidadania social:

Los sistemas argumentativos empleados no son inocentes pues sirven de base a la transformación de las leyes, y de manera más amplia de la legislación laboral, influyendo así sobre el porvenir de los asalariados, en un primer momento sobre el de los obreros y más tarde sobre el de las clases medias nacidas del welfare state y la industrialización (GIALDINO Apud TRIPIER, 1998, p. 195)

Estes aspectos remetem ao que alguns autores, a exemplo de Hyman (1999, p.118), chamam de "ideologia da globalização". A ideologia da globalização serviria ao argumento de que as forças do mercado são irresistíveis e invencíveis. Nos últimos anos, a noção de globalização viria proporcionando a muitos governos, segundo os críticos, um álibi extremamente útil: o de que o destino das economias nacionais não é sensível à influência das políticas internas, ou então, na melhor das hipóteses, que eles não podem fazer outra coisa senão impor as formas mais eficazes de adaptação a forças externas. Têm como mobilizar a aceitação a políticas de desemprego, cortes em programas sociais e políticas de desregulamentação do mercado de trabalho, com o pretexto de que “não têm alternativa”. Essa “impotência”, no entanto, seria em si mesma uma escolha política, seja por razões ideológicas, seja por interesses econômicos particulares ou eleitoreiros. Introduzindo uma questão teórico-metodológica, Hyman afirma ser necessário, nesse contexto, “desvencilhar a realidade do mito”. Reconhece, no entanto, que uma das dificuldades de fazê-lo reside no fato de que a “globalização (...) tem muitos significados e pode servir tanto de instrumento analítico quanto de argumento retórico” (HYMAN, 1999, p. 118), ou seja, corresponde tanto a uma “realidade objetiva” quanto a um “objeto de discurso”.

No Brasil, tais afirmações tornam-se mais patentes se for observado o quanto, nos últimos três anos – especialmente no período das eleições de 1998 –, o tema do

desemprego estrutural e da globalização esteve veiculado na mídia, nas propagandas partidárias, de modo a ter alcançado forte presença na opinião pública, inclusive nas camadas de renda e escolaridade mais baixa.

Entre as propagandas do Governo naquele período, duas apresentavam a imagem de Carlitos, o famoso personagem de Charles Chaplin, no início do século, intercaladas com referências à evolução da “luta do homem com a máquina” e à mensagem “o desemprego é estrutural, mas o problema também é nosso”, seguido do slogan “quem resolveu a inflação, resolverá o problema do desemprego”. A estratégia consistia em procurar, por um lado, neutralizar as acusações da “esquerda pessimista”, “os que boicotam o programa do desenvolvimento”, “os inimigos do Brasil” e por outro, amenizar uma possível insatisfação da população quanto à suposta ausência de uma política contra o desemprego no primeiro mandato.

O desemprego era assim enfatizado como "um problema mundial" (leia-se, não é culpa do governo), e ao mesmo tempo abraçado como causa (“o problema também é nosso”), constituindo um apelo indireto a um segundo voto de confiança (“o dragão da inflação também parecia invencível...”). Bandeira de todos os candidatos naquele momento, o discurso do governo mostrou-se o mais eficiente na mediação das contradições que se colocavam, conseguindo manter, ao menos formalmente, sua hegemonia.²¹

Em países como o Brasil, que ainda carregam "traços acentuados do seu passado colonial", esse debate é mais problemático. A ideologia da globalização pode funcionar como reforço e disfarce pseudomoderno para a "arraigada subserviência" de setores das camadas dirigentes do País aos interesses internacionais dominantes. Nesse contexto, a globalização funcionaria como álibi para posições tradicionais das

²¹ "A bandeira do desemprego", *Revista Veja*, Reportagem de capa, 2/9/1998.

elites locais (BATISTA JÚNIOR, 1997, p. 96). Esse movimento, porém, não é unilateral. Também as especificidades locais são consideradas no processo de reestruturação produtiva tanto pelos atores internos como externos, e mais que isso: cada um desses setores tende a agir conforme os padrões culturais de onde provêm, o que significa que a "relação econômica" é, além de tudo, simbólica. Pesquisando diversas empresas automobilísticas em São Paulo, Blass (1998) observa que as heranças culturais, tradições políticas e várias experiências históricas influem nas decisões empresariais das multinacionais, expressando idéias e concepções emergentes nas sociedades de onde elas procedem:

O debate contemporâneo, que se instala particularmente na Alemanha, sobre o lugar e o sentido do trabalho na vida individual e coletiva pode ilustrar esse fato. (...) As idéias a respeito do 'tempo livre' e do direito do trabalho, veiculados pelo conselho de trabalhadores nas grandes indústrias e pelo movimento sindical alemão nos últimos anos, orientam as negociações que regulam a jornada de trabalho no Brasil, especialmente na Volkswagen. (...) As empresas transnacionais, adaptando-se às condições sociais e históricas delimitadas em fronteiras nacionais, tentam potencializar as vantagens que lhes são oferecidas. Nesse movimento, as múltiplas faces que compõem esse processo são reinventadas dentro das alternativas possíveis. Assim, aquilo que parece mera imitação se torna, na verdade, recriação (BLASS, 1998, p. 74).

Todos estes elementos – reestruturação produtiva, desemprego estrutural, novo perfil do trabalhador, globalização, etc. –, portanto, se processam por meio dos discursos e da prática política, e fazem do trabalho, mesclado aos conceitos de emprego e ocupação, um elemento válido e recorrente tanto do discurso político quanto do discurso cotidiano ou ordinário. Isto nos traz o fato de que trabalho, emprego e ocupação, como objetos de discurso, não estão restritos às organizações e ambientes de trabalho, mas estendem-se à esfera pública, ao espaço de formação da opinião pública e da mobilização de recursos pela conquista de adeptos, por parte dos atores sociais em conflito no campo econômico. Noutros termos, constituem objetos da luta hegemônica, seja no sentido gramsciano (GRAMSCI, 1978), seja no sentido

oferecido por Laclau e Mouffe (1989), para quem a questão da pluralidade e heterogeneidade é central na elaboração do conceito de hegemonia.

Há de se pensar, desse modo, no tema do trabalho e do emprego no Brasil, sob a perspectiva: **a)** da cultura política e social; **b)** das formas mais cristalizadas de percepção da “realidade econômica brasileira” no atual contexto; e **c)** das contradições e mediações da organização social, no contexto de uma política econômica que “descentraliza” e “enxuga” o Estado, ampliando o espaço para o mercado livre e para a iniciativa privada.

Uma política cujo discurso, com base nos elementos aqui apresentados, pode ser considerado *despolitizador*: o fator econômico (traduzido em termos como “globalização”, “mudanças no mundo do trabalho”, “desemprego estrutural”) é posto como causa absoluta – isto é, sem a inclusão de fatores sociais e sujeitos políticos aparentes – da questão do emprego; e *individualizante*: a autogestão e a autoqualificação do trabalhador são enfatizadas, o que se reflete, por exemplo, na ênfase ao ensino profissionalizante em relação ao ensino universitário. Nesse contexto, afora a dificuldade quanto à criação de vagas num mercado de trabalho cada vez mais restrito, exigente e competitivo, emerge a tendência a igualar teoricamente grupos efetivamente desiguais em suas oportunidades no mercado de trabalho (seja pela faixa etária, pela renda, pelo grau de escolaridade, seja por desigualdades e diferenças de outra natureza).

Alguns desses elementos passam agora a ser ilustrados no próximo capítulo, com base nos discursos dos próprios trabalhadores, na análise das entrevistas e dos grupos focais.

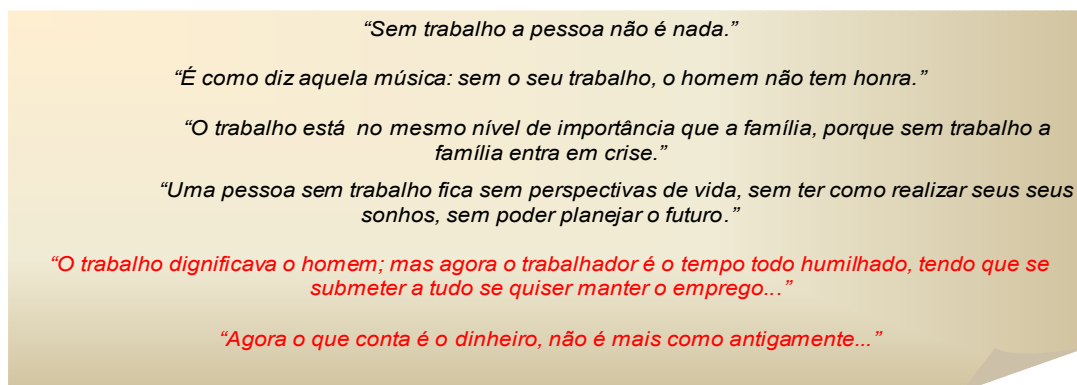
5. O TRABALHO, PELOS TRABALHADORES

As entrevistas e os grupos focais ratificam em grande parte as contradições apresentadas no capítulo anterior. Diversos conceitos, imagens e interpretações, alguns dos quais apresentados no resgate da história do trabalho e nas tendências dos anos 90, mesclam-se na configuração das novas representações do trabalho, num movimento que se poderia chamar de reflexividade das ciências humanas, recorrendo-se a Giddens (1991); de difusão de conceitos provenientes do campo acadêmico como as teorias econômicas da globalização e do desemprego, recorrendo-se a Moscovici (1978; 1990); e de discursos advindos da prática discursiva articulatória (ou hegemônica) travada na esfera pública, recorrendo-se a Laclau e Mouffe (1989).

Arraigadas imagens do Brasil e uma cultura política marcada pelo paternalismo, em que o Estado (ou “o governo”) aparece como o legítimo provedor e saneador por excelência de todos os males; a espera por um “salvador da pátria” como o fora Getúlio Vargas ou teria sido Tancredo Neves (“Precisamos de um D. Pedro I moderno”); imagens acerca das relações entre Estado e empresários e entre estes e sindicatos, etc., são alguns dos elementos que entram, e com força considerável, na constituição dessas representações. Essas imagens, evidentemente, são relidas em um momento político e econômico específico, no qual entram termos como “política de privatizações”, “estabilização”, “relações internacionais”, “FMI”, “política interna”. Os fatos econômicos (“desenvolvimento tecnológico”, “desemprego estrutural” e “globalização”) é que parecem subsidiar o que haveria de mais novo nestas representações, ou seja, o que mais iria ao encontro do que se tem chamado de “novas tendências” do mercado de trabalho, como será visto abaixo.

Estes elementos serão aqui apresentados numa lógica de afunilamento, ou seja, partindo-se dos aspectos mais genéricos e espontâneos das falas para os aspectos mais específicos em relação aos objetivos da pesquisa. Cada tópico estará subsidiando a compreensão do tópico posterior, até chegar, finalmente, ao desvendamento das teorias implícitas – estas que fundamentam práticas e cuja compreensão, dado seu caráter performativo, constitui elemento de extrema relevância para a investigação e a ação sociológica e política.

5.1. Atitudes em Relação ao Trabalho



No contexto do desemprego estrutural, entre os segmentos investigados a tese da descentralização da categoria trabalho na vida e nas identidades individuais parece contradita. O trabalho é apresentado, explicitamente, como uma das esferas mais importantes da vida, não somente porque ocupa a maior parte do tempo do indivíduo ("É no trabalho que eu passo a maior parte do meu tempo"), mas por ser um importante item de constituição da identidade pessoal ("o que sei fazer", "o que sabem que sei fazer", "como ganho a vida", "como sabem que ganho a vida"), fonte de boa parte das relações pessoais (amigos, colegas de trabalho), e meio de crescimento cognitivo e pessoal ("aprendizagem", "maturidade"). Mais que um meio para a satisfação de necessidades materiais e simbólicas (a "necessidade" é posta em

primeiro plano), constitui, ele próprio, uma necessidade simbólica, via de reconhecimento social do indivíduo,²² seja no mundo privado (família), seja no mundo público (a “rua”, a vizinhança, e o próprio ambiente de trabalho).

De forma mais espontânea e genérica, é o teor moral e ético do trabalho o que emerge entre os entrevistados e participantes dos grupos diante do tema. O papel social e psicossocial do trabalho, dessa forma, é o que assume mais destaque. Isso, no entanto, se materializa na possibilidade de satisfazer necessidades (próprias e dos dependentes) e, posteriormente, de ser reconhecido como “trabalhador”, ou seja, como “pessoa digna, que ganha honestamente seu sustento” e “desempenha satisfatoriamente seus papéis sociais”. A esse reconhecimento pelo trabalho em sentido genérico, no entanto, está estreitamente ligado outro fator: a situação no mercado de trabalho, traduzida na forma de emprego (formal público, formal privado, autônomo, informal, ocupado) e na remuneração (o poder aquisitivo gerado pelo trabalho, possibilitando ou não a manutenção de estilos de vida socialmente valorizados). Isso se manifesta no sentimento de frustração entre aqueles que desempenham função diferente da esperada, que perderam ou que se vêem na constante ameaça de perda de emprego. Mesmo aqueles que desempenham atividade remunerada, cuja renda possibilita um sustento pessoal e familiar semelhante aos cargos formais ocupados outrora, tendem a se classificar como “desempregados”, ainda que “resignados” à nova condição de informalidade, dada a dificuldade de reinserção no mercado.

Os históricos profissionais e o nível de satisfação com as ocupações atuais contextualizam os sentimentos e expectativas em relação ao trabalho e revelam os referenciais pelos quais são analisadas as próprias condições, as possibilidades que o

²² Ao item “reconhecimento”, deve-se acrescentar elementos do estilo de vida e do status econômico, relacionado não somente ao trabalho como categoria genérica, mas com categorias profissionais ou funções específicas. Esse aspecto, no entanto, está fora dos objetivos deste estudo.

contexto oferece e a identificação de elementos por meio dos quais essa realidade é teoricamente elaborada por parte dos sujeitos. Expectativas quanto ao trabalho e ao futuro, por sua vez, revelam os papéis que o trabalho “deve” desempenhar na vida (nível ideal) na sua percepção. Nessa medida, deixam entrever os princípios que fundamentam as visões acerca do mercado de trabalho no Brasil. Algumas destas distinções são discorridas abaixo.

a) Trabalhadores formais do setor público

Alguns funcionários públicos entrevistados expressam a expectativa pela aposentadoria e a tranquilidade em relação ao futuro. Outros (sobretudo os funcionários de empresas em vias de privatização), expressam o esforço de se adaptar ao que consideram uma “transição” nos padrões de emprego da força de trabalho e iminente perda de emprego (segmentos mais escolarizados).

Preponderam, no entanto, o “desânimo” e a falta de perspectivas em relação ao futuro, baseados na suposta “inaptidão” para outras atividades que não a da empresa. Entre esses, a possibilidade de abrir o próprio negócio é freqüentemente apontada como o caminho mais promissor, o que fomenta a possibilidade de adesão a programas de demissão voluntária (“montar o próprio negócio com o dinheiro da indenização”). Os que já o fizeram, porém, deixam transparecer uma realidade menos positiva: acostumados com o trabalho na empresa, e sem preparo para abrir um negócio, muitas vezes o sonho parece frustrado e a regularidade em alguma atividade informal no setor de serviços (motorista de táxi, por exemplo) parece o destino mais provável, mesmo considerando o nível de escolaridade superior (comum a todos os entrevistados e participantes dos grupos).

b) Trabalhadores formais do setor privado

Expressam freqüentemente a sensação de “descartabilidade”, enfatizando o clima de competição e o individualismo supostamente crescentes nos locais de trabalho nos últimos anos. Tais aspectos alimentam as queixas quanto à falta de reconhecimento: “a gente faz, faz, e nunca é elogiado, só cobrado”. Isso não se refere apenas à materialização do reconhecimento na remuneração, mas à própria explicitação do “elogio”, que no fundo tende a ser traduzido como maior garantia de que “sabem que eu sou bom” (leia-se: “meu emprego não está ameaçado”).

Em virtude da competitividade, tendem a relativizar a “segurança” do trabalho formal (suposta pelos informais e desempregados). Ratificam a segurança, porém, no que tange ao fato de ter uma renda fixa (“Sei quanto vou receber no final do mês”), o que significa “poder se planejar”, pelo menos, em relação ao futuro próximo. O “salário” (renda regular) assume, assim, um lugar central na valorização do “emprego fixo”.

Os mais jovens desse segmento, porém, mostram-se divididos entre a suposta “segurança do vínculo” (hoje considerada mais ameaçada sobretudo na empresa privada) e o suposto “dinamismo, liberdade e flexibilidade” (de regras, horários e jornada) do trabalho autônomo, que significaria “não estar sujeito a ordens de terceiros”, e “não ficar na ansiedade de perder o emprego”.

c) Autônomos (empregadores ou não) e informais com atividade regular

Nesse segmento, há duas segmentações atitudinais. Os mais velhos, que passaram muito tempo em alguma empresa privada ou pública e participaram de programas de demissão voluntária, revelam frustração pelo fato não mais desempenharem cargos formais. Saliente-se que, nesse caso, pesa também o fato de

passarem a desempenhar atividades consideradas de menor *status* social, quando comparadas ao antigo *status* de funcionário público ou de alguma grande empresa privada. “Reconhecimento”, aqui, assume um tom bastante específico. Em muitos casos, os que fazem parte desse perfil se sentem num subemprego, mesmo quando reconhecem que sua renda atual é maior que aquela de quando tinha vínculo formal (sobretudo ex-funcionários públicos). O fato de não estar mais em um emprego com carteira assinada parece ser sentido como sinônimo de “sem emprego” - leia-se, sem lugar na sociedade, sem espaço, sem reconhecimento, e o que é muito mais forte: sem assistência do Estado. Excessões são percebidas entre aqueles que deixaram o trabalho por opção, para se dedicar a alguma atividade com a qual tinham mais afinidade e na qual se sentiam mais realizados.

Os demais, em geral de faixas etárias mais baixas, exaltam o dinamismo da rotina do trabalho, o desafio constante, o estímulo à criatividade, que seriam característicos do trabalho *free lance*. De modo geral, ter tido “um capital e a iniciativa para investir em algo seu” é encarado como sinal de iniciativa e dinamismo, o que é amplamente valorizado. A condição de autônomo emerge como a mais vislumbrada pelos segmentos, naquilo que ela teria de melhor: “a liberdade”. O autônomo é aquele que “não tem patrão” e, portanto, “pode fazer suas próprias regras”. Paradoxalmente, esse segmento é o que mais se queixa da “prisão” a que o trabalho os submete, em detrimento de uma “liberdade formal” de tempo e espaço (“Hoje em dia nós nos tornamos escravos do trabalho”). Percebe-se uma dubiedade entre a exaltação da “liberdade” e da “flexibilidade” e um sentimento de “sufocamento”, seja pelo tempo de trabalho, seja pelo nível de exigência em relação ao desempenho de atividades. A um só tempo, provam o ritmo de trabalho, orgulham-se do próprio “dinamismo”, mas ressentem-se da “falta de segurança”, da sensação de

estarem “sozinhos”, “sem proteção e sem cobertura do Estado”. Isso é ratificado, entre as mulheres deste segmento, pelo conflito entre a dedicação “excessiva” ao trabalho e a “falta de tempo para a família e para a vida pessoal”. Os homens, embora partilhem desse sentimento, têm outra especificidade, o temor em relação ao futuro: “não posso nem pensar em ficar doente, porque quem vai me assitir?”; “Não tem essa história de licença médica...”; “E se acontecer alguma coisa comigo, como fica minha família?”. O trabalho “flexível”, na verdade, em lugar de “libertar” do trabalho, consumiria boa parte do tempo livre do trabalhador, opinião ratificada mesmo por aqueles que se dizem envolvidos numa atividade de que gostam e que os realiza.²³ Além disso, essa categoria estaria caracterizada pelo “isolamento”, do ponto de vista trabalhista: “você fica sozinho; seu referencial é o mercado; mas você já não tem uma categoria, não como saber dos seus direitos, não tem um grupo em quem você possa se apoiar; quando você é fixo, trabalha numa empresa, você não está sozinho, tem os colegas, tem a categoria, tem até o sindicato”.

d) Desempregados e informais envolvidos em atividades pouco regulares

Há, ainda, aquele informal não profissionalizado, ou seja, cujas atividades constituem mais “ocupação”, uma vez que não se coadunam na prestação de serviços especializados em algum setor ou área específica; aquele, portanto, que se sente fazendo “bico” (“ocupação”) e se nomeia desempregado. Entre esses e os desempregados propriamente ditos,²⁴ a sensação preponderante é de descrença, falta de perspectivas, desânimo.

²³ Tais percepções ratificam aquilo que Richard Sennet observa nos Estados Unidos, sobre as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo, em seu livro *A corrosão do caráter* (1999). Esse aspecto é um dos mais importantes para abordar as contradições das novas tendências no mundo do trabalho.

²⁴ Na verdade, é difícil encontrar um “desempregado” maior de 25 anos, em determinadas camadas da população, absolutamente “desocupado” no que tange à geração de renda. Alguns sindicalistas

Nesse segmento, apesar do reconhecimento de que o emprego formal é mais instável que em outros momentos, a seguridade social e o salário (“dinheiro certo no fim do mês”) ainda são tomados como referencial importante. A expectativa majoritária é por um emprego formal, com seguridade social – leia-se, inclusão social e civil, concretizada na inclusão econômica. A importância disso é tanto material (salário garantido, assistência social, aposentadoria, perspectiva de futuro, possibilidade de se planejar, crediários, etc.) como simbólica: o “emprego” (e a “carteira assinada”), é uma espécie de carta de aceitação social, o aval institucional e social para o reconhecimento: “até um crediário, pra você fazer, é outra história se você diz que trabalha na empresa tal a não ser que você tenha muito dinheiro”.

Mas percebe-se, também, uma nova tendência (ou nem tão nova assim...), que inverte essa ordem: a expectativa de inclusão social por meio da inclusão “meramente” econômica, através do trabalho por conta própria, ou seja, pela possibilidade de “ter um capital próprio” e não esperar por outrem (governo, patrão...). Tal expectativa, no entanto, freqüentemente esbarra no poder aquisitivo: “falta dinheiro para investir em alguma coisa em que a gente tenha dom”. Nesse contexto, é comum a menção à “impotência” e as queixas em relação às autoridades governamentais: “o governo não investe nisso”; “não existem programas de financiamento”; “eles oferecem cursos de qualificação, mas não criam empregos”.

Esse segmento, assim como o dos informais, tende a enfatizar também a questão da “carreira”, denotando a demanda por uma maior continuidade nas biografias profissionais, além da remuneração: “diante de um trabalho sem carteira que pague mais, e um com carteira que pague menos, a escolha vai ter de considerar perspectivas de crescimento dentro da empresa, não só quanto ela vai pagar na

observam que hoje o “desemprego”, nesse sentido, é um privilégio das classes média e alta. Nas camadas mais baixas, inclusive algumas mais escolarizadas (como no caso da população em foco), alguma fonte de renda há de ser procurada.

contratação; é importante poder crescer lá dentro”. Tratar-se-ia de um “desafio”, uma “corrida” para garantir espaço e reconhecimento que se materializem em promoções, aumento de salário e, supostamente, mais “autonomia” (flexibilidade de regras e horário). É interessante perceber aqui a internalização da competitividade como valor social (embora ela seja apontada, também, paradoxalmente, como fonte de ansiedade e tensão no cotidiano do trabalho). Isso é forte em especial entre os entrevistados de faixas etárias mais baixas.

É nesse ponto da investigação que começam a despontar os primeiros sinais acerca da interpretação, receptividade ou rejeição ao que se coloca como novos padrões de geração de renda e emprego da força de trabalho.

5.2. Trabalho, Emprego e Ocupação

Como se vê, o trabalho como conceito genérico (ainda não filtrado dos conceitos de emprego e ocupação) parece desempenhar três papéis fundamentais:

O LUGAR DO TRABALHO NA VIDA

Papel financeiro	Papel civil (cidadania/ inclusão social)	Papel psicossocial
Poder aquisitivo. Independência financeira. Sustento para a família. Estabilidade econômica (Associada a “salário” - (poder planejar o futuro, fazer crediários, fazer compromissos financeiros).	Inclusão econômica/ ter uma “função social.” Seguridade social (“Tranquilidade em relação ao futuro”). Credibilidade junto a lojas, instituições financeiras, etc.	Realização pessoal. Auto-estima. Sentimento de “ser útil e capaz”. Sentimento de dignidade. Reconhecimento por parte dos outros (familiares, amigos, colegas, etc.). Estabilidade emocional.

Mudanças importantes, no entanto, são identificadas nas atitudes em relação ao trabalho, e tais mudanças estão estreitamente ligadas ao conceito de emprego. Para

analisar tais alterações, os entrevistados e participantes dos grupos foram instados a conceituar “trabalho”, “emprego” e “ocupação”, diferenciando ou equiparando tais palavras conforme critério próprio.

Abaixo são apresentadas essas definições, para em seguida serem estabelecidas as correlações necessárias.

a) Trabalho

O trabalho é abordado pelos entrevistados como um conceito genérico que resgata a máxima de que “o trabalho dignifica o homem”. É associado, num primeiro momento, a sobrevivência (meio de satisfação de necessidades). Em seguida, vem o item prazer/realização pessoal com o trabalho (que pode ser fomentada pela afinidade com a atividade em si, mas também pelo retorno financeiro; o poder aquisitivo significaria a objetivação do reconhecimento e do *status* social).

Aos poucos, a importância do trabalho vai sendo ratificada por questões indiretas, mas vai também revelando suas contradições e as percepções de mudança no conceito, sinalizando para o confronto entre representações sociais sedimentadas, novas experiências pessoais e contextuais e novos argumentos veiculados na mídia. Os entrevistados afirmam que “o dinheiro passa a ser mais importante que o trabalho em si”. O trabalho estaria deixando de ser um “valor”, para ser mera necessidade (“mal necessário”), mesmo quando é “escolhido”. Isso porque, apontam, as condições de trabalho estariam tornando-se “cada vez mais motivo de pressão, tensão, ansiedade”. As razões indicadas para isso serão vistas adiante.

b) Emprego

A definição de emprego mostra-se mais diferenciada entre os segmentos que a de trabalho, em torno do qual se evidencia relativo consenso. Experiências distintas em relação ao emprego fundamentam essas diferenças. O conceito de emprego, de

modo geral, remete àquilo que fora símbolo de uma situação trabalhista favorável: o emprego de funcionário público. É basicamente sob esse referencial que “emprego” é definido.

Em alusão ao setor público, informais e autônomos afirmam que “ter um emprego é diferente de ter um trabalho”, dado que muitos serviços públicos (não necessariamente os de alto escalão) ofereceriam apenas um cargo, uma função, mas não uma atividade real, um trabalho, uma tarefa e metas a ser cumpridas; o setor privado, nesse sentido, ofereceria “mais trabalho que emprego”. Assim associado ao setor público, o emprego é negativamente encarado como “atividade *proforma*”, ou seja, teria a característica de forjar um suposto trabalho, possibilitando um (injusto) reconhecimento social, adquirido por meio do reconhecimento civil, ou seja, do contrato (“emprego é uma forma de dar satisfação à sociedade, o cara sai de casa todo dia, pra cumprir aquela horário, todo o mundo ‘sabe’ que ele está indo trabalhar”; “é um compromisso que não exige esforço”; “todo o mundo sabe que você é empregado, e isso é que conta, trabalhe você bem ou não.”).

Os funcionários públicos ouvidos, por sua vez, percebem trabalho e emprego de forma estreitamente ligada; seu trabalho é a própria “função”, aquilo que lhe foi designado a fazer, sua tarefa, ou seja, aquilo para o que foram empregadas suas habilidades e sua força de trabalho. Tal ligação entre trabalho e emprego (que é a “ideal” na percepção dos segmentos focalizados) corresponderia apenas a “exceções” do funcionalismo público e à maioria dos trabalhadores formais do setor privado, onde “dá-se o sangue no trabalho pelo medo de perder o emprego, porque tem alguém para olhar pra você”.

Entre os desempregados, que em geral partilham dessas avaliações, curiosamente o termo “emprego” é mais valorizado que o termo “trabalho” na medida

em que este último pode ser associado simplesmente a “ocupação”, ou seja, um trabalho de caráter provisório, sem renda fixa, desprovido de reconhecimento institucional e social.

Eis aqui o caráter civil do emprego no sentido mais hegeliano do termo: o emprego é a oficialização do indivíduo como trabalhador, via de reconhecimento para o seu valor social. Valor social concretizado na possibilidade de desempenhar “dignamente” outros papéis sociais (e econômicos): ser independente, sustentar uma família, etc.

c) Ocupação

Entre aqueles que, formal ou informalmente, desempenham uma atividade regular, ocupação raramente é associada a trabalho e emprego de forma espontânea. Ocupação, nesse caso, tanto pode se referir a um “bico” quanto a uma simples ocupação do tempo não associada a geração de renda.

O termo mobiliza mais reações entre os informais (cujas atividades são menos regulares) e os desempregados, que classificam como “ocupação” aquilo que vêm desempenhando como trabalhadores. Para estes, ocupação seria uma “transição”, uma “espera por algo melhor”, “sobrevivência”. A “ocupação” seria um recurso, uma saída temporária à exclusão do mercado de trabalho (muitas vezes vivida e sentida como exclusão social). Assim, na prática, “ocupação” e “informalidade” seriam sinônimos entre si, e sinônimos de “desemprego”. E neste segmento, não ter um emprego representa o não-reconhecimento social, fomentando a sensação de inutilidade e incapacidade.

PERCEÇÃO DE CONCEITOS

	TRABALHO	EMPREGO	OCUPAÇÃO
TODOS	- Necessidade, subsistência. - Função, papel, tarefa confiada a alguém (caráter social). - Venda da mão-de-obra de cada pessoa, a maneira honesta de ganhar dinheiro (legitimidade). - Veículo de crescimento pessoal e aprendizado profissional. - Construção pessoal, material. - Meio para realizar sonhos. - Atividade, esforço físico e mental, uso da mão-de-obra humana com um fim específico.	- Salário (dinheiro certo no fim do mês). - Vínculo empregatício, direitos e obrigações, seguridade social (caráter civil, inclusão econômica). - Lugar determinado dentro da empresa e da sociedade, posição, posto (inclusão social, "utilidade" social, reconhecimento). - Regularidade, horário a ser cumprido.	- Hobby. - Trabalho temporário, oportunidade efêmera de geração de renda, bico. - Ocupação do tempo, não necessariamente remunerada (ex.: dona de casa).
FORMAIS SETOR PRIVADO	- Emprego "que realmente exige dedicação, esforço e cumprimento de horário" (alusão às supostas "regalias" do funcionalismo público). - Aquilo que se escolheu e se faz com prazer.	- Contrato ("Garantia documentada de que vou ser pago para ocupar determinada função"). - Objetivação formal do direito ao trabalho (materialização da "dignidade" do trabalhador). - Desempenho de uma função especializada, profissionalizada. - Obrigatoriedade, cumprimento de horário, relógio de ponto. - Ter patrão. Estar submetido hierarquicamente a alguém.	"Qualquer ocupação do tempo", inclusive lazer. - Bico, complementação de renda.
FORMAIS SETOR PÚBLICO	Atividade a ser exercida, tarefa.	- Função/cargo/posição dentro da empresa. - Estabilidade.	"Qualquer ocupação do tempo", inclusive lazer. - Bico, complementação de renda.
INFORMAIS	Aquilo que se escolheu e se faz com prazer.	- Obrigatoriedade, cumprimento de horário, relógio de ponto. - Ter patrão. Estar submetido hierarquicamente a alguém. - Contrato, vínculo, salário (= segurança e relativa estabilidade). - Salário, "dinheiro certo" (= maior possibilidade de planejamento pessoal e familiar).	Trabalho temporário, oportunidade efêmera de geração de renda, bico.
DESEMPREGADOS	- Forma de "pagar as contas no fim do mês". - Atividade temporária (= ocupação). - Forma de ocupar o tempo de maneira rentável; contrário de ociosidade.	- Carteira assinada e seguridade social (= inclusão social e segurança em relação ao futuro). - Salário, "dinheiro certo" (= maior possibilidade de planejamento pessoal e familiar). - Legalidade ilegítima, "regalia" (= alusão ao funcionalismo público, sentimento de exclusão: "todo mês o cara tem um salário, trabalhe bem ou não).	- Oportunidades de renda (= "encontrar algo pra fazer, ir à luta").

Percebe-se, com essas definições, que aos diferentes âmbitos do trabalho, apontados acima, separam-se o conceito genérico de trabalho (como valor social) do de emprego (caráter civil).

Por outro lado, num momento em que todas as tendências parecem indicar a necessidade de novas formas de aplicação da força de trabalho e geração de renda, na escassez de postos de trabalho formal e iminência de "exclusão" do mercado de

trabalho, esse caráter do emprego – a materialização da face subjetiva do trabalho no reconhecimento civil – torna-se ícone de inclusão social.

A seguridade social é o principal elemento que emerge quando se fala em “emprego”. “Carteira assinada” é sinônimo de “estabilidade” e “segurança”, ainda que em alguns momentos, o discurso assuma que esse padrão pode estar em xeque. O que caracteriza o trabalho informal é a clandestinidade. “O governo não vê e a sociedade não reconhece”. É generalizada entre entrevistados e participantes dos grupos a opinião de que há um maior respeito (*status*) aos trabalhadores vinculados a alguma instituição (excetue-se nessa afirmação os profissionais liberais, autônomos por definição, e os empregadores com renda mais alta). Legalidade, legitimidade e reconhecimento, aqui, se confundem. Numa loja, por exemplo, o formal e o autônomo teriam mais espaço que o informal, o primeiro pela estabilidade, o segundo pela renda. É reconhecido que a “prestação de serviços” muitas vezes é citada como sendo conveniente tanto para o trabalhador como para o empregador pelo não-pagamento de encargos; no entanto, é maior a ênfase na observação de que “sem carteira assinada” o trabalhador tem os mesmos deveres e compromissos de antes com a empresa, enquanto esta passa a ter “nenhum compromisso” com ele.

Tal movimento revela a dificuldade de ancoragem das novas tendências e conceitos em torno do trabalho e do emprego, como será aprofundado adiante.

A pergunta “o que é...?” é fundamental para revelar as representações no seu sentido mais simples: a definição do objeto. Mas não apenas. São basilares, ainda, para um segundo momento: o do “como? ”, “por quê? ” e “por quem?”, ou seja, as articulações desses conceitos com outros conceitos em voga no contexto focalizado, revelando as representações sociais em seu sentido mais forte: a elaboração de teorias

e explicações, as quais, como apontam Moscovici e Jodelet,²⁵ fundamentam as práticas dos sujeitos no cenário social.

É o desvendamento destas teorias implícitas que começamos delinear a partir de agora, com as percepções e o diagnóstico das transformações do mercado de trabalho no Brasil por parte dos sujeitos.

5.3. O Velho e o Novo: Vínculo *Versus* Informalidade

Os entrevistados e participantes dos grupos percebem mudanças significativas no mercado de trabalho, das quais a principal é, evidentemente, o declínio dos postos de trabalho formal. Tais mudanças são claramente associadas a mudanças no mundo: crescimento da tecnologia e globalização, termo que se encontra consideravelmente arraigado nos discursos coletados. Esse declínio seria o responsável pelo aumento da competitividade, que ofereceria aos empregadores maior poder de barganha sobre o nível de qualificação dos empregados, e sobre salários e condições de trabalho (“Hoje a gente tem que se submeter a tudo... O patrão sabe que tem muitos na fila querendo a vaga.”).

Em sentido específico, o mercado de trabalho seria marcado por maiores exigências no nível de escolaridade (superior ou pós-graduação), domínio de língua estrangeira, habilidade em computação, disponibilidade de tempo em horários e locais variados (flexibilidade), além de exigências de cunho mais subjetivo: espírito criativo e inovador, abertura a mudanças, etc. Em termos mais amplos, o mercado de trabalho é visto como um novo modelo, no qual o trabalhador tem de ser “independente” e, sobretudo, “plástico”, seja nas atividades e funções, seja no nível hierárquico.

²⁵ Ver terceiro capítulo do presente trabalho.

A especialização estaria deixando, paulatinamente, de fazer parte desse modelo. O paradigma seria agora a era da “multifuncionalidade”: “adotei a concepção de trabalho como free lance; não mais trabalho fixo determinado, mas ter várias opções e até tentar aprender outras coisas, porque as necessidades do mercado estão nesse nível”; “Agora o cara não pode mais ser como aquele trabalhador antigo, que ia na empresa, fazia sua tarefinha, marcava seu relógio de ponto, e na hora certinha voltava pra casa; agora ele tem que ser capaz de trabalhar na sala um dia na diagonal, outro dia na horizontal, e produzir do mesmo jeito”; “Tem que ver a empresa como um todo, não se restringir mais só àquele pedacinho que é parte dele, ter uma visão globalizada das coisas”.

PERCEPÇÕES SOBRE O NOVO PERFIL DO TRABALHADOR

TRABALHADOR TRADICIONAL	TRABALHADOR MODERNO
• Forte vínculo emocional com a empresa. • Preocupa-se com a carteira assinada e teme perder o emprego. • Dedica toda sua vida à mesma empresa.	• Não deposita sua vida inteira na empresa. • O vínculo com a empresa é mais profissional que emocional. • Não teme riscos, é auto-confiante e “empreendedor”.
• Averso a mudanças, preso a processos repetitivos, condicionado à rotina, “bitolado”.	• Aberto a novas tecnologias e formas gerenciais.
• “Preso a um relógio de ponto”.	• Flexível (trabalha em qualquer espaço e não tem horário rígido).
• Especializado numa única coisa. • Faz a mesma coisa a vida inteira.	• Plástico, dinâmico, multifuncional e facilmente adaptável; capaz de desempenhar várias funções. • Vê a empresa como um todo.
• Executa as tarefas de forma mecânica. • Cumpre as ordens à risca; obedece mais do que cria.	• Envolve-se conscientemente com o processo de trabalho, “dá o seu toque”, “tem iniciativa”. • Criativo, inovador.
• Desatualizado, atrasado, não se informa, não investe em si nem em novas metodologias. • “Acomodado”.	• Atualizado, curioso, procura se informar. • Competitivo (se aperfeiçoa, quer estar sempre na frente, investe em si mesmo, faz cursos).
• Forte senso de hierarquia; sujeito a ordens e regras. • Gosta quando pode dar ordens.	• Livre, tem autonomia. • Tem senso de liderança, mas é treinado para exercê-lo sem ser autoritário.
• Visão de mundo restrita ao seu meio.	• Visão de mundo cosmopolita. • “Plugado”, atento aos últimos acontecimentos do país e do mundo.
• Resiste ao uso de computador; não domina informática nem internet; sente-se mais à vontade com a máquina de datilografia, o papel e a caneta.	• Domina informática e internet.
• Perfil técnico é priorizado.	• Técnica está aliada ao perfil emocional: sociabilidade, dinamismo, sendo de liderança.

Essas percepções sobre o novo perfil do trabalhador expressam a definição dos segmentos investigados acerca do “trabalhador tradicional” e “trabalhador moderno”. Definição que explicita, também, a identificação e classificação de categorias no cenário social: o “tradicional” é associado ao trabalhador fixo, ligado à CLT, ao setor público e ao Nordeste, enquanto o “moderno” é associado ao trabalhador da empresa privada, não vinculado à CLT, tipicamente de empresas do Sul e Sudeste, e multinacionais.

Cada um desses perfis apresentaria, porém, uma face positiva e outra negativa, correspondente aos novos e velhos padrões de geração de renda e emprego da força de trabalho. Uma vez que o tradicional é associado ao trabalhador formal vinculado à CLT, sua grande vantagem seria a seguridade do Estado e ainda garantido reconhecimento social; sua desvantagem, no entanto, uma vez que se liga ao setor público, estaria na “acomodação”, na “falta de iniciativa”, na “ligação a processos repetitivos”, na “rotina desacelerada” do trabalho. O moderno, por sua vez, tendo em vista que se liga ao trabalho autônomo (não precário), teria o “dinamismo” e a “liberdade” (horários, regras, patrão...) como símbolos mais valorizados; ele seria a síntese do que teria de positivo em não ser formal: “é dono de si mesmo”, “faz seu horário”, “é livre”, “não deve satisfações a um patrão”, o que imbuir, entre outras coisas, uma ofensiva simbólica contra a situação de “ser empregado” e contra a “opressão” do “patrão” e da “instituição”; sua desvantagem principal estaria, por outro lado, no isolamento social, no estresse, na jornada onipresente (“o tempo todo para o trabalho”) e, sobretudo, na instabilidade cotidiana e na insegurança quanto ao futuro.

Percebe-se, nesses discursos, a apreensão de novos valores referentes ao trabalho e ao perfil do trabalhador, apresentados no capítulo anterior:

empregabilidade, auto-especialização, dinamismo do indivíduo na exaltação (teórica) do “trabalhador moderno”, na forma do “trabalhador flexível” (quando “não precário”). Na prática, porém, emerge a sensação, sobretudo entre os desempregados, de que o mercado de trabalho é instável e confuso, de que “toda hora está mudando”, o que denota a dificuldade de acompanhar esses padrões. Como consequência mais significativa disso, tem-se o resgate do emprego formal como ícone de segurança e inserção social, evidenciado no sonho da estabilidade e de seguridade social (vínculo direto ou indireto ao Estado).

Há uma contradição básica, portanto, entre o que tem sido posto na esfera pública e assumido pelos próprios entrevistados como “o perfil ideal de trabalhador”, e o que eles próprios apontam como “o real”.

Em sua maioria, a população não disporia dos recursos necessários para se adequar a esses padrões. O “novo trabalhador” é nomeado como uma espécie de super-homem (ou mulher-maravilha), do qual o trabalhador real estaria bem distante. O trabalhador moderno é “raro”, porque “a realidade do Brasil é a do atraso”. “nem todos têm condições de se preparar”; “O Nordeste está em desvantagem em relação ao Sudeste”; “há a má distribuição de renda, que faz com que muitos tenham mais oportunidade de estudo do que outros (ricos *versus* pobres)”, “os que estudam em escolas públicas têm menos chances que alunos de escolas privadas”.

O “novo perfil do trabalhador” parece chamar à responsabilidade cada indivíduo, de modo a se adequar a tais exigências e por suas próprias forças, o que se percebe na difusão do novo conceito de empregabilidade (“As empresas trocaram o conceito de estabilidade pelo de empregabilidade, a capacidade que você tem de arrumar empregos”). Teoricamente, nesse perfil moderno de relação e seleção de trabalho, seriam utilizados critérios mais objetivos (diferentes dos critérios

clientelistas das empresas públicas, por exemplo) para medir as capacidades do indivíduo. Quando questionados sobre sua experiência pessoal e pelo conhecimento de outras experiências, no entanto, os participantes descolam esse “ideal” do “real”, e afirmam que um dos caminhos mais favoráveis para arrumar emprego seria o “QI”, codinome irônico para o “quem indica”; além disso, o mercado seria marcado por discriminações de sexo, idade, classe social e raça. Tanto no nível do espaço público quanto em relação aos ambientes de trabalho, os critérios subjetivos de promoção e seleção mostram-se mais difusos, tanto por parte das empresas como dos trabalhadores, com resistência aos critérios meritocráticos (BARBOSA, 2000) e nítidos traços paternalistas: “Outro dia o patrão tava se gabando porque pagava os nossos salários em dia; disse que a gente devia agradecer por isso, que a gente tinha sorte; mas era obrigação dele. Só que, como todo o mundo tem medo de perder o emprego, todo mundo baixou a cabeça, e teve gente que ainda brincou com ele”; “o que a gente precisa é de um D. Pedro I moderno, que dê um novo grito de independência”.

Ampliando isso para além das falas dos entrevistados, nota-se a confluência entre várias tendências: o foco na empresa, como *locus* privilegiado das decisões trabalhistas, e paralelo afastamento do Estado, o que pode ser traduzido, se levado ao extremo, como despolitização do problema do desemprego; tal despolitização viria acompanhada da identificação de causas, a princípio, “alheias” às decisões políticas e sociais (globalização, desenvolvimento tecnológico, etc.); focalização do indivíduo como sujeito de sua própria especialização, o que significa a individualização do problema; essa individualização é mais ampliada pelos entrevistados ao perceberem no indivíduo “empresário” a responsabilidade de ter “atitudes mais humanas” em relação ao trabalhador (sinalizando para um tipo específico de paternalismo). Como

confronto com essas tendências, no entanto, é trazida a presença do Estado como referencial de segurança e estabilidade, o grande pai (PAGÈS, 1987), responsável pela resolução desse quadro aparentemente “inexorável”.

Assim, se por um lado é possível ver as novas tendências, por outro lado, e ao mesmo tempo, percebe-se a reprodução das relações sociais em sua forma tradicional, como as de patrão e empregado, trabalhador e Estado, com acentuada tendência ao centralismo e ao autoritarismo: “no Brasil, todo o mundo quer mandar” (uma das razões para não querer “ter patrão”, e sim ser “seu próprio chefe”). Nesse processo, o Estado parece continuar, no final das contas, como tábua de salvação, ícone de segurança e estabilidade.

PERCEPÇÃO DE MUDANÇAS

NOVAS TENDÊNCIAS

“Hoje o desemprego não é problema só de um grupo ou outro, atinge a todos.” →

“Agora o cara não precisa mais ficar preso a um relógio de ponto.” →

“As pessoas antigas escolhiam a profissão por amor; hoje os vestibulandos escolhem pelo dinheiro (valor do trabalho x utilitarismo).” →

“Hoje é cada um por si, muita competição, cada um pode tomar o seu lugar.” →

“Com o mercado pequeno e a competição, a pressão no trabalho hoje é muito maior.” →

“Hoje as empresas só querem saber de terceirizar; sai mais barato pra elas.” →

“A tendência é diminuir as jornadas de trabalho, pra poder trabalhar mais gente.” →

VELHAS RELAÇÕES

← “Pagar em dia parece favor.”

← “Voltamos à época da escravidão, os tratamentos de chefia são humilhantes.”

← “O trabalhador não tem mais direitos, tem que se submeter a tudo.”

← “Os políticos não usam só o saco de cimento, usam o trabalho como fonte de voto.”

← “O que conta não é só o preparo, mas o ‘QI’ (quem indica).”

← “No Brasil todo mundo sonha em mandar”.

Assim, num primeiro momento, ouvindo as primeiras impressões sobre as mudanças no mercado de trabalho, poder-se-ia dizer que houve uma evolução: os indivíduos estariam sendo chamados a reconhecer, e efetivamente reconhecendo, o lugar de sujeito de sua própria vida, de seu próprio aprendizado e especialização

profissional. Todavia, num olhar mais atento, isso traz um paradoxo: esse indivíduo parece fechado em si mesmo, alheio aos campos participativos e decisórios do contexto em seu sentido mais amplo. O problema “independe” dele, como sujeito, que na identificação e classificação dos sujeitos no cenário social, se classifica como “vítima”. “Eles”, os “vilões”, seriam categorias genéricas: “os empresários”, “o governo”, “os políticos”, subjugados ou não à “política econômica internacional”, ao “FMI”, e às vezes à própria “abertura à globalização” como resultado de “interesses políticos”.

Percebe-se, dessa forma, a tensão constante entre o velho e o novo, seja no paradigma do trabalho, seja na cultura política que reproduz a perspectiva paternalista, tanto na leitura do problema como na percepção de soluções. O novo tentando ancorar-se, e o antigo mostrando resistência; resistência essa baseada, entre outros fatores, numa realidade bastante concreta: o medo do desemprego e suas consequências objetivas e subjetivas (poder aquisitivo baixo, ansiedade quanto ao futuro, temor pela família, baixa auto-estima).

Como foi visto, algumas diferenças importantes são identificadas entre os segmentos em foco no que tange às expectativas quanto ao trabalho. Todas elas, porém, levam a um mesmo ponto, em que se percebe um conflito entre velhas e novas tendências: a valorização idealizada do trabalho “autônomo” e “flexível” de um lado, e a hipervalorização do “emprego” em sua forma tradicional, como ícone de inclusão social de outro.

As perspectivas de futuro ratificam essas impressões, revelando a constante tensão, em níveis diferenciados, entre o referencial do emprego formal tradicional, e os novos valores do emprego “autônomo” (ter ser próprio negócio, formalizado de modo a garantir alguma seguridade, “flexível” (não tem relógio de ponto)), e “livre”

(“sem patrão). O segmento do centro fica como intermediário, dividido entre as tendências tradicionais e a exaltação do perfil do trabalho flexível. É interessante perceber duas tendências opostas: uma, a de desvalorização do trabalho tradicional, estilo de trabalho ultrapassado, atitude em relação ao trabalho retrógrada, prisão a um patrão, etc; outra, a de desejo e expectativa de retorno a esse modelo, um modelo em que o Estado “dá cobertura ao trabalhador e, bem ou mal, garante os seus direitos”.



A valorização do trabalho autônomo e flexível em contraposição ao emprego tradicional tem como sua principal marca a estigmatização do funcionalismo público. A empresa privada seria o símbolo de agilidade e eficiência, agregando à sua imagem, teoricamente, símbolos positivos de “modernização”, que vão desde formas “inovadoras” de gerenciamento até o emprego de tecnologias mais avançadas (isso é mais forte quando atribuído a empresas multinacionais). A empresa pública, genericamente, seria o referencial negativo desse padrão, marcada pela suposta “acomodação” do trabalhador e viciada pela “estabilidade” (ausência de formas de controle de qualidade do trabalho e da produção).

Esse discurso é ratificado em todos os segmentos, seja em forma de negação, seja de afirmação. Os *funcionários públicos* ressentem-se de que se tenha criado um estigma de que eles são “o mal do país”; entre eles, o sentimento mais comum em

relação ao trabalho é de falta de reconhecimento e de valorização, freqüentemente objetivada em “condições precárias de trabalho” e “baixa remuneração”; no caso daqueles que trabalham em empresas públicas em processo de privatização, esse sentimento soma-se à ansiedade pela iminente perda do emprego; os demais funcionários públicos, todavia, continuam a depositar no emprego a confiança quanto ao futuro, ainda baseados no padrão da estabilidade.

Por sua vez, os demais segmentos na maioria apontam o funcionário público de forma negativa: “aquele trabalhador cheio de regalias injustificadas” (seguridade social do Estado), uma vez que seu trabalho não passa por critérios “neutros” de avaliação e seleção. Essa percepção é notadamente forte entre os desempregados e (em menor grau) os informais. Paradoxalmente, percebe-se nesses últimos uma implícita concorrência com “o funcionário público”, manifesta no desejo de substituir aquele trabalhador “injustamente empregado” (leia-se: “uma vaga que poderia ser minha”), e na expectativa de “passar em algum concurso público” (leia-se: “conseguir um emprego estável”). Isso porque se a empresa pública é por um lado considerada mais “eficiente e racional”, por outro, ela teria também a sombra do “lucro pelo lucro” e a ênfase na “produtividade”, em virtude do que a “demissão” seria sempre, e a todo momento, uma possibilidade premente.

Assim, a empresa pública acaba por ser associada, de forma indireta, ao que é tomado como o lado mais humano e social do trabalho: “direitos”, “seguridade social (saúde pública)”, possibilidade de “aposentadoria”, “segurança”, “possibilidade de manter uma família, ainda que com salário mais baixo”. Note-se, no entanto, que essas percepções e contradições vão além, e mais profundamente, da mera questão empresa pública versus empresa privada: elas remetem, de forma indireta, ao papel do Estado como “protetor” (aspecto não pouco conflitivo) do cidadão e do trabalhador,

reproduzindo atitudes paternalistas sedimentadas pela história das relações de trabalho no Brasil.

5.4. Desvendando Teorias Implícitas – O Diagnóstico do Desemprego no Brasil

Na abordagem sobre o desemprego, cada entrevistado revelou uma teoria própria, consistente, com explicitação de causas e fatores, processos e conseqüências, evidenciando com isso o trabalho e o emprego como objeto de representações e de práticas significativas do cotidiano. Apesar das especificidades de cada caso, a análise conjunta dessas elaborações revelou considerável nível de consonância entre os elementos levados em consideração por tais teorias, fornecendo subsídios para a identificação dos elementos centrais e periféricos (PEREIRA de SÁ, 1996) das representações sociais em questão.

Desemprego em geral e desemprego no Brasil tendem a ser vistos como dimensões de um mesmo problema. Na verdade, a realidade brasileira é a conhecida, e com base nela o problema é analisado desde suas causas até suas possíveis soluções.

Reconhecidamente, desemprego é um problema crônico. Não raro, essa percepção leva a atitudes resignadas e extremadas: “assim como a pobreza, o desemprego sempre vai existir, e não poderemos fazer nada”. Por outro lado, o crescimento do desemprego é um fato sentido direta ou indiretamente por todos e, nessa medida, são constituídas representações sociais (teorias) consistentes em torno do tema. Além das experiências pessoais e da exposição aos diversos discursos sobre o trabalho, veiculados nos meios de comunicação, representações sobre o Brasil e sobre a organização social e política brasileira se coadunam para formar, aos olhos dos entrevistados, a explicação acerca do desemprego. Tais representações vão além do momento presente e buscam elementos já arraigados e cristalizados sobre as

relações sociais e internacionais (no caso, patrão e empregado, países subdesenvolvidos *versus* países desenvolvidos, etc.).

Nas classificações e avaliações acerca dos perfis moderno e tradicional do trabalhador, viu-se que no Brasil predominaria, segundo os entrevistados, o tradicional, enquanto o “moderno” seria mais recorrente apenas em determinados setores do País, como o Sudeste. Isso se fundamenta na percepção de que existem dois brasis: um “moderno” e um “atrasado”. Estariam fundamentadas nas contradições da própria “estrutura” brasileira as dificuldades de um desenvolvimento harmônico (“igualitário e justo”) do mercado de trabalho. A “desigualdade social”, a “má distribuição de renda” ao menos na forma como é conduzido o problema.

“O CASO BRASILEIRO”

“Desemprego é maior no Brasil, porque somos um país subdesenvolvido.”

“A precarização do trabalho no Brasil é maior, porque aqui tem mais miséria; as pessoas não têm especialização e aceitam qualquer coisa.”

“Os países desenvolvidos têm leis mais desenvolvidas e dão mais assistência ao desempregado.”

“Nossa filosofia de desenvolvimento econômica é atrasada, o País não estava pronto para a globalização e para a tecnologia.”

“São dois Brasis, um moderno e outro atrasado; e o atrasado está sempre na frente do moderno.”

Na base dessas imagens, no entanto, está outro elemento: “a política” ou “os políticos”, como categoria genérica que ocupa o lugar do Estado e de seu papel, e constitui o principal entrave à harmonização destes dois brasis na percepção dos entrevistados. Vinculada à esfera política e seus “interesses”, outra causa é apontada: a política de privatizações. Além das demissões, as empresas privadas trariam pessoas de fora (os “estrangeiros”, supostamente mais qualificados) ou explorariam mão-de-obra barata. Além disso, uma vez que são mais “modernas”, as empresas privadas

estariam mais sujeitas às inovações tecnológicas, necessitando cada vez menos de força de trabalho humana. Note-se, aqui, a representação do setor público como símbolo de acomodação e atraso que, paradoxalmente, serve para fundamentar políticas de privatizações, freqüentemente rejeitadas pelos segmentos em foco. Entra aqui, também, a discussão sobre o “custo Brasil” (“as empresas pagam muitos impostos para manter um empregado”), bastante recorrente nas falas analisadas.

O desenvolvimento mundial da tecnologia e a “globalização” são tidos, em um nível teórico, como fenômenos “inexoráveis”, fundamentais para a explicação do fenômeno do desemprego. A globalização, no entanto, é “conhecida” apenas nos seus efeitos, mas não em suas causas. Ela simplesmente “aconteceu”, “está aí”. Mas “como” ela aconteceu, não é claro. A globalização é traduzida no fato de que, “se cai a Bolsa de Valores lá no Japão, isso repercute na nossa economia e na vida de cada um”; ao mesmo tempo, nessa interdependência entre os países, apontam alguns, cabe a cada país deve se proteger dos domínios estrangeiros (“FMI”, “neoliberalismo”). Além disso, a globalização traz a necessidade daquele “trabalhador moderno”, cosmopolita, aberto a mudanças, flexível. Emergem, inclusive, afirmações de que “o País não estava preparado para a globalização”, mas sem precisão do que isso signifique objetivamente. De todo modo, ela teria a ver com o desenvolvimento tecnológico e com o desemprego estrutural, além de ser “perigosa” para a estabilidade da economia. Percebe-se, assim, uma reelaboração fluida da idéia de globalização, de modo que ela se encaixe e contribua para o diagnóstico acerca do desemprego. A seleção desses fatores explicativos, no entanto, não parece casual. Embora não se deva vincular ao âmbito político-ideológico puro e simples, uma vez que a globalização tem-se constituído também como valor cultural, é importante lembrar o quanto o tema da globalização tem estado veiculado na mídia e nos discursos político-partidários. É

importante lembrar também que os entrevistados estavam ainda sob o impacto da campanha eleitoral de 1998, ano em que ocorreram várias crises internacionais com impacto no Plano Real, e queda significativa do número de postos formais.

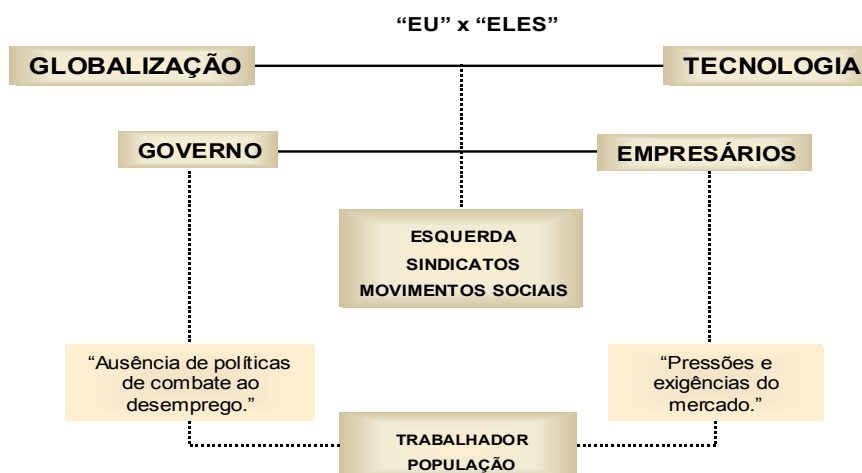
Por outro lado, esse “fato inexorável”, no momento em que a discussão sai do plano genérico para entrar no plano de identificação de sujeitos no cenário social, espontaneamente parece perder parte do seu caráter de “coisa” para assumir o de “ação”: “o governo não deveria ter aberto as portas para a globalização”; “deveria ter preparado melhor o terreno”. Isso nos mostra, claramente, o confronto entre discursos divergentes na esfera pública ao entrarem na ativação e elaboração das representações em foco. Os elementos centrais e periféricos das representações sociais do trabalho e do emprego podem ser assim esquematizados:



Com a identificação de atores e fatores, ficam mais claras as teorias implícitas ou, mais precisamente, as representações sociais que fundamentam esses

discursos. Não se pode esquecer, também, o contexto em que se constituem tais representações, ou seja, a dimensão ideológica que elas podem ter.

Os fatos econômicos, teoricamente, e de forma isolada, são tidos como inexoráveis. No entanto, ao mesmo tempo, eles aparecem como dependendo do controle “dos políticos e empresários”. Os movimentos sindicais e de esquerda de modo geral (entre os quais é mencionado espontaneamente o MST), são vistos de forma fortemente negativa. Mas sua rejeição manifesta também o “vazio” quanto a “aliados da população”. O trabalhador estaria isolado, e o que é pior: tomando essa condição como a mais segura. O “Nós” é mencionado apenas para diferenciar as “vítimas” dos “vilões”: a população (ou “os trabalhadores”), subjugada aos “jogos de interesses dos políticos”, categoria genérica e homogênea, que estaria estreitamente ligada aos interesses dos empresários (“o capital”) e, para alguns, do “FMI” (“os Estados Unidos”). Na verdade, existe não tanto um “nós”, mas um conjunto de “Eus”, ligados por mera contingência (a ameaça do desemprego), mas sem que isso repercuta numa atitude de participação ou de ação coletiva. Ao contrário: a própria ação coletiva é vista com reservas, associada que é à “agressividade” dos movimentos de esquerda, à “inoperância”, ao “radicalismo” e à “incompetência” dos sindicatos. O que enxergam como iniciativas coletivas (que seriam essas), portanto, é de forma excludente: “Eles” versus “Eu”.



Desse modo, o problema é ora individualizado, ora totalmente projetado no “Outro”, podendo esse Outro ser “os políticos”, “os empresários”, “os sindicatos”, ou até a globalização. Em outros termos, quando politizado, o problema assume uma feição paternalista, uma projeção para “Eles”.

Assim, as mudanças efetivas nas representações sociais do trabalho e do emprego acabam mais voltadas para aspectos mais objetivos (reconhecimento do desemprego estrutural, mudança na estrutura das ocupações, etc.) que subjetivos (significados do trabalho e adaptação prática aos novos padrões) nas representações sociais do trabalho e do emprego. Isso pode ser visto como um problema se pensarmos em termos de inadaptação à nova realidade, o que torna todo e qualquer processo mais traumático. Ou ao contrário, pode ser um sinal de resistência latente e de cobrança, um “não” consciente aos “novos padrões” na forma como têm se configurado e se aproximado a despeito das pressões externas para aceitá-lo. Seja qual for o julgamento, o fato é que muitas das tendências que revelam o “novo perfil do trabalhador” parecem ainda não incorporadas de forma consistente às representações sociais do trabalho e do emprego, nos segmentos investigados.

No que tange à centralidade da categoria trabalho nas identidades pessoais e sociais, embora haja conflitos na esfera do trabalho, esses conflitos não parecem mobilizar reações em prol de ação ou reivindicação coletiva. A própria ação coletiva, tal como os entrevistados a conhecem (ações de grupos de esquerda), é muitas vezes recriminada – a rejeição aos grupos provoca resistência à própria idéia de reivindicação conjunta. A credibilidade maior é para a ação individual (iniciativa do indivíduo trabalhador em se especializar e iniciativa do indivíduo empresário em

assumir uma postura mais “humana”, menos voltada para a produtividade e para o lucro), bem como para a ação política institucional na forma do Estado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as tendências pudessem pressupor o contrário, de determinado ponto de vista o emprego em sua versão tradicional cresce em importância simbólica e social, pela demanda por “segurança” e “relativa estabilidade” no terreno instável e fluido em que se torna o mercado de trabalho. Isso não quer dizer que antes o vínculo não fosse importante; quer dizer apenas que, na iminência de perda (“fim dos empregos”), a aceitação ao novo padrão tende a ser rejeitado, ao mesmo tempo em que se tende a hipervalorizar os aspectos positivos do antigo padrão. Paralelamente, uma leitura racionalizada revela o “reconhecimento” de que estamos num momento de transição. Trata-se de uma nostalgia da “segurança” e da “estabilidade”; o medo da instabilidade e da indeterminação parece fomentar a negação das novas tendências.

Seria ingênuo, porém, justificar tais atitudes e representações apenas em termos dos seus processos psicossociais. Tampouco devem ser atribuídas, puramente, às tendências objetivas do campo econômico. Isso porque se por um lado o desenvolvimento econômico e tecnológico é a base “objetiva” desse novo cenário, por outro há de se reconhecer que as formas como os sujeitos vão interpretar e lidar com esse cenário vai muito além do econômico: fatores simbólicos, psicossociais e ideológicos (no sentido de uma prática hegemônica) constituem ingredientes significativos e basilares nesse processo.

A mistura de tais ingredientes, no entanto, não é casual nem contingente, embora não possa ser dita *a priori*; uma vez que ocorre num terreno específico, ela sofre os impactos do relevo acidentado desse terreno, seja no nível das relações travadas entre os sujeitos, seja em termos do repertório de significados e referenciais nos quais as novas articulações e elaborações se ancoram, seja, ainda, nos discursos

que se põem na esfera pública que tendem a interferir no processo de objetivação e ancoragem de novos elementos. Assim, por exemplo, a permanência da demanda pelo emprego formal, ao mesmo tempo que é fonte de críticas aos “políticos” (ou exatamente por isso), constitui um importante foco para articulações discursivas dos diversos grupos em conflito no cenário social, ou seja, de práticas hegemônicas.

Falou-se acima da tendência *despolitizadora e individualizante* do discurso público predominante sobre o trabalho. Mas a análise das entrevistas e dos grupos chama a atenção para outro aspecto, interveniente entre essas duas tendências: o fato de que essa despolitização não é absoluta; e é aqui que o aspecto ideológico vinculado à política se faz mais forte: ao mesmo tempo em que o desemprego estrutural e a globalização são tomados como fato inexorável, o “governo” é posto como o responsável pela condução desse processo.

Isto poderia sido interpretado como reconhecimento de que as medidas da política econômica não são neutras, o que seria bastante positivo já que o “fato” poderia estar sendo desvencilhado do “mito”. Por outro lado, pode revelar a face mais propriamente ideológica desse processo: a globalização e o desemprego estrutural, como fatos econômicos, seriam utilizados a um só tempo: **a)** como justificação das políticas econômicas; nesse sentido, seriam tratados como “fatos inexoráveis”; de outro lado, **b)** tal inexorabilidade seria minada pela mesma via e pelos mesmo sujeitos, mas com outro interesse: o de se apresentar como personificação da solução, como “salvador”, funcionando como veículo de uma prática hegemônica (na forma de indivíduo ou partido). Tais tendências se evidenciam, não raro, nas falas dos entrevistados: “o problema é mundial, mas falta também vontade política, políticos sérios; o que falta é moral e ética”. Daí porque se de um lado a “autonomia” (nesse caso, sinônimo de individualização) é axaltada (fundamentando, entre outras coisas, o

deslocamento da responsabilidade do Estado e colocação da empresa como *locus* decisório das relações de trabalho), por outro permanece a tendência – e não apenas por parte da população – a manter no Estado a aura de paternalista na forma de detentor por excelência da capacidade de promover mudanças sociais. Dessa forma, o que numa primeira vista poderia representar um avanço para um comportamento político mais crítico e autônomo, pode constituir apenas velhas práticas vestidas em novos trajes, reproduzindo velhas práticas culturais.

Percebe-se, assim, um duplo movimento: **a)** uma leitura complexa e uma significativa difusão de informações e leituras acerca dos cenários econômico nacional e internacional (questão cambial, globalização, desemprego estrutural, impacto da tecnologia, etc.); e **b)** uma leitura que remete a tradicionais imagens do Brasil e comportamentos políticos já arraigados, como o paternalismo.

Tais articulações são emblemáticas de quanto um modelo político estará associado a um modelo econômico, e como elementos da vida econômica entremeiam-se e se mesclam aos elementos simbólicos do cotidiano. Admitir isso não implica dizer que, uma vez conhecendo um modelo político, se poderá definir automaticamente um modelo econômico ou vice-versa, tampouco que, uma vez conhecendo profundamente um universo simbólico, poder-se-á determinar com precisão o decurso das orientações, ações e reações dos agentes sociais.

Nesse sentido, há de se concordar com Laclau quando afirma que a prática articulatória, as identidades estabelecidas, as ações que se desenrolam nessa arena, bem como os elementos que serão sedimentados ao longo do processo, são “contingentes”. Pensar de outro modo, poderia aproximar-se da idéia de que as ações dos sujeitos são previsíveis com base no conhecimento de alguma espécie de força *sui generis* (Durkheim), de um nexó histórico causal (Marx), ou porque consistiriam em

mera reação diante de estímulos vindos de cima por parte de sujeitos em situação privilegiada no quadro social, a elite política (Weber).

Mas o reconhecimento da historicidade, longe de, necessariamente, estabelecer ou fomentar determinismos, é fundamental, inexaurível até, para a compreensão das ações passadas e presentes, de como outros fatos sociais se processaram aí e a partir daí, bem como, considerando esse terreno, quais as tendências a partir de agora. Todavia, se a retrospectiva histórica nos permitir dizer que “assim foi”, isso não tem de implicar um “assim seja” ou “assim será”. Não redundaria, em outros termos, na identificação de uma essência imutável, numa lei do desenvolvimento social, das sociedades subdesenvolvidas, ou da sociedade brasileira. Fará simplesmente compreender, desvendar, entender como uma tal – com licença à palavra – estrutura social, que é a nossa de hoje, foi estruturada, que elementos são, na verdade, dinâmicos, ou seja, onde somos e podemos ser “sujeitos”, bem como a que, e até que ponto, somos e podemos ser “sujeitados”.

As representações sociais do trabalho e do emprego aqui identificadas mostram-se consideravelmente fluidas e transitórias, ou seja, estão na efervescência de sua constituição, na revisão de seus elementos centrais de periféricos; nesse processo, determinados elementos não de se fixar, outros se revelarão menos aptos a se ancorar nos elementos atuais e encontrar formas de objetivação de modo que as representações assumam uma configuração específica no desfecho desse contexto específico; mas elas jamais estarão congeladas no tempo; elas estarão constituindo o terreno sobre o qual novas representações e novas relações virão.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis (1996). "Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado". In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- ALTVATER, Elmar (1997). "Realidades Possíveis na Sociedade Global". In: **Revista Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, nº 40/41, 1997.
- AMADEO, Edward J. e ESTEVÃO, Marcello (1994). **A Teoria econômica do Desemprego**. São Paulo: Hucitec.
- ANTHIAS, Floya (1998). "Rethink Social Divisions: Some Notes Toward a Theoretical Framework". In: **Sociological Review**, nº 23, v. 46, Aug/1998.
- ANTUNES, Ricardo (1998). **Adeus ao Trabalho? Ensaios Sobre as Metamorfoses no Mundo do Trabalho**. 5ª ed.: São Paulo/Campinas: Cortez/UNICAMP.
- ARBIX, Glauco (1996). "Trabalho: Dois de Modelos de Flexibilização". In: **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, nº 37, 1996.
- _____ (1997). Os Descaminhos do Governo e a Precarização das Relações de Trabalho". In: **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. CARLEIAL, Liana e VALL, Rogério (Orgs.). São Paulo: Hucitec/Abet, 1997.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 4ªed.: Rio de Janeiro, Forense, 1989.
- ARRUDA, Gerardo Clesio Maia (1997). Qualificação Profissional nos Tempos Presentes: Decifra-me ou Te Devoro". In: **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. CARLEIAL, Liana e VALL, Rogério (Org.). São Paulo: Hucitec/Abet, 1997.
- BAKTIN, Mikhail (1999). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 9ª ed.: São Paulo, Hucitec.
- BARRETT, Michèle (1996). "Ideologia, Política e Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe". In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BATISTA Jr., Paulo Nogueira. "O Círculo de Giz da Globalização". In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 49, nov/1997.
- BLASS, Leila Mª da Silva (1998). "Jornada de Trabalho: Uma Regulamentação em Múltipla escolha". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 36, fev/1998.
- BOURDIEU, Pierre (1989). **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand/Difel.

- _____ (1994). *Gostos de Classe e Estilo de Vida*. Pierre Bourdieu. **Coleção Sociologia**. São Paulo: 2ª Ed., Ática.
- BRANDÃO, Helena e H. Nagamine (1998). **Subjetividade, Argumentação, Polifonia: A Propaganda da Petrobrás**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- BRAVERMAN, Harry (1981). **Trabalho e Capital Monopolista**. 3ªed.: Rio de Janeiro, Zahar.
- BURAWOY, Michael (1990). "A Transformação dos Regimes Fabris no Capitalismo Avançado". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, nº 13, jun/1990.
- CARDOSO, Adalberto M. (1998). "Trabalhar, Verbo Intransitivo: Trajetórias Ocupacionais de trabalhadores da Indústria Automobilística". In: **Dados, Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: IUPERJ, nº 4, v. 41, 1998.
- _____ (1999). "Reforma Econômica, Competitividade de Relações Industriais no Brasil: Estudos de Caso nos Setores Automobilístico e Têxtil". In: **Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo**, nº 9, 1999.
- CARVALHO, Anésia de Sousa (1991). **Metodologia da Entrevista: Uma Abordagem Fenomenológica**. 2ª ed.: Rio de Janeiro, Agir.
- CASTEL, Robert (1998). **As Metamorfoses da Questão Social**: Uma crônica do Salário. Petrópolis: Vozes.
- CASTELLS, Manuel (1999). **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo, Paz e Terra, v. 2 – A Sociedade em Rede.
- CAVALCANTI, Josefa Salete (1999). "Desigualdades Sociais e Identidades em Construção na Agricultura de Exportação". In: **Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo**, nº 9, 1999.
- DEJOURS, Chirstophe (1998). **A Banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: FVG.
- DIRLK, Arif (1997). "A Aura Pós-Colonial na Era do Capitalismo Global". In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 49, nov/1997.
- DOMBOIS, Rainer e PRIES, Ludger (1998). "Un Juracán Devastador o Un Choque Civilizador? Globalización y Relaciones Industriales en Brasil, Colombia y México". In: **Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo**, nº 8, 1998.
- DREIFUS, René Armand (1995). **A Época das Perplexidas: Mundialização, Globalização e Planetarização**. São Paulo: Vozes.

- DUBAR, Claude (1998). "Os Debates Sobre o Futuro do Trabalho na França: 1988 - 1998". In: **Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo**, nº 8, 1998.
- EAGLETON, Terry (1997). **Ideologia: Uma Introdução**. São Paulo: Boitempo/UNESP.
- ECHEGARAY, Fábian (1996). "Atitudes da Classe Trabalhadora e Democracia no Brasil". **Revista de Opinião Pública**. Campinas: CESOP/UNICAMP, abril/1996.
- ELDER, Charles D. e COBB, Roger W. (1983). **The Political Uses of Symbols**. New York & London: Longman.
- ELSTER, Jon (1992). "Auto-Realização no Trabalho e na Política: A Concepção Marxista da Boa Vida". In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo: CEDEC, nº 25, 1992.
- FARIA, José Eduardo (1992). "Antinomias Jurídicas da Gestão Econômica". In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo: CEDEC, nº 25.
- FARR, Robert (1994). "Representações Sociais: A Teoria e Sua História". In: GUARESCHI, Pedrinho et al. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis; Vozes, 1994.
- FIGUEIREDO, Cláudio (1995). **Modos de Subjetivação no Brasil e Outros Escritos**. São Paul: Editora Escuta.
- FORGET, Danielle (1994). **Conquistas e Resistências do Poder (1964 - 1984): A Emergência de Um discurso Democrático no Brasil**. São Paulo: Edusp.
- FUENTES, Maritzel Ríos (1997). "Setor Informal e Reestruturação Produtiva: Uma Alternativa de Emprego nos Anos 90?". In: **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. CARLEIAL, Liana e VALL, Rogério (Org.). São Paulo: Hucitec/Abet, 1997.
- FOUCAULT, Michel (1999). **As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas**. 8ª ed.: São Paulo, Martins Fontes.
- FURTADO, Celso (1983). **Não à Recessão e ao Desemprego**: 2ª ed.: Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GADET F. e HAK T. (Orgs.). **Por Uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. 3ª ed.: Campinas, UNICAMP, 1997.
- GIANNOTTI, José Arthur (1985). **Origem da Dialética do Trabalho**: Estudo Sobre a Obra do Jovem Marx. Rio Grande do Sul: L & PM.
- GIDDENS, Anthony (1991). **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP.

- GRAMSCI, Antônio (1978). **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUIMARÃES, A. S. et al (1995). **Imagens e Identidades do Trabalho**. São Paulo: Hucitec/Orstom.
- HALL Stuart et al (1980). **Da Ideologia: Althusser, Gramsci, Lukács, Poulantzas**. Rio de Janeiro: Zahar.
- HARDMAN, Francisco Foot. “O Movimento Operário e a Revolução de 1930”. In: Maranhão, Ricardo e Mendes Jr. (1981) *Brasil História – Texto e Consulta*. São Paulo, Brasiliense, v. 4, p. 107.
- HARVEY, David (1998). **A Condição Pós-Moderna**. 6ª ed.: São Paulo, Loyola.
- HIRATA, Helena e HUNFREY, John (1989). “Trabalhadores Desempregados: Trajetória de Operários e Operárias Industriais no Brasil”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 11, v. 4, out/1989.
- HYMAN, Richard (1999). “Sistemas Nacionais de Relações Industriais: Os Desafios da Transnacionalização: Um Balanço Bibliográfico”. In: **Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo**, nº 9, 1999.
- IANNI, Otávio (2000). **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ITANI, Alice (1997). **Subterrâneos do Trabalho: Imaginário Tecnológico no Cotidiano**. São Paulo: Hucitec/FAPESP.
- JODELET, Denise (1986). *La Representación Social: Fenómeno, Concepto e Teoría*. In: MOSCOVICI, Serge. **Psicología Social**. Buenos Aires: Paidós, 1986.
- JOVCHELOVITCH, Sandra (2000). **Representações Sociais e Esfera Pública: A Construção Simbólica de Espaços Públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes.
- KATZ, Herry C. e DARB, Ishire Owen (1998). “Convergências e Divergências nos Sistemas de Emprego”. In: **Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo**, nº 8, 1998.
- KUMAS, Krishan (1997). **From Post-Industrial to Post-modern Society: New Theories of the Contemporary World**. 3th ed.: Oxford: Blackwell Publishers.
- LACLAU, Ernesto. e MOUFFE, Chantal (1989). **Hegemony & Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. 3th ed.: London/New York: Verso.
- LACLAU, Ernesto. e ZAC, Lillian (1994). “Minding the Gap: The Subjects of Politics”. In: LACLAU, E. **The Making of Political Identities**. London/New York: Verso, 1994.

- LANDI, Oscar (1988). "Sobre Lenguajes, Identidades y Ciudadanías Políticas". In: LECHNER, Norbert. **Estado y Política en América Latina**. México: Siglo XX.
- LARANJEIRA, Sônia M. G. (1997). "Reestruturação Produtiva nos Anos 90: Aspectos do Contexto Internacional no Setor de Serviços". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, nº 33, fev/1997.
- _____ (1993). "Faz sentido falar em classes sociais? Natureza, história e cultura: repensando o social". **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, nº Especial, v. 1, 1993.
- LAUTIER, Bruno (1999). "Por Uma Sociologia da Heterogeneidade do Trabalho". In: **Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo**, nº 9, 1999.
- LEIS, Héctor Ricardo (1995). "Globalização e Democracia". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 28, jul/1995.
- LIMA, Jacob Carlos. "Negócios da China: A Nova Industrialização no Nordeste". In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 49, nov/1997.
- LUCENA, Héctor (1999). "Desarrollando la Competitividad de las Relaciones entre Instituciones e Interlocutores Sociales". In: **Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo**, nº 9, 1999.
- MAINGUENEAU, Dominique (1990). **Novas Tendências em Análise de Discurso**. 3ª ed.: Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- MANHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4ª ed.: Rio de Janeiro: Guanabara.
- MATTOSO, Jorge e BALTAR, Paulo (1997). "Estrutura Econômica e Emprego no Brasil: a Experiência Recente." In: VELOSO, João Paulo Reis (Coord.). **Brasil: Desafios de um País em Transformação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- MINAYO, Mª Cecília de (1994). "O Conceito de Representação Social na Sociologia Clássica". In: GUARESCHI, Pedrinho et al. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MINGIONE, Enzo (1998). "Fragmentação e Exclusão: A Questão Social na Fase Atual de Transição das Cidades Industriais Avançadas". In: **Dados, Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: IUPERJ, nº 4, v. 41, 1998.
- MOSCOVICI, Serge (1978). **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar.
- NORONHA, Eduardo G. "A (1991). Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho". In: BIB - **Revista Brasileira de**

- Informação Bibliográfica em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, nº 47, 1999/1.
- OFFE, Claus (1989). "Trabalho Como Categoria Sociológica Fundamental? In: **Trabalho e sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho.** Rio de Janeiro: Tempo Universitário, v. 1.
- OLIVEIRA, Carlos Roberto (1995). **História do Trabalho.** 3ª ed.: São Paulo, Ática.
- PAGÈS, Max (1987). **O Poder das Organizações.** São Paulo: Atlas.
- PÊCHEUX, Michel (1997). **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento.** 2ª ed.: Campinas, Pontes.
- _____ (1996). "O Mecanismo do (Des)conhecimento Ideológico". In: ZIZEC, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto.
- PERKIN, Harold (1993). **The Rise Professional Society.** London: Rutledge.
- PORTUGAL, Marcelo S. e GARCIA, Lúcia S. (1997). "Notas sobre o Desemprego Estrutural no Brasil". In: **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil.** CARLEIAL, Liana e VALL, Rogério (Org.). São Paulo: Hucitec/Abet, 1997.
- RAMOS, Lauro e REIS, Guilherme de Almeida (1997). "Emprego no Brasil: Os Anos 90". In: VELOSO, João Paulo Reis (Coord.). **Brasil: Desafios de um País em Transformação.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- RAWLS, John (1992). "Justiça Como Equidade: Uma Concepção Política Não Metafísica". In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política.** São Paulo: CEDEC, nº 25, 1992.
- RIFKIN, Jeremy (1995). **O Fim dos Empregos: O Declínio Inevitável dos Níveis de Emprego e a Redução da Força Global de Trabalho.** São Paulo: Marcon Books.
- ROBERTS, Bryan (1997). "A Dimensão Social da Cidadania". **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo: ANPOCS, nº 33, fev/1997.
- RODRIGUES, Araci M. (1989)"Práticas e Representações de Pequenos Funcionários Públicos de São Paulo". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo: ANPOCS, nº 11, v. 4, out/1989.
- ROSA, Maria Inês (1994). **Trabalho, Subjetividade e Poder.** São Paulo: Edusp.
- ROUANET, Sérgio Paulo (1985), **A Razão Cativa: As Ilusões da Consciência de Platão a Freud.** São Paulo: Brasiliense.

- RUAS, Roberto e ANTUNES, Ricardo (1997), "Estruturação, Programas de Qualidade e Prática de Benefícios e Incentivos: a Questão do 'Comprometimento' ". In: **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. CARLEIAL, Liana e VALL, Rogério (Org.). São Paulo: Hucitec/Abet, 1997.
- SADER, Eder (1988). **Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências e Luta dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SALLUM Jr., Brasília (1997). "Entrevista com Fernando Henrique Cardoso". Revista **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo: CEDEC, nº 39, 1997.
- SAMPSON, Peter (1987) Qualitative Research: The "New", The "Old" and a Question Mark. Amsterdam: ESOMAR, v. 2.
- SANTOS, José Henrique (1993). **Trabalho e Riqueza na Fenomenologia do Espírito de Hegel**. São Paulo: Loyola.
- SEN, Amartya (1992). "Comportamento Econômico e Sentimentos Morais". In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, nº 25, 1992.
- SENNETT, Richard (1999). **A Corrosão do Caráter: As Consequências Pessoas do Trabalho no Novo Capitalismo**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record.
- SPINK, Mary Jane (1994). "Desvendando Teorias Implícitas: Metodologia de Análise das Representações Sociais". In: GUARESCHI, Pedrinho et al. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SPINK, Mary Jane et al (1999). **Práticas Discursivas e Produção dos Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas**. São Paulo: Cortez.
- SPYBEY, Tony (1996). **Globalization and World Society**. Cambridge: Politic Press.
- TOURAINE, Alain (1994). **Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes.
- VALA, Jorge (1993). "Representações Sociais: Para Uma Psicologia Social do Pensamento Social". In: VALA, Jorge e MONTEIRO, Maria Benecedita (Org.). **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VITA, Álvaro de (1999). "Uma Concepção Liberal Igualitária de Justiça Distributiva". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS. Nº 39, V. 14, fev/1999.
- ŽIŽEK, Slavoj (1996). "O Espectro da Ideologia". In: ZIZEC, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto.

Matérias de Jornais

- ARAGÃO, Ana (2000). “A Caixa Preta do FAT”. **Jornal do Commercio**, Caderno Economia, pp. 10 – 11, 16/01/2000.
- BELFORT, Ângela Fernanda (1999). “Na Calada da Noite Eles Trabalham”. **Jornal do commercio**, Caderno Economia, p. 02, 05/12/1999.
- CARTAS Revelam Aflição de Desempregados. **Folha de São Paulo**, Caderno Dinheiro, pp. 9 – 12, 16/05/1999.
- ESTUDO Mostra Como Acabar com a Miséria. **Folha de São Paulo**, Caderno Brasil, p. 15, 13/06/1999.
- MERCADO de Trabalho. **Jornal do Commercio**, Caderno Economia Especial, pp 1 – 4, 02/05/1999.
- PESQUISA Qualitativa Data Folha. **Folha de São Paulo**, Caderno Brasil, pp. 1 – 13, 28/06/1998.
- PROJETOS Ameaçam Conquistas Trabalhistas. **Jornal do Commercio**, Caderno Economia, pp. 1 – 2, 23/01/2000.
- QUEM Faz Bico Sai de Estatística do IBGE. **Folha de São Paulo**, Caderno Dinheiro, p. 8, 23/05/1999.
- SOCIEDADE Global Tira Poder de Pressão do Trabalhador. **Folha de São Paulo**, Caderno Dinheiro, p. 3, 30/05/1999.

Matérias de Revistas

- ALCÂNTARA, Eurípedes (1999). “A Vida Globalizada: Os Perigos e as Vantagens Que a Economia Oferece aos Países Num Mundo Interligado”. **Revista Veja**, pp. 47 – 53, 27/01/1999.
- _____ (1995). “O Capital que Derrubou as Fronteiras”. **Revista Veja**, pp. 94 – 103, 29/05/1995.
- _____ (1998). “O Canadá se Abriu e Saiu Premiado Quando Aceitou o Risco da Globalização”. **Revista Veja**, pp. 58 - 60, 03/06/1998.
- ALFREDO, Alexandre (1999). “Você Está Dormindo no Ponto?”. **Revista Exame**, pp. 76 – 78, 19/05/1999.
- CAIXETA, Nely (1999). “Trabalho Duro: Entrevista com Paul Simuelsen”. **Revista Exame**, pp. 38 – 42, 10/02/1999.

- CHIARETTI, Marco (1995). “O admirável Mundo da Revolução Acelerada”. **Revista Exame**, pp. 48 – 50, 24/03/1995.
- COHEN, David (1999). “O Guru: Reportagem Especial Sobre o Psiquiatra Roberto Shinyashiki”. **Revista Exame**, pp. 81 – 96, 24/03/1999.
- COLOMBINE, Luís (1999). “O Choque do tempo”. **Revista Você S.A.**, pp. 26 – 34, 03/1999.
- DE MASI, Domenico (1999). “Vamos Viver Cada Vez Mais o Ócio”. **Revista Você S.A.**, pp. 50 – 55, 05/1999.
- DIEGUEZ, Consuelo (1998). “Não Há Via Alternativa: Entrevista com João Paulo dos Reis Velloso”, **Revista Veja**, pp. 11 – 15, 13/05/1998.
- ELA Tinha a Força: Mulher do Século Xix Já Trabalhava Tanto quanto Hoje. **Revista Veja**, p. 103, 05/05/1999.
- ENTREVISTA com Edward Amadeo. **Revista Veja**, pp. 11 – 15, 15/04/1998.
- FILHO, Expedito (1996). “Uma Pedra no Sapato: Entrevista com Vicentinho”. **Revista Veja**, pp. 7 – 9, 31/01/1996.
- FRIEDLANDER, David e NETO, Sorima (1998). “Emergentes Ladeira Abaixo: Crise na Rússia Quebra a Confiança nos Países em Desenvolvimento”. **Revista Veja**, pp. 144 – 146, 03/06/1998.
- GARCIA, Adriana (1999). “A Corrosão do Caráter: Entrevista com Richard Sennet”. **Revista Você S.A.**, pp. 56 – 58, 05/1999.
- _____ (1999). “Crie Como Um Deus, Trabalhe Como Um Escravo”. **Revista Exame**, pp. 66 – 69, 07/04/1999.
- GEHRINGER, Max (1999). “Horas Extraordinárias”. **Revista Exame**, pp. 25 – 26, 07/04/1999.
- GUROVITZ, Helio (1999). “Planeta ‘e’ ”. **Revista Exame**, Reportagem de Capa, pp. 147 – 159, 16/06/1999.
- HARAZIN, Dorrit (1996). “Mulheres em Marcha”. **Revista Veja**, Reportagem especial, pp. 48 – 67, 06/03/1995.
- JUNIOR, Antônio Luiz Lang (1999). “Justiça do Trabalho Pra quê?”. **Revista Exame**, p. 134, 24/03/1999.
- KANITZ, Stephen (1995). “A Era de Risco”. **Revista Veja**, Economia e Negócios, p. 111, 04/10/1995.
- LEITE, Paulo Moreira e DE MARI, Juliana (1999). “Andando Para Cima: IBGE Mostra que Brasil é um País de Grande Mobilidade Social”. **Revista Veja**, pp. 68 – 81, 16/06/1999.

- LIMOLLI, Sérgio (1997). “Velhinhos Fura-Fila”. **Revista Istoé**, p. 58, 05/03/1997.
- LOYOLA, Leandro (1999). “Salários Milionários: Brasil Já Tem Time de Executivos Que Recebem Contracheques Milionários”. **Revista Veja**, pp. 137 – 145, 09/06/1999.
- MENDES, Maria Luisa (1999). “Por Mais Horas de Folga: Entrevista com Domenico De Masi”. **Revista Exame**, pp. 62 – 68, 24/03/1999.
- MOTOMURA, Oscar (1999). “A Gestão do Invisível”. **Revista Exame**, pp. 78 – 80, 05/05/1999.
- _____ (1999). “Brasil S.A.”. **Revista Exame**, pp. 58 – 64, 07/04/1999.
- NETO, Antenor Nascimento e SIMONETTI, Eliana (1998). “Idéias Para Uma Nova Arrancada: o Mais Completo Estudo Sobre Produtividade Brasileira Mostra Que o País Pode Crescer Rapidamente”. **Revista Veja**, pp. 108 – 113, 18/03/1998.
- NETO, João Sorima (1999). “O Novo Continente: O Euro”. **Revista Veja**, pp. 96 – 99, 13/01/1999.
- _____ (1999). “Quem Dá Mais Pela Ford?”. **Revista Exame**, pp. 115 – 118, 12/05/1999.
- NOVOS Empregos: Atecnologia Amplia o Mercado de Trabalho. **Revista Veja**, p. 141, 17/03/1999.
- OS DONOS do Dinheiro. **Revista Veja**, Economia e Negócios, pp. 90 – 110, 04/10/1995.
- PELUSO, Luciana (1997). “Vacina Industrial: O Que as Empresas Estão Fazendo Para Prevenir Doenças Ocupacionais e Acidentes de Trabalho”. **Revista Istoé**, pp. 68 – 69, 05/03/1997.
- PRESTES, Cristine (1999). “Aqui Há Emprego”. **Revista Veja**, pp. 124 – 125, 09/06/1999.
- PRESTES, Cristine e LOYOLA, Leandro (1999). “Riqueza Desprezada”. **Revista Veja**, pp. 134 – 136, 05/05/1999.
- ROCHA, Leonel (1999). “Salários de Primeira”. **Revista Veja**, pp. 44 – 47, 26/05/1999.
- SAIBA Vender-se: Alguns Cuidados Úteis na Hora da Entrevista de Emprego. **Revista Veja**, p. 127, 12/05/1999.
- SECCO, Alexandre (1999). “O Fim do Velho Sindicalismo”. **Revista Veja**, pp. 100 – 101, 13/01/1999.

- SILVA, Adriano (1999). “Eles Vêm com Tudo: A Primeira Geração Digital Brasileira”. **Revista Exame**, pp. 98 – 108, 16/06/1999.
- SILVEIRA, Mauro (1999). “Profissões Menores: Será?”. **Revista Você S.A.**, pp. 50 – 53, 04/1999.
- SIMONETTI, Eliana e GRINBAUM, Ricardo (1998). “Assombração Nacional: Aumento Acelerado das Demissões Começa a Provocar Inquietação no Brasil”. **Revista Veja**, pp. 68 – 76, 11/02/1998.
- SOUZA, Cezar (1999). “Sete Passos Para o Sucesso”. **Revista Exame**, p. 115, 16/06/1999.
- WAACK, Willian (1999). “O Mundo Invisível”. **Revista Época**, pp. 143 – 146, 08/11/1999.
- _____ (1995). “Século dos Extremos: Entrevista com Eric Hobsbawm”. **Revista Veja**, pp. 7 – 9, 05/05/1995.
- WEBBER, Allan (1998). “Perigo: Empresas Tóxicas”. **Revista Você S.A.**, pp. 62 – 67, ano 1, nº 6, dez/1998.
- _____ (1999). “Cuide do seu Jardim: Entrevista com Peter Senge”. **Revista Exame**, pp. 87, 16/06/1999.
- WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa (1999). “A Vitória do Liberalismo”. **Revista Exame**, pp. 82 – 88, 19/05/1999.

Referências On-line

- AMADEO, Edward (1999). Mercado de Trabalho no Brasil. **Ministério do Trabalho**, 06/1999. Site: www.mtp.gov.br/public/mercado/merc_01.htm
- _____ (1999). Relatório Sobre as Políticas de Emprego: Diagnóstico e Recomendações. **Ministério do Trabalho**, 06/1999. Site: www.mtp.gov.br/public/mercado/merc_01.htm
- CARDOSO, Fernando Henrique (1996). “The Impact of Globalization on Developing Countries: Risks and Opportunities”. Conferência pronunciada no Colégio de México em 20/02/1996. In: MINISTÉRIO do Trabalho (1999). **Mercado de Trabalho no Brasil**. Site: www.mtp.gov.br/public/mercado/merc_01.htm
- DIEESE (1997). “O Polêmico Peso dos Encargos sociais no Brasil”. Baseado na Pesquisa DIEESE nº 12 – **Encargos Sociais no Brasil: Conceito, Magnitude e Reflexos no Emprego**. DIEESE, São Paulo, 08/1997. Site: www.dieese.com.br

ANEXOS

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO PRÉVIO – empregados e informais

Data do grupo:
 Perfil do grupo:

Caracterização Geral

Nome do entrevistado:
 RG:
 Data de nascimento:
 Idade:
 Onde nasceu:
 Tempo residência na cidade:
 Endereço:
 Bairro:
 Telefone:
 Estado civil:
☐ Casado
☐ Solteiro

1. Você tem parente ou amigo próximo que trabalhe ou já tenha trabalhado em alguma destas áreas?

Não Sim (AGRADEÇA E ENCERRE)
☐ ☐ Pesquisa de Mercado/ Política/ Social
☐ ☐ Agência de Publicidade
☐ ☐ Jornal/Revista/Rádio/TV

2. Já participou de reunião de Pesquisa?

☐ Não
☐ Sim (AGRADEÇA E ENCERRE)

(FILTRO 1 - Estar cursando ou ter concluído a Faculdade)

3. Até que série você estudou?

☐ Analfabeto (AGRADEÇA E ENCERRE)
☐ Primário incompleto (AGRADEÇA E ENCERRE)
☐ Primário completo (AGRADEÇA E ENCERRE)
☐ Ginásial incompleto (AGRADEÇA E ENCERRE)
☐ Ginásial completo (AGRADEÇA E ENCERRE)
☐ Colegial incompleto (AGRADEÇA E ENCERRE)
☐ Colegial completo (AGRADEÇA E ENCERRE)
☐ Superior incompleto
 ▪ Ainda cursa?
 ☐ Sim
 ☐ Não (AGRADEÇA E ENCERRE)
 ▪ Qual o curso?
 ▪ Em que ano/período você está?
☐ Superior completo
 ▪ Qual o curso que você concluiu?
☐ Pós-Graduação
 ▪ Qual o curso que você concluiu?

(FILTRO 2 - Empregado ou desempregado)

4. Você desempenha alguma atividade remunerada no momento?

☐ Não (ENCERRE OU USE O QUESTIONÁRIO 2)
☐ Sim
 ▪ Qual o local/instituição?
 ▪ Qual o setor?
 ☐ Público
 ☐ Privado
 ▪ Qual o ramo de atividade da instituição/local de trabalho?
 ☐ Indústria
 ☐ Comércio
 ☐ Serviços
 ▪ Que função você desempenha?
 ▪ Que tipo de vínculo você tem com a instituição/local de trabalho?
 ☐ Funcionário com carteira assinada/concursado/estatutário
 ☐ Contrato temporário
 ☐ Prestador de serviços/free lancer
 ☐ Proprietário
 ☐ Estagiário/bolsista

- () Membro sócio/cadastrado/filiado
 () Membro avulso/sem cadastro ou filiação
 () Outra (ESPECIFICAR)

(FILTRO 3 - Se teve emprego formal nos últimos cinco anos)

5. Já teve alguma ocupação remunerada, com carteira assinada (ou concursado, ou estatutário) nos últimos cinco anos?

- () NÃO (AGRADEÇA E ENCERRE)
 () Sim

▪ Qual?

6. Com que idade desempenhou sua primeira atividade remunerada?

7. Tem alguma outra fonte de renda, fora a atividade remunerada que desempenha?

- () Não

- () Sim

▪ Qual?

CLASSIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA - SISTEMA DE PONTOS DO CRITÉRIO BRASIL

Posse de Itens:

	Não Tem	Tem			
		1	2	3	4 ou +
Televisão em cores	0	2	3	4	5
Rádio	0	1	2	3	4
Banheiro	0	2	3	4	4
Automóvel	0	2	4	5	5
Empregada mensalista	0	2	4	4	4
Aspirador de pó	0	1	1	1	1
Máquina de lavar	0	1	1	1	1
Videocassete	0	2	2	2	2
Geladeira	0	2	2	2	2
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)	0	1	1	1	1

Grau de Instrução do chefe de família

Analfabeto / Primário Incompleto	0
Primário completo / Ginásial Incompleto	1
Ginásial Completo / Colegial Incompleto	2
Colegial Completo / Superior Incompleto	3
Superior completo	5

Total de Pontos _____

Pontuação

30-36	25-29	21-24	17-20	11-16	6-10	0-5
A1	A2	B1	B2	C	D	E

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO PRÉVIO – desempregados

Data do grupo:

Perfil do grupo:

Caracterização Geral

Nome do entrevistado:

RG:

Data de nascimento:

Idade:

Onde nasceu:

Tempo residência na cidade:

Endereço:

Bairro:

Telefone:

Estado civil:

☐ Casado☐ Solteiro

1. Você tem parente ou amigo próximo que trabalhe ou já tenha trabalhado em alguma destas áreas?

Não Sim (AGRADEÇA E ENCERRE)

☐ ☐ Pesquisa de Mercado/ Política/ Social☐ ☐ Agência de Publicidade☐ ☐ Jornal/Revista/Rádio/TV

2. Já participou de reunião de Pesquisa?

☐ Não☐ Sim (AGRADEÇA E ENCERRE)

(FILTRO 1 - Estar cursando ou ter concluído a Faculdade)

3. Até que série você estudou?

☐ Analfabeto (AGRADEÇA E ENCERRE)☐ Primário incompleto (AGRADEÇA E ENCERRE)☐ Primário completo (AGRADEÇA E ENCERRE)☐ Ginásial incompleto (AGRADEÇA E ENCERRE)☐ Ginásial completo (AGRADEÇA E ENCERRE)☐ Colegial incompleto (AGRADEÇA E ENCERRE)☐ Colegial completo (AGRADEÇA E ENCERRE)☐ Superior incompleto

▪ Ainda cursa?

☐ Sim☐ Não (AGRADEÇA E ENCERRE)

▪ Qual o curso?

▪ Em que ano/período você está?

☐ Superior completo

▪ Qual o curso que você concluiu?

☐ Pós-Graduação

▪ Qual o curso que você concluiu?

(FILTRO 2 - Empregado ou desempregado)

4. Você desempenha alguma atividade remunerada no momento?

☐ Não☐ Sim (ENCERRE OU USE O QUESTIONÁRIO 1)

5. Já desempenhou alguma atividade remunerada antes?

☐ Não (AGRADEÇA E ENCERRE)☐ Sim

6. Há quanto tempo você está sem atividade remunerada (meses/anos)?

7. Você está ou esteve procurando emprego nestas quatro últimas semanas?

☐ Não (AGRADEÇA E ENCERRE)☐ Sim

8. Nestas últimas quatro semanas, que atitudes você tomou no sentido de procurar emprego? (NÃO LER AS ALTERNATIVAS)

☐ Nenhuma/ cansou de procurar☐ Procurou fazer contatos☐ Procurou firmas ou outros locais de trabalho☐ Ofereceu serviços a alguém que conhecia☐ Distribuiu currículos☐ Consultou o jornal☐ Outras (ESPECIFICAR)

(FILTRO 3 - Se teve emprego formal nos últimos cinco anos)

9. Já teve alguma atividade remunerada com carteira assinada (ou que tenha sido concursado ou fosse estatutário)?

() Não (AGRADEÇA E ENCERRE)

() Sim

10. Qual foi sua última atividade remunerada?

- Qual era o local/instituição?
- Qual era o setor?
 - () Público
 - () Privado
- Qual era o ramo de atividade você trabalha?
 - () Indústria
 - () Comércio
 - () Serviços
- Que função você desempenhava?
- Que tipo de vínculo você tinha com a instituição/local de trabalho?
 - () Funcionário com carteira assinada/concursado/estatutário
 - () Contrato temporário
 - () Prestador de serviços/free lancer
 - () Proprietário
 - () Estagiário/bolsista
 - () Membro sócio/cadastrado/filiado
 - () Membro avulso/sem cadastro ou filiação
 - () Outra (ESPECIFICAR)

11. Com que idade desempenhou sua primeira atividade remunerada?

12. Tem alguma outra fonte de renda, fora a atividade remunerada que desempenha?

() Não

() Sim

- Qual?

CLASSIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA - SISTEMA DE PONTOS DO CRITÉRIO BRASIL

Posse de Itens:

	Não Tem	Tem			
		1	2	3	4 ou +
Televisão em cores	0	2	3	4	5
Rádio	0	1	2	3	4
Banheiro	0	2	3	4	4
Automóvel	0	2	4	5	5
Empregada mensalista	0	2	4	4	4
Aspirador de pó	0	1	1	1	1
Máquina de lavar	0	1	1	1	1
Videocassete	0	2	2	2	2
Geladeira	0	2	2	2	2
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)	0	1	1	1	1

Grau de Instrução do chefe de família

Analfabeto / Primário Incompleto	0
Primário completo / Ginásial Incompleto	1
Ginásial Completo / Colegial Incompleto	2
Colegial Completo / Superior Incompleto	3
Superior completo	5

Total de Pontos _____

Pontuação

30-36	25-29	21-24	17-20	11-16	6-10	0-5
A1	A2	B1	B2	C	D	E

ANEXO 3

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

1. APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO

2. PERCEPÇÕES ACERCA DO HISTÓRICO PROFISSIONAL

- Pra começar, eu gostaria de saber de você, como costuma distribuir seu tempo? Como você descreveria sua rotina? O que você faz nas horas vagas?
- Com quantos anos você teve sua primeira atividade remunerada? Você poderia comentar a experiência? Foi positiva ou negativa? Por quê?
- Eu gostaria que você fizesse um breve histórico da sua vida profissional, de quando teve sua primeira atividade remunerada até agora: o que fez, quais os tipos de locais em que você atuou, o que achou dessas experiências... Como você avalia sua vida profissional, pensando nesse percurso?
- E em relação ao seu atual momento quanto à vida profissional, como você o descreve?

3. NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM AS OCUPAÇÕES ATUAIS

- (PARA OS QUE TÊM UMA ATIVIDADE REMUNERADA NO MOMENTO, COM OU SEM VÍNCULO) Você está satisfeito com a sua atual atividade profissional (ou atividades profissionais)? Por quê? Desde que ingressou nesta atividade que você desempenha atualmente, você já pensou em sair alguma vez? Por quê? O que o motivaria a ficar? E o que o motivaria a sair?
- (PARA OS QUE NÃO TÊM NENHUMA ATIVIDADE REMUNERADA NO MOMENTO, COM OU SEM VÍNCULO) Que tipo de atividade você acredita encontrar? E que tipo de atividade você gostaria de encontrar, caso possa escolher?
- Como você avalia seu perfil em relação ao mercado de trabalho? O que o leva a fazer esta avaliação?

4. PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO AO FUTURO

- Como você vê o seu futuro profissional? Por quê? Quais são as suas expectativas? Você costuma fazer planos nesse sentido? (SE SIM) Que planos você faz? (SE NÃO) Por quê?

5. PERCEPÇÃO DE CONCEITOS

- Falando agora de forma mais genérica, eu gostaria que você me respondesse:
- O que é trabalho?
- O que é emprego?
- E o que é ocupação?
- Estes termos dizem a mesma coisa ou se referem a coisas diferentes? (SE SIM) Qual a diferença? Você poderia dar um exemplo de trabalho, de emprego e de ocupação?
- Qual o lugar destes elementos na vida das pessoas?
- E na sua vida?

- Qual a diferença entre trabalho formal e trabalho informal no Brasil? Em que situações se diz que uma pessoa desempenha uma atividade formal e em que situações se diz que ela desempenha uma atividade informal?
- Como é que se chega a essas definições? Como se determina isso? Quem e como define? Sempre foi assim? (EXPLORAR: as identificações espontâneas de mecanismos e atores econômicos por parte dos entrevistados)
- Você poderia dar um exemplo de trabalho formal e um de trabalho informal? Existem diferenças significativas entre ser um "trabalhador formal", um "trabalhador informal" e um "trabalhador autônomo"? (SE SIM) Quais? Quais as vantagens e desvantagens de cada um? Em geral, como as pessoas percebem cada uma dessas modalidades? (EXPLORAR: significados e repercussões dessas categorias no posicionamento e reconhecimento de si e do outro; percepções sobre vínculo empregatício versus autonomia, segurança versus instabilidade; menções espontâneas a termos como "desempregado", "sem renda fixa", "bico", "excluído" e outros).
- O que é um trabalhador tradicional e um trabalhador moderno? Qual a diferença? Como é um e como é outro? No caso do Brasil, predomina algum? (SE SIM) Onde? Em alguma área ou setor, especificamente? O que o(a) leva a perceber isto? (EXPLORAR: comparações espontâneas entre os setores público e privado).

6. PERFIL DO TRABALHADOR BRASILEIRO ("REAL" E "IDEAL")

- Que características definem um trabalhador "preparado para o mercado de trabalho" no Brasil? Idealmente, que características uma pessoa precisa ter para se dizer que ela está apta ao mercado de trabalho? O que faz uma pessoa estar ou não preparada para esse mercado? Isso sempre foi assim?
- Esse perfil que você acabou de descrever é comum ou raro? Onde ele é mais comum? Onde ele é mais raro? Por quê? Isso sempre foi assim?
- Pensando nessas características que você acabou de mencionar, quem, hoje em dia, estaria mais preparado para o mercado de trabalho? (EXPLORAR: setores, categorias, grupos, classes que possam ser mencionados)

7. PERCEPÇÃO ACERCA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

- Como é o mercado de trabalho no Brasil? Quais as principais características? Houve alguma mudança? Em que direção? (EXPLORAR: facilidades e dificuldades, menção a grupos e categorias, privilégios, méritos, etc.)
- Você já ouviu falar na palavra empregabilidade? O que significa? E você, pessoalmente, o que entende pelo termo? (EXPLORAR: menções espontâneas a "competitividade" e "qualificação")

8. PERCEPÇÃO ACERCA DO DESEMPREGO

(EXPLORAR: IDENTIFICAÇÃO ESPONTÂNEA DE ATORES E MECANISMOS RESPONSÁVEIS PELO FENÔMENO DO DESEMPREGO)

- Quais as causas do problema do desemprego de um modo geral?
- E quais as causas do desemprego no Brasil, especificamente?

- Qual a dimensão do problema do desemprego: *dentro do País* (atinge apenas algumas regiões, umas mais que outras, atinge todo o País igualmente...?) e *fora dele* (atinge apenas o Brasil, atinge o Brasil mais que a outros países, atinge todos os países igualmente...?).
- “Quem” tem sido mais atingido com o problema do desemprego? Por quê?
- Isso sempre foi assim? Houve alguma mudança? Em que direção? (EXPLORAR: percepção evolutiva dos temas em questão)

9. ATORES E MECANISMOS ASSOCIADOS AO DESEMPREGO; ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES

- Definição, agregação, atribuição de ordem de importância e de papéis a atores e mecanismos na constituição do atual momento econômico social no Brasil (QUESTÃO ESTIMULADA). **Dinâmica:** *entregar ao entrevistado um grupo de cartões com uma palavra cada; convidá-lo a elaborar grupos com as palavras apresentadas (podendo acrescentar palavras caso perceba a ausência de alguma que considere importante dentro do “assunto” da entrevista); uma vez formados os grupos de palavras, convidá-lo a: 1) “nomear” os grupos; 2) explicitar o “critério” que utilizou para formar os grupos de palavras (por que estas palavras formam um único grupo? O que as liga?); 3) identificar e explicitar (espontaneamente) possíveis relações entre os grupos de palavras que formou.*

Palavras apresentadas

(Reembaralhadas a cada entrevista ou grupo de discussão)

DESEMPREGO, EMPREGABILIDADE, EMPRESÁRIOS, ESQUERDA, GOVERNO ESTADUAL, GOVERNO FEDERAL, GOVERNO MUNICIPAL, INFORMATIZAÇÃO, INICIATIVA COLETIVA, INICIATIVA INDIVIDUAL, INICIATIVA PRIVADA, LEGISLAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS, OPOSIÇÃO, POPULAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO, SINDICATOS, TECNOLOGIA, TRABALHADOR.
--

ANEXO 4

ROTEIRO DOS GRUPOS FOCAIS

1. APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO

2. UTILIZAÇÃO DO TEMPO/ RELAÇÃO TRABALHO-LAZER

- Pra começar, eu gostaria de saber de vocês como costumam distribuir seu tempo. Como é a rotina/agenda? O que fazem nas horas vagas?

3. NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM AS OCUPAÇÕES ATUAIS

- Com avaliam sua vida profissional, pensando no próprio percurso?
- 4. (PARA OS QUE TÊM UMA ATIVIDADE REMUNERADA NO MOMENTO, COM OU SEM VÍNCULO) Estão satisfeitos com as suas atuais atividades profissionais? Por quê? Desde que ingressaram na atividade que desempenham atualmente, já pensaram em sair alguma vez? Por quê? O que os motivaria a ficar? E o que os motivaria a sair?

5. PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO AO FUTURO

- Como vocês vêem o seu futuro profissional? Por quê? Quais são as suas expectativas? Costumam fazer planos nesse sentido? (SE SIM) Que planos fazem? (SE NÃO) Por quê?

6. PERCEPÇÃO DE CONCEITOS

- Falando agora de forma mais genérica, eu gostaria que vocês me respondessem:
- O que é trabalho?
- O que é emprego?
- E o que é ocupação?
- Esses termos dizem a mesma coisa ou se referem a coisas diferentes? (SE SÃO COISAS DIFERENTES) Qual a diferença? Podem me dar exemplos de trabalho, de emprego e de ocupação?
- Qual o lugar desses elementos na vida das pessoas?
- E na vida de cada um de vocês?
- Qual a diferença entre trabalho formal e trabalho informal no Brasil? Em que situações se diz que uma pessoa desempenha uma atividade formal e em que situações se diz que ela desempenha uma atividade informal?
- Como é que se chega a essas definições? Como se determina isso? Quem e como define? Sempre foi assim? (EXPLORAR: as identificações espontâneas de mecanismos e atores econômicos por parte dos entrevistados)
- Poderiam dar exemplos de trabalho formal e de trabalho informal? Existem diferenças significativas entre ser um "trabalhador formal" , um "trabalhador informal" e um "trabalhador autônomo"? (SE SIM) Quais? Quais as vantagens e desvantagens de cada um?
- Em geral, como as pessoas percebem cada uma dessas modalidades? (EXPLORAR: significados e repercussões dessas categorias no posicionamento e reconhecimento de

si e do outro; percepções sobre vínculo empregatício versus autonomia, segurança versus instabilidade; menções espontâneas a termos como "desempregado", "sem renda fixa", "bico", "excluído" e outros)

7. PERFIL DO TRABALHADOR BRASILEIRO ("REAL" E "IDEAL")

- O que é um trabalhador tradicional e um trabalhador moderno? Qual a diferença? Como é um e como é outro? No caso do Brasil, predomina algum? (SE SIM) Onde? Em alguma área ou setor, especificamente? O que os leva a perceber isto? (EXPLORAR: comparações espontâneas entre os setores público e privado)
- Que características definem um trabalhador "preparado para o mercado de trabalho" no Brasil? Idealmente, que características uma pessoa precisa ter para se dizer que ela está apta ao mercado de trabalho? O que faz uma pessoa estar ou não preparada para esse mercado? Isso sempre foi assim?
- Esse perfil que acabaram de descrever é comum ou raro? Onde ele é mais comum? Onde ele é mais raro? Por quê? Isso sempre foi assim?
- Pensando nessas características que acabaram de mencionar, quem, hoje em dia, estaria mais preparado para o mercado de trabalho? (EXPLORAR: setores, categorias, grupos, classes que sejam mencionados espontaneamente)

8. PERCEPÇÃO ACERCA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

- Como é o mercado de trabalho no Brasil? Quais as principais características? Houve alguma mudança? Em que direção? (EXPLORAR: facilidades e dificuldades, menção a grupos e categorias, privilégios, méritos, etc.)
- Já ouviram falar na palavra empregabilidade? O que significa? (EXPLORAR: menções espontâneas a "competitividade" e "qualificação")
- Como avaliam o próprio perfil em relação ao mercado de trabalho? O que os leva a fazer essa avaliação?
- (PARA OS QUE NÃO TÊM NENHUMA ATIVIDADE REMUNERADA NO MOMENTO, COM OU SEM VÍNCULO) Que tipo de atividade acreditam poder encontrar? E que tipo de atividade gostariam de encontrar, caso possam escolher?

9. PERCEPÇÃO ACERCA DO DESEMPREGO

(EXPLORAR: IDENTIFICAÇÃO ESPONTÂNEA DE ATORES E MECANISMOS RESPONSÁVEIS PELO FENÔMENO DO DESEMPREGO)

- Quais as causas do problema do desemprego de um modo geral?
- E quais as causas do desemprego no Brasil, especificamente?
- Qual a dimensão do problema do desemprego: *dentro do País* (atinge apenas algumas regiões, umas mais que outras, atinge todo o país igualmente...?) e *fora dele* (atinge apenas o Brasil, atinge o Brasil mais que a outros países, atinge todos os países igualmente...?).
- Quem tem sido mais atingido com o problema do desemprego? Por quê?
- Isso sempre foi assim? Houve alguma mudança? Em que direção? (EXPLORAR: percepção evolutiva dos temas em questão)

- Haveria algo a ser feito que pudesse mudar este quadro? (SE SIM) O quê?

10. ATORES E MECANISMOS ASSOCIADOS AO DESEMPREGO; ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES

- Definição, agregação, atribuição de ordem de importância e de papéis a atores e mecanismos na constituição do atual momento econômico social no Brasil (QUESTÃO ESTIMULADA). A dinâmica utilizada nesta etapa foi exatamente a mesma utilizada nas entrevistas individuais, exceto pelo fato de que os participantes dos grupos foram convidados a formar subgrupos para desenvolvê-la, após o que os resultados foram confrontados dentro do grande grupo. As palavras apresentadas também foram as mesmas das entrevistas.